

Ganha por mês 10 000\$00?

Então, se a «AD» continuar, passa a ganhar 9 000\$00!

As contas são fáceis de fazer!

Hoje com 10 000\$00 compra e paga coisas no valor de 10 000\$00. Mas com a inflação os preços aumentam: nos últimos 12 meses aumentaram mais de 23% (em Julho, Balsemão dizia que só aumentavam 15%...). Para 1982, o governo «AD» diz que a inflação vai ser de 18%, mas os especialistas (e a experiência indica que têm razão) dizem que atingirá 25%: o que significa que aquilo que agora custa 10 000\$00 passará a custar 12 500\$00. Para comprar as mesmas coisas que agora (isto é, ao menos ficar na mesma...) quem ganha agora

10 000\$00 tinha que passar a ganhar 12 500\$00.

Mas o Governo «AD» quer impor um limite de 15% aos aumentos de ordenados. Ou seja, mesmo se for aumentado, quem ganha agora 10 000\$00 só poderia passar a ganhar em 1982 o máximo de 11 500\$00. O que significa ter menos 1 000\$00 em 1982 para comprar o mesmo que se compra agora.

Isto é: exactamente o mesmo que irem agora ao seu ordenado e passarem-no de 10 para 9 contos!!

É o que o governo «AD» fará se continuar mais um ano.

Há solução? Há!

O governo «AD» já quis impor o ano passado um tecto salarial: não podia haver aumentos superiores a 16%. Mas com a sua luta (reforço dos sindicatos e CTs, parali-

sações, manifestações, greves) os trabalhadores impuseram aumentos maiores.

O caminho é o mesmo! O governo «AD» não serve e tem de ser substituído!

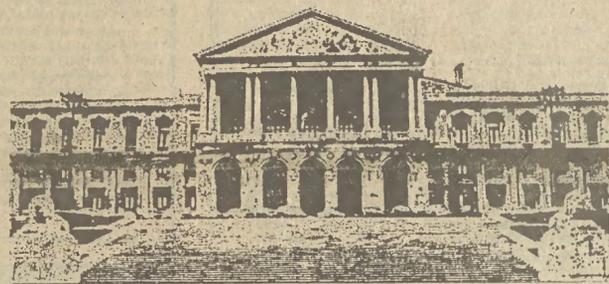
Com a luta consegue-se!

A luta dos trabalhadores têxteis, as decisões dos sindicatos da Frente Comum da TFP, as manifestações convocadas pelo movimento sindical unitário para o próximo dia 12 de Dezembro são o caminho!

Greve dos têxteis e outras lutas - Pág 5 ● Os TFP repudiam as imposições governamentais - Pág 5 ● O PCP condena o tecto salarial de 15% - Pág. 5 ● Deputados comunistas contra a política salarial do governo - Pág. 3



Defender a Constituição na Assembleia e cá fora



Crece em todo o País o movimento de defesa da Constituição contra as manobras de destruir o regime democrático nascido do 25 de Abril - Pág. 3

Ensino:

o caos, a demagogia
a política da «AD»

Um completo dossier na pág. 12



A mesa que presidiu aos trabalhos da Assembleia de Organização da 2.ª Zona do Comité Local de Lisboa durante a qual o camarada Octávio Pato pronunciou a intervenção que publicamos nas páginas centrais

ORGANIZAÇÃO

Intensa actividade de toda a organização do PCP. Numerosas e amplamente participadas Assembleias de Norte a Sul - Páginas centrais

SEMANA Nacional

11 Quarta-feira



José Saramago

Convocados pelo Governo para uma informação sobre as grandes linhas do OGE 1982, os partidos da oposição são unânimes em considerar catastrófica a política económica delineada pelo ministro João Salgueiro. «Prova de incapacidade e incompetência» para o PS, «situação extremamente grave» para o MDP/CDE, «panorama obscuro pelo qual não nos foi dito nem respondido, escuro pelo que nos foi dito e respondido» para o PCP, que realinha, pela voz de Veiga de Oliveira: «a mudança necessária só resultará de uma mudança de Governo». O Prémio Literário Cidade de Lisboa 1980 foi atribuído a José Saramago pelo romance «Levantado do Chão». Na Covilhã, uma carga da GNR sobre trabalhadores têxteis em greve provoca nove feridos. É a segunda carga policial ali verificada em três dias de greve pela revisão do CCT único e vertical.

12 Quinta-feira

Em Lisboa tem início o 2.º Congresso da Associação de Arquitectos Portugueses. Na ordem de trabalhos, a discussão dos problemas associativos dos cerca de 2500 arquitectos portugueses e ainda um vasto conjunto de problemas relacionados com o «ordenamento do território», que continua a fazer-se (ou a não se fazer) à margem daqueles especialistas: apenas um por cento dos projectos entrados nas câmaras é fruto do trabalho de arquitectos. Numa intervenção durante o I Encontro sobre Crédito à Habitação e Construção é afirmado que o défice habitacional no início dos anos 90 poderá ultrapassar o milhão de fogos. Contra João Salgueiro, que ainda ontem junto dos partidos da oposição previu uma taxa de inflação de 18%, Silva Lopes, um seu antecessor nas Finanças, eleva a previsão para 25% — de acordo, aliás, com os dados e cálculos também unanimemente perfiçados pelos especialistas de toda a oposição.

13 Sexta-feira



Costa Gomes

O Governo decidiu, em reunião de Conselho de Ministros hoje efectuada, impor à Função Pública um tecto salarial de 15% em 1982 — percentagem aquém da sua própria (falsa) previsão da taxa de inflação. Os ocupantes dos fogos do Fundo de Fomento da Habitação no Vale das Amoreiras são desalojados por numerosa força da GNR requisitada pelo Governo Civil de Setúbal. Sem casa ficam agora 500 famílias, cujos representantes não conseguiram sequer ser recebidos na secretaria de Estado da Habitação ou no FPH. Na região têxtil da serra da Estrela prossegue a greve de cerca de 9500 trabalhadores. Fortes contingentes policiais estacionam junto de numerosas empresas. O general Costa Gomes foi convidado para ocupar o cargo de Alto Comissário das Nações Unidas para a Namíbia.

14 Sábado

Os trinta sindicatos da Frente Comum da Função Pública e a sua CNS exigem do ministro da Reforma Administrativa a abertura imediata de negociações sobre os aumentos salariais para 1982; «os trabalhadores da Função Pública recusam-se a ser o bode expiatório da crise provocada pelo Governo». Até 12 de Dezembro decorre no Porto o seminário «Portugal e o Mercado Comum — que futuro para a região do Porto?», iniciativa da Direcção Regional do Porto do PCP. Reunidos em Évora, 150 militantes comunistas, trabalhadores e técnicos agrícolas dos distritos da Reforma Agrária, alertam a opinião pública e as forças democráticas contra as falsas intenções de diálogo apegadas pelo actual Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas, «distância para novos ataques às UCP's/Cooperativas» como os que recentemente se verificaram contra a 1.ª de Maio, de Avis, e a Esquerda Vencerá, de Pias, e exigem que o Governo cesse a entrega ilegal de terras e outros bens das UCP's.

15 Domingo



Pelo reforço da solidariedade

Álvaro Cunhal chefia a delegação do PCP que hoje inicia uma visita à Suécia, Dinamarca, Finlândia e RFA a convite dos respectivos partidos comunistas. A Comissão Nacional do MDP/CDE, reunida durante o fim-de-semana em Lisboa, defende a urgente substituição do Governo, «cada à incapacidade demonstrada na resolução dos problemas nacionais». Ao contrário, para o Conselho Nacional do PSD, também reunido, o Governo AD «prosegue uma política de verdade e de enfrentamento corajoso» dos problemas nacionais. A agitação social decorre, sim, da «campanha de desestabilização social, à maneira de 1975» que o PCP e a CGTP-IN tentam lançar «para impedir a conclusão do processo democrático». Segundo o paleógrafo Fernando Amaral, em comunicação à Sociedade de Geografia citada pela ANOP, a primeira greve dos trabalhadores portugueses de que há testemunho verificou-se em 1507 e foram seus obreiros os trabalhadores da Casa da Moeda.

16 Segunda-feira

No Vale das Amoreiras, centenas de pessoas continuam ao relento, apesar das diligências da Câmara Municipal da Moita junto da secretaria de Estado da Habitação para encontrar uma solução, que envolveria, segundo proposta da Câmara, a sua participação e a do FPH na aquisição de fogos, a atribuir em renda social aos desalojados sem capacidade financeira. Por decisão dos grandes organismos sindicais respectivos e na decorrência de números plenários de trabalhadores, além de Lisboa e Porto também em Aveiro, Évora, Montemor-o-Novo, Ponte de Sor, Campo Maior, Torres Novas e Coruche se realizaram no dia 12 manifestações contra a política do Governo AD e pela sua substituição por um governo que respeite os direitos dos trabalhadores e os interesses nacionais.

17 Terça-feira

O Governo, através da resolução 231/81, decidiu criar quatro órgãos aos quais competirá incentivar os trabalhos para a «regionalização do continente». Funcionará na sua estrita dependência e por sua nomeação, segundo a orientação do Primeiro-Ministro e do Conselho de Ministros, e em nenhum deles está prevista a participação das autarquias locais. O Governo AD responde no seu melhor estilo à luta dos trabalhadores da têxtil, em greve contra o contrato negociado entre o Ministério do Trabalho e o Sindetex-UGT: assina portarias de extensão daquele CCT a novos sub-setores. Dirigentes da CGTP-IN e da Federação dos Sindicatos têxteis prevêem a agudização da luta. Novo cabal desmentido ao «optimismo» do ministro J. Salgueiro quanto à taxa de inflação: segundo a OCDE, a subida inflacionária verificada no nosso País entre Outubro de 1980 e Setembro de 1981 atingiu os 23,6%.

Efeméride da Semana — Em 11 de Novembro de 1979, no Pavilhão dos Desportos, em Lisboa, realiza-se o Encontro da Unificação da UJC e da UEC de que resulta a fundação da Juventude Comunista Portuguesa (JCP). Herdeira das gloriosas tradições de gerações de jovens comunistas, a nova organização conta actualmente com mais de 35 mil membros.

Editorial

CONDIÇÕES FAVORÁVEIS PARA CORRER COM O GOVERNO "AD"

A batalha política que hoje se trava entre nós, de importância decisiva para a defesa imediata das conquistas de Abril e o prosseguimento do processo democrático em Portugal, desenvolve-se num alinhamento de forças claramente favorável ao campo da democracia e da liberdade. De maneira inversa, no campo dos inimigos de Abril — alçados transitoriamente às cadeiras de governo e de maioria parlamentar pela manipulação demagógica do voto e da confiança de milhares de portugueses — desde as eleições de 7 de Dezembro de 1980, produziu-se e acentuou-se uma quebra substancial de força e de influência política; reduziu-se de forma drástica a sua base social de apoio; a sua coesão interna é uma frágil cortina por detrás da qual os lobos reaccionários se arreganham os dentes e afiam as garras. A "AD" tornou-se de maneira transparente numa força minoritária, insegura e inconsistente. A perda de força inspirou-lhe a via da subversão para tentar a conquista absoluta do Poder político. Esta arrumação de forças favorável à democracia não é obviamente, por si só, na actual batalha política que se trava em Portugal, uma garantia automática de vitória das forças democráticas e de consequente derrota das forças reaccionárias coligadas na "AD". É necessário algo mais, algo de decisivo, de resolutivo, de basilar — o diálogo democrático, a convergência na acção, a unidade na iniciativa política e no combate contra o inimigo comum.

É porque estão conscientes de que a unidade das forças democráticas, principalmente de socialistas e comunistas, seria fatal para os seus objectivos de destruição do regime, que os chefes e pangeristas da "AD" manipulando abusiva e ilegalmente a poderosa arma da comunicação social estatizada, em especial a RTP e RDP, e com o apoio directo da imprensa fascista e fascizante de todos os matizes, desenvolvem uma raivosa campanha de provocações, intrigas e diversão política contra a unidade das forças democráticas.

O alvo principal desta campanha é naturalmente em primeiro lugar o Partido Comunista Português. A unidade política, a coesão ideológica, o total respeito pelas regras e instituições democráticas assim como a crescente influência de massas do PCP são obstáculos intransponíveis à realização do plano subversivo da "AD". Por isso os comunistas são o alvo privilegiado da coligação reaccionária. Desde a primeira semana de Novembro, o coincidir com a fase mais crítica dos trabalhos da comissão parlamentar para a revisão constitucional e do conhecimento mais detalhado da ruína política económica do Governo, que os centros de provocação e diversão política controlados pela "AD" puseram em circulação um delirante e hilariante "plano golpista" do PCP contra instituições e personalidades democráticas, aquelas evidentemente personalizadas na "AD", com "vistas ao derrubamento do actual Governo e à subversão social".

É uma inventona tão grosseira que devemos perguntar-nos porque à extrema-direita recorreu neste preciso momento a tão descalabrada mentira.

É evidente que a inventona da direita alcança mais longe — visa a criação de um clima de instabilidade política e militar, visa a subversão das instituições e na sequência a liquidação do próprio regime democrático.

O jogo é conhecido: começaria por uma "inocente" manobra de diversão política para descambar rapidamente na provocação pura e simples e de imediato numa tentativa de força contra as instituições e organizações democráticas, objectivo retomado pela "AD" após o rescaldo da sua estroada derrota de 7 de Dezembro de 1980.

Quem está interessado neste plano? Com que aliados conta a "AD" para o levar avante? A pergunta pode estar e dividir. Cada democrata, cada patriota, cada português amante da liberdade e do progresso social do seu país e do seu povo está diante das suas próprias responsabilidades. Ninguém as poderá enjugar.

O diálogo democrático, a convergência na acção, a unidade na iniciativa política são passos necessários e inadiáveis para a sobrevivência do regime democrático e da Revolução de Abril. Dialogar, convergir e unir não em abstracto mas para derrotar o inimigo comum — eis um imperativo mandato de consciência. Dialogar, convergir e unir — não em palavras mas em torno de questões, problemas e tarefas concretas e imediatas.

A recusa, a irresponsabilidade e a cegueira políticas podem conduzir à derrota numa batalha para a qual existem singulares condições potenciais para a vitória. Que questões, que problemas, que tarefas imediatas se colocam hoje de maneira responsável aos trabalhadores, aos democratas, aos patriotas portugueses?

A primeira, mais imediata e mais importante tarefa política das forças democráticas no momento actual é a defesa de Abril na Constituição da República.

O que está a passar-se na Comissão de Revisão Constitucional e em torno do que nela se trata é altamente preocupante para todos os democratas e antifascistas. Em nome do "civillismo", do "Estado de direito" e da "defesa da sociedade civil" o que se pretende é que as forças democráticas perciam posições-chave decisivas para a defesa do 25 de Abril. Aquilo que a "AD" não conseguiu impor pela violência ao País, em virtude da estrondosa derrota de 7 de Dezembro de 1980, tenta agora obtê-lo "constitucionalmente" na questão das competências militares com a colaboração do PS e dos seus parceiros na extinta FRS, essencial para a obtenção dos dois terços de maioria na Assembleia da República, para a revisão constitucional.

Mas a imensa maioria dos socialistas, dos seus eleitores e eleitos, está com o 25 de Abril, e não poderão aceitar tornar-se cúmplices da execução do plano subversivo da "AD" contra a democracia. No entanto, o perigo existe e não deve substar-se. As declarações formais de "fidelidade" à esquerda de Mário Soares, a quem, aliás, a imprensa da direita aconselha o verbalismo de "esquerda", não têm correspondência na posição de largos círculos do Partido Socialista na questão das competências militares em debate na Comissão de Revisão Constitucional, onde a concordância entre os negociadores do PS e da "AD" é já um facto.

Outra tarefa primordial dos trabalhadores e dos portugueses das classes e camadas médias da população no momento actual é pôr um travão à política social antipopular do Governo "AD"/Balsemão/ Freitas.

O agravamento brutal das condições de vida da população trabalhadora — em que avulta o propósito dos governantes de estabelecer um tecto salarial que significaria na prática uma descida sensível dos salários relativamente à subida dos preços e à inflação —, a desumanidade e a forma escandalosa como está a ser resolvida pelo Governo "AD", a escaladante questão das habitações ocupadas em Setúbal, Balixa da Banheira e Salvaterra de Magos; a possibilidade real de aprovação do novo pacote laboral do Governo pela maioria "AD" na Assembleia da República e o que isso poderá significar no aumento excepcional do desemprego e nos cerceamentos do direito ao trabalho; o propósito de alargar a cobrança do imposto profissional aos trabalhadores da Função Pública aos quais o Governo quer impor um tecto salarial de 13 a 15% — são medidas que estão indignando os trabalhadores e determinando o recurso crescente a formas de luta cada vez mais amplas e firmes em que o recurso à greve surge como necessária resposta à ofensiva do Governo e do grande patronato.

A corajosa luta dos operários e operárias têxteis, em particular da Covilhã, onde o Governo lança mão de uma repressão feroz contra os trabalhadores, a extensão do movimento grevista a vastos sectores da classe operária, a adesão que as grandiosas manifestações nacionais dos trabalhadores convocadas para o dia 12 de Dezembro pela CGTP-IN está recolhendo, mostram uma crescente disposição de resistir à ofensiva antipopular do Governo e do patronato, uma crescente firmeza e unidade na luta pelo melhoramento das suas condições de vida que anima vastos sectores do mundo do trabalho.

Nestes últimos dias o Governo "AD"/Balsemão/ Freitas tem multiplicado os insultos e provocações, as acções repressivas e os propósitos de impor leis laborais injustas aos trabalhadores. E o Governo, com a ajuda dos divisionistas da UGT, que provoca e põe na ordem do dia a necessidade da luta firme, organizada e ampla dos trabalhadores, que coloca perante a classe operária o problema da unidade contra essa política como uma questão vital para resistir à ofensiva antipopular da "AD".

Mas, provocadamente, o Governo, que é o responsável directo e único pelo agravamento da situação social, vem acusar o PCP e a CGTP-Intersindical Nacional de fazer a subversão social.

O Governo manda reprimir e espancar os trabalhadores mas a imprensa fascista e fascizante controlada pela "AD" diz que é o PCP quem lança o terror e a desordem no mundo do trabalho. Erguer uma ampla e firme barreira de luta contra a política social da "AD" e do seu Governo Balsemão/ Freitas é uma imperiosa exigência que se impõe aos trabalhadores.

CADA vez mais, desalojar a "AD" do Governo, quebrar o monopólio político da "AD" na Assembleia da República, se tornam questões inadiáveis de sobrevivência da democracia. Cresce impetuosamente nas mais vastas camadas do Povo português a vontade de correr com Balsemão/ Freitas e a "AD" dos órgãos de poder que legitimamente controlam. No alargamento, intensificação e combatividade do movimento popular e democrático de massas, no fortalecimento da acção de todos os democratas identificados com os ideais superiores do 25 de Abril; na resoluta oposição aos propósitos restauracionistas da "AD" e contra a sua deliberada acção desestabilizadora na vida social e política e nas Forças Armadas reside a possibilidade de uma necessária e urgente viragem na situação política nacional. Uma tal viragem é possível e urgente.

A correlação de forças é favorável à democracia e ao 25 de Abril mas para que a força potencial se transforme em força efectiva é imperioso unir, organizar e mobilizar o Povo português contra os intentos da reacção.

PCP

Visita ao Norte da Europa Álvaro Cunhal regressa amanhã

Regressa amanhã, depois de uma visita a diversos países do Centro e Norte da Europa, a delegação do PCP chefiada pelo camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, e de que faz parte o camarada Albano Nunes membro do CC.

No primeiro dia da sua visita a delegação manteve conversações em Estocolmo, com uma delegação do Partido da Esquerda-Comunista da Suécia, composta por Lars, Werner, presidente, e por outros membros do Bureau Político deste Partido.

Durante as conversações, decorridas em clima de amizade e camaradagem, foram trocadas informações sobre a situação nos dois países e a actividade dos dois partidos, tendo no final sido aprovado um comunicado conjunto.

A delegação do PCP, que esteve na Suécia entre 15 e 17 de Novembro a convite do CC do Partido da Esquerda-Comunista da Suécia, realizou ainda uma conferência de imprensa e foi entrevistado pelo jornal «Ny Dag» e pela televisão nacional sueca.

Na noite de segunda-feira, dia 16, participou igualmente num encontro com trabalhadores emigrantes portugueses, residentes nomeadamente nas regiões de Estocolmo e de Malmo.

No seguimento da sua viagem a diversos países do Centro e Norte da Europa, a delegação do PCP encontra-se desde a manhã de terça-feira, dia 17, em Helsínquia, para uma visita de amizade a convite do Comité Central do Partido Comunista da Finlândia.

Mário Soares a Constituição e o PCP

As afirmações feitas ontem por Mário Soares, à saída de mais um encontro com Pinto Balsemão, justificam as seguintes observações:

1. O dr. Mário Soares escolheu pessimamente o momento para pretender, mais uma vez, dar lições ao PCP em matéria de defesa das liberdades.

Com efeito, se outros antecedentes não houvesse — e não faltam —, bastaria ter presentes o empenho e as notórias responsabilidades do secretário-geral do PS no estabelecimento do acordo do PS com a "AD" visando abrir caminho à dominação das Forças Armadas pelo Governo "AD" e por Freitas do Amaral, para se concluir que o dr. Mário Soares, ontem como hoje, está manifestamente carecido de autoridade moral e política para dar lições sobre a defesa das liberdades a uma força política que, hoje como ontem, luta incansavelmente pela salvaguarda da liberdade e da democracia em Portugal.

2. Por outro lado, é por demais evidente que o dr. Mário Soares ao acusar o PCP de pretender «bloquear a revisão constitucional», não só está a copiar servilmente declarações de Pinto Balsemão, como procura sobretudo desviar as atenções e adormecer a opinião pública em relação aos reais perigos para a democracia que representa a colaboração prestada pela direcção do PS à concretização dos planos da "AD" de concentração nas suas mãos de todo o poder político e militar.

O que o dr. Mário Soares não tolera é que a acção e denúncia do PCP e de outros sectores democráticos tenha frustrado o seu plano de fazer pesar uma densa cortina de silêncio e impunidade sobre os seus acordos de bastidores com a "AD" em matérias vitais para o regime democrático. É hoje claro que o dr. Mário Soares, partilhando de concepções restritivas quanto à vida democrática do País, está sim visivelmente incomodado com o desenvolvimento de um amplo e politicamente diversificado movimento de opinião em defesa do regime democrático e da Constituição.

3. É ainda de notória infelicidade a referência do dr. Mário Soares à utilização pelo PCP do seu tempo de antena na Televisão. Um minuto de bom senso ter-lhe-ia evitado que o PCP responda lembrando-lhe que, enquanto o PCP e os seus dirigentes são sistematicamente discriminados na informação da RTP, por alguma razão o mesmo não sucede com o secretário-geral do PS, que ali tem encontrado desde há muito um favorável acolhimento.

4. A circunstância de o dr. Mário Soares ter, mais uma vez, anunciado uma intensificação da «oposição» do seu partido à "AD", depois de ter conferenciado com Pinto Balsemão, não pode deixar de ser considerada como uma mera postura de intuíto demagógico destinada a encobrir realidades e orientações políticas de sinal contrário.

Não está esquecido que o dr. Mário Soares anunciou em tempos uma «ofensiva do Outono» contra a "AD" — embora o que tenha marcado essa «ofensiva» tenha sido a campanha, em aliança com a direita, contra a gestão democrática da APU na Câmara de Loures.

Não está esquecido que a direcção do PS anunciou em 29 de Outubro uma «viragem à esquerda» e logo no próprio dia estabelecia com a "AD", na comissão de revisão constitucional, um acordo sobre o sistema de nomeação das chefias militares, nos exactos termos propostos em 1979 por Sá Carneiro e em 1980 no Programa Eleitoral da "AD".

A luz da experiência anterior, é assim inteiramente legítima a suspeita de que, cada vez que o dr. Mário Soares anuncia uma «intensificação» da oposição à "AD", isso queira afinal dizer que algum novo passo foi dado nos seus acordos com a "AD".

13 de Novembro de 1981

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

ATÉ AMANHÃ CAMARADAS de Manuel Tiago

O GRANDE ROMANCE DA CLANDESTINIDADE E DA RESISTÊNCIA AO FASCISMO EM PORTUGAL

edições **Avante!**

NENHUM HOMEM É ESTRANGEIRO

Worker Nenhum homem é estrangeiro

revista internacional

problemas da paz e do socialismo

revista dos partidos comunistas e operários

UM PANORAMA MENSAL DOS GRANDES ACONTECIMENTOS MUNDIAIS

edições **Avante!**

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes - 1699 Lisboa CODEX. Tel. 787 25 769 22.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º - 1000 Lisboa. Tel. 779828-779825-769751.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 - 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 - 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.ª de Maio, 186, Padruinha - 3000 Coimbra. Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 - 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.ª de Dezembro, 23 - 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º Esq. - 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A - 1000 Lisboa. Tel. 776936-776750. Porto - Rua do Almada, 18-2.º Esq. - 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 - Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Heska Portuguesa - R. Elias Garcia, 27 - Venda Nova - 2700 Amadora.

Tiragem média da mes de Outubro: 54 174

Assembleia da República

Tecto salarial para os trabalhadores, facilidades para o patronato

Com uma agenda onde apenas figurava a discussão e votação de dois projectos que visavam a criação de regiões demarcadas, a sessão da última terça-feira não apresentava surpresas e todos pensavam que ambos os documentos iriam suscitar unanimidade na sua aprovação, o que realmente aconteceu. O mais importante passou-se antes da Ordem do Dia, no período das declarações políticas. Jerónimo de Sousa, do PCP insurgiu-se contra a política económica do Governo 'AD', acusando-o de usar dois pesos e duas medidas, uns favoráveis ao patronato e ao grande capital, outros contra os trabalhadores.

«Quando daqui desta tribuna, durante a discussão do Programa do Governo Balsemão/Freitas do Amaral, acusamos a 'AD' de querer responsabilizar e fazer pagar aos trabalhadores o preço da crise», afirmou o deputado comunista, «quando denunciámos a intenção do Governo de impor um tecto salarial que iria piorar as condições de vida das classes trabalhadoras, as bancadas da direita aglutinaram-se e tentaram negar a razão dos nossos argumentos. «A vida mostrou que mais uma vez o PCP falou verdade. «Após o anúncio de João Salgueiro que se propõe aplicar um tecto salarial de 15 por cento à Função Pública, acompanhando a exigência de pagamento de impostos, reduzindo assim ainda mais os aumentos salariais, o Conselho

de Ministros decidiu estabelecer logo de seguida para todas as empresas, públicas ou privadas, um tecto salarial de 14,75 por cento que ainda por cima pode baixar dois pontos com base nos critérios do Governo ou do patronato sobre a situação económica das empresas, ou seja, afinal, um tecto salarial de 12,75 por cento! «Porque este número ridículo de 14,75 por cento? «Porque este preciosismo da 'AD'? «A manobra é grosseira. Querem para já fazer crer aos trabalhadores da Função Pública que a proposta dos seus aumentos salariais ficará acima dos restantes trabalhadores portugueses. E mais adiante, depois de acusar a 'AD' de estar na origem, com a sua política desastrosa, da crise económica: «Dizia o ministro João Salgueiro

que o que há para distribuir não é tanto uma riqueza acumulada mas antes as dívidas. Que a solução era o tecto salarial, o aumento da produtividade e dos impostos; sacrifícios e mais sacrifícios para os trabalhadores e para o nosso povo. E é aqui que residem o cinismo e os sentimentos classistas da 'AD' e do seu Governo. «Porque é que não estabelecem antes tectos para os lucros do grande patronato? Por que razão se apela à austeridade de quem trabalha e produz, e ao mesmo tempo se indemniza um dos responsáveis do regime fascista, Moreira Baptista, com 1800 contos? São estes os «bons e dedicados» que o sr. Primeiro-Ministro dizia ir premiar? «Não se iludam, srs. governantes da 'AD', advertiu o deputado do PCP, desmascarando as manobras e a criação artificiosa de «factos políticos» para distrair os incautos. «Os trabalhadores portugueses vão de facto lutar contra a imposição do tecto salarial, assim como o irão fazer contra a legislação antilabour que está na forja. «Mas vão fazê-lo no quadro da legalidade democrática e da Constituição. Fá-lo-ão como o fizeram contra o tecto salarial de

Mota Pinto e dos dois anteriores governos da 'AD'. Apesar das dificuldades, da repressão e dos sacrifícios, foram os trabalhadores que venceram. «O Governo Pinto Balsemão/Freitas do Amaral não terá melhor sorte e os seus planos anti-trabalhadores ruirão fragorosamente». **O vinho** Com a presidência de Américo de Sá, do CDS, os trabalhos prosseguiram para discutir e votar os projectos de lei que criavam regiões demarcadas. O primeiro, do PS e da ASDI, para a região do Cartaxo; o segundo, do PS, para a Vidigueira, Cuba e Alívio. Curiosamente, o deputado do PS, Marcelo Curto, falara da regionalização no período de antes da Ordem do Dia. Mas a regionalização entra timidamente na AR. Por agora só regiões demarcadas de produção de vinho. Graças e piadas, umas mais pesadas outras mais leves, como se de carrascão ou clarete se tratasse, marcaram os inevitáveis pedidos de esclarecimento e os protestos que pontearam as intervenções de fundo. Mas o fundo da questão, isto é, os projectos, foram aprovados por unanimidade como já

díssemos. Os comunistas fizeram entretanto alguns reparos. Tanto Álvaro Brasileiro como Carreira Marques salientaram que ambos os documentos ganhariam se

fossem ouvidos os principais interessados — produtores, autarquias locais. Álvaro Brasileiro advertiu mesmo a Câmara e os pequenos e médios produtores do Cartaxo

«para o facto de as suas esperanças na defesa da qualidade de um produto do seu trabalho poderem vir a sair frustradas por um Governo que defende o 'arrecelamento' da

nossa economia, caso as organizações que representam os seus interesses não participem activamente nos trabalhos que a execução deste projecto exigirá».

OGE

Grupo Parlamentar do PCP alerta para as ilegalidades anteriores

O Grupo Parlamentar do PCP divulgou aos órgãos de informação na passada terça-feira o seguinte comunicado: Aproximando-se o momento da apresentação pelo Governo à Assembleia da República da proposta de lei do Orçamento Geral do Estado para 1982, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português entende conveniente tornar públicas algumas das condições legais que deverão ser cumpridas na apresentação do OGE. Assim, e nos termos de ofício endereçado ao Se-

nhor Presidente da Assembleia da República em 11-11-81, o Grupo Parlamentar do PCP entende que «de acordo com o disposto nos vários números do artigo 10.º da Lei n.º 64/77, de 26 de Agosto, a proposta de lei do Orçamento deve ser acompanhada dos anexos que permitam o conhecimento real e integral do OGE, ou seja, nomeadamente:

- os elementos necessários à justificação da política orçamental;
- discriminação de despesas e das receitas acompanhada da cabal justificação dos valores orçamentados;
- orçamento de cada um dos diversos fundos e serviços autónomos;

- evolução da dívida pública, dos orçamentos cambiais do sector público e da dívida global das restantes entidades integradas no sector público;
- orçamento de execução do orçamento consolidado do sector público do ano em curso;
- previsões económicas globais implícitas na proposta orçamental;
- relatório da situação económica e financeira actual».

Mais entende o Grupo Parlamentar do PCP chamar a atenção para o facto de em anteriores propostas do OGE e do Plano tais normas legais não terem sido atempadamente cumpridas e daí ter resultado

prejuízo real para os trabalhadores da Assembleia da República, pelo que se torna absolutamente necessário que a apresentação das propostas do OGE e Plano para 1982 seja desde logo acompanhada dos elementos acima referidos. Finalmente, o Grupo Parlamentar do PCP manifesta-se igualmente no sentido de que a apreciação dos relatórios de execução do Plano, referentes às Gerências anteriores, da competência da Assembleia da República, bem como a apreciação das contas públicas respeitantes ao ano anterior, nos termos do n.º 5 do artigo 108.º da Constituição, devem proceder a discussão do Plano e do OGE para 1982.

Apresentado na AR projecto do PCP sobre transporte de deficientes

• Mais escândalos 'AD' denunciados

A unanimidade marcou os trabalhos da Assembleia de quinta-feira passada. Unanimidade compreensível. A do lado esquerdo do hemiciclo porque foi uma questão de consequência. A do lado direito porque às vezes não há outro remédio senão salvar a face. Com efeito, todos os deputados se encontraram ao votar positivamente o projecto de lei dos comunistas sobre os direitos dos deficientes ao transporte; e voltaram a encontrar-se quando protestaram contra a presença, em liberdade, do pido Barbieri, que voltou a Portugal sabe-se lá com que nova e tenebrosa missão.

O PCP enquadró o seu projecto de lei, que foi apreciado na generalidade, nas comemorações do Ano Internacional do Deficiente e aproveitou o ensejo para criticar a maioria 'AD' por nada ter feito, na AR e no Governo para executar a deliberação aprovada por unanimidade tendente a criar uma Comissão Eventual para o AID, nem sequer adiando representantes

seus para a constituição da mesma. De resto, Vidigal Amaro, o deputado comunista que apresentou o projecto, bastante falou das «promessas» e das «bonitas palavras» com que a 'AD' costuma mascarar a ausência de iniciativas e o falhar às próprias obrigações legais. Traçou depois «em números redondos não rigorosamente exactos por

falta de um recenseamento», um quadro assustador: 200 mil crianças deficientes; 600 mil deficientes sem trabalho; 150 mil deficientes por acidentes de estrada; 100 mil deficientes por acidentes domésticos; 180 mil deficientes na terceira idade. «Na prática», afirmou, «poderá dizer-se que em cada dez portugueses, um é deficiente!» Sublinhou depois que nada é feito em matéria de promoção da saúde e de prevenção da doença, por parte do Governo. «Adoeça primeiro, trata-se depois nos consultórios privados se puder. Se não puder, nos cada vez mais degradados serviços oficiais de saúde pagando mesmo aí a sua taxa moderadora. Tem sido esta a política de saúde da 'AD'. Não nos surpreende assim», disse Vidigal Amaro, concluindo o «pano de

fundo» sobre o qual foi apresentado o projecto, «e que aumenta o número de deficientes em vez de se reduzir». «Melhorar na prática e não em palavras — eis o lema que presidiu à apresentação do projecto de lei do PCP». «Como se refere no seu preâmbulo — afirmou o deputado comunista —, «a consagração de um regime especial de apoio que permita aos cidadãos afectados por deficiência o exercício do seu direito ao transporte constitui um imperativo do seu processo de integração social e profissional. A garantia do direito dos deficientes aos transportes é também uma reivindicação comum das suas associações que foi afirmada no 1.º Congresso Nacional dos Deficientes», disse ainda Vidigal Amaro que mais adiante sublinhou ter o

projecto sido elaborado com a colaboração e a audição de muitas Associações de Deficientes e técnicos do sector. **O «diálogo social»** O deputado independente Manuel Lopes, do grupo parlamentar do PCP, proferiu também nesse dia uma declaração política. Trabalhador têxtil, destacado sindicalista, trouxe à AR uma questão quente; e violenta ofensiva que o grande patronato nacional e estrangeiro, com a cobertura do Governo 'AD', desencadearam contra os trabalhadores na perspectiva da revisão reaccionária de toda a legislação laboral. «O direito constitucional à negociação colectiva está a ser hoje seriamente ameaçado», afirmou Manuel Lopes. «Na verdade, a tripla aliança 'Governo

/patronato/sindicatos paralelos» tenta de há uns tempos para cá pôr em causa em vários sectores laborais o justo direito à livre negociação colectiva das organizações sindicais representativas. Para esta tripla aliança vale tudo, desde limitar os direitos e liberdades sindicais, desde a imposição de miseráveis salários, à retirada de direitos e garantias que há muito os trabalhadores usufruem». Falando mais especialmente do sector têxtil, do qual traçou o quadro da sua situação e importância, o deputado lembrou que a Federação dos Sindicatos respectivos apresentou em Maio, juntamente com outras associações sindicais, uma nova proposta de revisão contendo só matéria pecuniária. «De então para cá», denunciou, «o procedimento das asso-

ciações patronais tem sido o de proterlar por sucessivas manobras dilatórias a negociação e por último recusar-se mesmo a negociar. «Mas porque procedem assim as associações patronais têxteis? «Porque, como de há muito pretendido, querem desde já aplicar ao sector têxtil: por um lado os conselhos dados pelo relatório Werner sobre direitos laborais no sector e as novas ordens do FMI; por outro, atingirem profundamente o nível de vida dos trabalhadores, aumentando assim os seus lucros. «Para que toda a encaenação fosse perfeita, criaram até um sindicato paralelo e com ele cozinharam uma pseudoconvenção. «Sempre direi aos senhores deputados que se esta pseudo-

convenção algum dia fosse aplicada aos têxteis, eles veriam retirados ou diminuídos mais de 100 direitos e regalias vigentes na actual Convenção». «Na ânsia de concretizarem o seu plano, o Governo e o patronato recorre à violência, à repressão, e põem em causa as liberdades fundamentais», apontou Manuel Lopes, que mais adiante disse: «O que se passou em dois dias sucessivos na Covilhã com a actuação brutal de uma força da GNR, de que resultou o tratamento hospitalar de 9 trabalhadores e o espancamento de muitos outros e entre eles da dirigente sindical Isabel Ferraz Nicolau, não pode deixar de merecer da nossa parte viva e completa condenação». «Aqui não houve unanimidade, claro. O PPD apoiou-se. E quem o esperaria?, o deputado do PS, José Luís Nunes, para sua vergonha abundantemente aplaudido por toda a direita, a que se juntaram meia dúzia de palmas da sua bancada, saiu a terreno em defesa dos sindicatos paralelos, num apaixonado protesto e na linguagem que este deputado costuma utilizar para defender a NATO e atacar os países socialistas. «O cozinhado está feito, é chegada a altura de lhe juntarmos o tal condimento aromático», comentava na sexta-feira passada o deputado comunista Rogério de Brito, numa intervenção em que denunciou o financiamento, autorizado pelo Governo, de projectos não autorizados. Tratava-se de um empréstimo de mais de um milhão de contos, a conceder pelo Banco Europeu de Investimentos às multinacionais CELBI e CAIMA para a plantação de 16 800 hectares de florestas de eucalipto, árvore tão condenada no papel e na palavra da 'AD'. Rogério de Brito, perguntava, tentando desvendarmos os segredos de mais este grande negócio, se se sabia das implicações que este projecto de financiamento, causaria em matéria de florestação, de recursos hídricos, de consequências económicas e sociais. Perguntou pelos relatórios de um levantamento feito, ou se esse levantamento fora feito, perguntou pelos custos de produção, pela credibilidade do projecto. E depois trouxe alguns factos: «Analisados os projectos em questão, a Direcção-Geral de Ordenamento e Gestão Florestal emitiu pareceres negativos», em Janeiro deste ano. «Em 9/7/81», continuou o deputado, «quase um mês depois da resolução do Conselho de Ministros, o Gabinete do Secretário de Estado da Produção, João Goulão, envia à Direcção-Geral o ofício com a referência SEP 7.22/81». Transcrevendo-o, o deputado denunciou a mesma revelação que o mesmo devia nas informações recebidas para «se for caso disso acrescentar qualquer novo elemento às mesmas, dado que, por razões estranhas ao serviço, não foram ainda presentes ao senhor secretário de Estado. A Direcção-Geral limitou-se a responder que nada mais havia a acrescentar. Portanto, os pareceres continuavam negativos. E apesar disso, a imprensa noticiou que o empréstimo do BEI à CELBI estava consumado... «Resta saber que interesses estão em jogo», disse o deputado do PCP dirigindo-se à Assembleia, «para que o Governo tenha autorizado o financiamento de projectos desautorizados...».

Revisão Constitucional Defender a Constituição na Assembleia e cá fora

Enquanto que, longe dos mais directamente interessados, os representantes das forças políticas na Assembleia reuniam, quinta-feira passada, na Comissão Eventual de Revisão Constitucional para apreciar propostas de alteração à Lei Fundamental do País, cá fora, nas ruas de Lisboa, numa grande acção de mobilização e esclarecimento junto da população da capital e do distrito, os comunistas, através de bancas e de distribuição de documentos, chamavam a atenção do povo para o que se está a passar.

Tratava-se, no interior de um salão de S. Bento, de apreciar as propostas de alteração relativas às atribuições da Assembleia da República em matéria de elaboração e aprovação das leis. Como era de esperar, a 'AD' pretendia a diminuição dos poderes da AR em favor do Governo, ficando este com as mãos livres para legislar enquanto que a Assembleia, tal como na Constituição de 1933, passaria a «confinar-se à aprovação de bases gerais.

vamente contra uma proposta da FRS, apoiada pelo PCP e MDP, que estabelece que a aprovação de leis em matéria eleitoral e de estatutos das regiões autónomas passe a exigir uma maioria de dois terços.

Numerosas acções promovidas pelos comunistas — e também por outros democratas —, têm entretanto chamado para a rua e para lo-

na capital como noutros pontos do distrito, mobilizando a população para a defesa activa do documento que contém os principais direitos e garantias dos portugueses. A aceitação da parte da população por esta iniciativa dos comunistas mostra bem que os trabalhadores e os democratas não tencionam demitir-se de manifestar as suas opiniões sobre uma questão tão central e pelo contrário estão dispostos a lutar para que a revisão constitucional não venha a saldar-se pela fabricação de um novo documento no qual os próprios princípios do regime democrático saído da revolução de Abril saiam desnaturalizados. «Para o PCP — esclarecia um documento distribuído pela SIP da DORL —, a revisão da Constituição não diz respeito unicamente a dirigentes políticos, deputados, juristas. Nela joga-



Imagens da acção levada a efeito pela Organização Regional de Lisboa nas ruas da capital

se a liberdade e a democracia. Interessa a todos os cidadãos, ao povo português. E mais adiante: «A serem aprovadas as propostas e os acordos já estabelecidos na Comissão da AR entre o PS e a 'AD', no sentido de retirar poderes ao Presidente da República, em especial o de escolher as chefias militares, o regime democrá-

ticamente sofrerá um profundo golpe. As Forças Armadas ficarão sob o controlo absoluto da 'AD', do seu Governo e do seu Ministro da Defesa Freitas do Amaral, concentrando-se na 'AD' todo o poder político e militar. A 'AD' teria conquistado o que não conseguiu alcançar nas eleições presidenciais em 7 de Dezembro.

Enquanto com jornais de parede nas empresas, bairros e Centros de Trabalho, se alarga o esforço dos comunistas para divulgar o debate sobre a revisão e mobilizar os trabalhadores em sua defesa, já algumas organizações do Partido prepararam e distribuíram alguns documentos próprios. Assim, por exemplo, em Lisboa foi distribuído um documento assinado pelo Organismo de Direcção da Organização de Seguros de Lisboa do PCP. Este documento, sublinha que a revisão não é uma questão cuja discussão se deva circunscrever apenas à AR e às suas comissões especiais e denuncia o projecto 'AD' como de subversão da Constituição e da democracia no que toca

Em Vila Real de Santo António

No último domingo, o camarada Vítor Neto, membro do Comité Central do PCP, esteve em Vila Real de S. António, onde participou, no CT do Partido, num debate sobre as eleições de Loures. Foram trocados vários pontos de vista e referidas as analogias entre o sistema de alianças seguidas pelo PS na Câmara Municipal de Loures e na Vila Real de S. António. No mesmo dia, falou numa sessão de esclarecimento realizada no Sindicato das Conservas. Foi um debate vivo e participado. Na ocasião, V. Neto salientou que a proposta do PS para a revisão da Constituição significa na prática uma aliança com a 'AD', uma vez que corresponde ao projecto Sá Carneiro de 79, retomado pela coligação reaccionária em 80.

Na Parede

A SIP da Organização da Parede do Partido Comunista Português leva a efeito uma Sessão Pública sobre a Revisão da Constituição, com o camarada Octávio Teixeira no próximo domingo, às 15.30 h, nos Bombeiros Voluntários da Parede.

lugar na Sociedade Filarmónica Recreio Artístico da Amadora e que contou com a participação do camarada Veiga de Oliveira, do Comité Central e da direcção do grupo parlamentar do PCP, e do deputado socialista Marcelo Curto. Em Aveiro, por outro lado, um numeroso grupo de democratas publicaram um documento no qual apelam a todos os cidadãos do distrito para que, em nome dos interesses do nosso povo, em nome dos Ideais Libertadores do 25 de Abril tomem posição pública em defesa do regime democrático consagrado na Constituição. Nesta situação — diz o texto, que denuncia que o regime democrático é incessantemente subvertido pelas forças políticas que apostam na sua destruição, — o entendimento e a cooperação, o diálogo e a acção comum de todos os democratas é um imperativo nacional.

Por seu lado numa declaração publicada há dias, o Movimento Democrático de Mulheres Portuguesas - MDM — pergunta: «Quem mais do que nós, mulheres portuguesas, beneficiou com a Constituição de 1976, com a Constituição de Abril? Uma Constituição progressista não é tudo. Mas sem dúvida que constitui um estímulo fundamental para que ganhem na vida, no nosso quotidiano o que já alcançamos na letra. Uma Constituição pro-

gressista não é tudo, mas sem dúvida que constitui motor fundamental para a construção da democracia, sem a qual não pode realizar-se a nossa igualdade, a nossa emancipação, a nossa realização enquanto seres sociais. A Direcção Distrital de Lisboa do MDM decidiu além disso lançar uma campanha em defesa da Constituição, apoiando a Comissão de Mulheres em defesa da Constituição Portuguesa, dinamizando comissões nos diferentes concelhos. No seu comunicado n.º 2, a Comissão de Mulheres em Defesa da Constituição anunciou na passada semana que aderiram mais alguns destacados nomes: Maria Lamas, escritora; Elina Guimarães, escritora e advogada; Virgínia de Moura, engenheira e membro do Conselho de Mulheres do Norte; Conceição Faria, empregada doméstica, Presidente do Sindicato do Serviço Doméstico; Maria Antónia Paiva, jornalista e membro do Conselho de Imprensa; Antónia de Sousa, jornalista; Ana Isabel Vieira, educadora e membro do GRAAL; Maria José Estanco, arquitecta, membro da Comissão de Desarmamento do CPPC e do Movimento 'Não às Armas Nucleares em Portugal'; Leonor Santa Rita, bibliotecária e Maria Natal Barreiros, empregada de escritório, membro do Secretariado Distrital de Lisboa do Movimento Democrático de Mulheres.

A revisão constitucional não diz respeito unicamente a dirigentes políticos, deputados, juristas; nela joga-se a liberdade e a democracia. Interessa a todos os cidadãos, ao povo português.

Não foi apenas aí que a 'AD' viu as suas propostas em oposição aos restantes partidos, embora as suas atitudes variassem em relação a cada uma das situações que se apresentaram. Assim, admitiu poder vir a considerar em parte as propostas da AR através da criação de um domínio legislativo exclusivo, não sendo admitidas, nesse campo, em questões especialmente importantes, a concessão de autorizações legislativas ao Governo.

cais públicos o debate nacional sobre a questão da revisão constitucional que alguns gostariam de ver restringida a dirigentes políticos, a deputados, a juristas. Foi assim que em Lisboa, no passado dia 12, depois de, na véspera, o PCP ter usado o direito de antena na TV com um programa sobre a defesa da Constituição, surgiram bancas e distribuidores de propaganda tanto

se a liberdade e a democracia. Interessa a todos os cidadãos, ao povo português. E mais adiante: «A serem aprovadas as propostas e os acordos já estabelecidos na Comissão da AR entre o PS e a 'AD', no sentido de retirar poderes ao Presidente da República, em especial o de escolher as chefias militares, o regime democrá-

Terra

Militantes comunistas analisam situação na Reforma Agrária Apesar das dificuldades é inabalável a confiança no futuro

Uma análise profunda dos problemas e da situação actual, um grande inconformismo e revolta pelos atropelos e injustiças que têm vindo a ser cometidos pelos sucessivos governos de direita e uma inabalável confiança no futuro, eis, em síntese, as grandes linhas que caracterizam a forma como decorreu a reunião de militantes do PCP sobre a Reforma Agrária, realizada no passado sábado, na Sociedade Joaquim António de Aguiar, em Évora.

Apesar do reduzido tempo — apenas um dia para uma tão extensa ordem de trabalhos — os 150 militantes comunistas não deixaram, contudo, de efectuar, no decorrer de um debate vivo e participado (registaram-se mais de quatro dezenas de intervenções), um balanço rigoroso dos inúmeros problemas decorrentes da violenta ofensiva do Ministério da Agricultura, Comércio e Pescas (MACP) e de perspectivar as medidas necessárias para lhe fazer frente, bem como definir algumas direcções de trabalho no sentido do reforço da organização do Partido nesta importante frente de trabalho.

Entre os presentes, na sua maioria trabalhadores e técnicos das UCPs/Cooperativas de todos os distritos

abrangidos pela Reforma Agrária, encontravam-se para além de outros quadros responsáveis os camaradas António Gervásio, Dinis Miranda e Raimundo Cabral, da Comissão Política do CC, Américo Leal, António Murteira, Margarida Tengarrinha e Moisés Calado, do Comité Central, e ainda Diamantino Dias, José Luís, José Rita, José Soeiro e Rogério Araújo, suplentes do CC.

«Esta reunião de militantes do PCP sobre a Reforma Agrária tem lugar numa situação particularmente difícil não só para as UCPs/Cooperativas, como para a agricultura em geral. Toda a economia do País se afunda, aproximando-se do ponto de ruptura. O desemprego atinge cerca de 9 por cento

da população activa. A dívida externa ultrapassa os 600 milhões de contos», começaria por afirmar o camarada António Murteira na sua intervenção de abertura dos trabalhos.

Falando dos «sérios riscos» que pesam sobre a democracia e do esforço da direita para destruir a Constituição e assim abrir «caminho para um autêntico golpe de Estado», sublinhou não ser possível «analisar a situação na RA e apontar as medidas principais a tomar» se não se tiver em conta os aspectos novos da situação política nacional.

Ao traçar um breve quadro dessa situação, referiu que o «**Governo já não pode esconder que o último ano agrícola foi de péssimos resultados**», não ultrapassando, por exemplo, a produção de trigo as 200 mil toneladas, devendo-se isto «**não apenas às más condições climáticas, mas também à falta total de medidas por parte do Governo**», que ignorou todas as propostas apresentadas pela Reforma Agrária referentes a barragens e planos

de rega, e à sabotagem dos agrários que deixam as terras abandonadas.

Mesmo assim, apesar da ofensiva, e já com a área muito reduzida, foram as UCPs/Cooperativas que «**no ano agrícola de 79/80 produziram mais de 40 por cento dos cereais pragnosos do nosso país**».

Para o orador, esta política de destruição das UCPs/Cooperativas e de abandono das terras pelos agrários, cuja responsabilidade cabe por inteiro ao Governo AD, tem como consequência a «**baixa de produção, o aumento do desemprego e a degradação das condições de vida da população**».

Referindo-se concretamente aos 20 mil desempregados hoje existentes nos distritos de Beja, Évora, Portalegre, Santarém e Setúbal, dos quais as mulheres e jovens são os mais atingidos, António Murteira referiu que lutar contra o desemprego significa, em primeiro lugar, «**lutar contra as terras abandonadas e contra a sabotagem dos agrários**. Significa lutar

pela liquidação do latifúndio, pela entrega da terra a quem a trabalha».

«**Há que fazer o levantamento das terras abandonadas, da azeitona por apanhar e de outras situações deste tipo e exigir que essas terras e esses bens passem de imediato para as mãos dos desempregados ou das UCPs/Cooperativas, quer através do arrendamento quer por outras formas**», sublinhou o camarada, como direcção de luta a encetar pelos trabalhadores.

Falso diálogo

Depois de salientar as dificuldades que atravessam algumas cooperativas e de referir as experiências positivas e êxitos alcançados pela Reforma Agrária, mesmo sob o fogo destruidor da ofensiva da reacção, António Murteira abordou de seguida o pretérito diálogo que o Ministério da Agricultura Comércio e Pescas diz querer estabelecer com os trabalhadores e que constitui um dos problemas mais debatidos no decorrer da reunião.

«**O MAP/AD apareceu a tentar baralhar-nos, a procurar confundir a opinião pública, fazendo grande estardalhaço sobre o diálogo com as UCPs/Cooperativas**». No entanto, «**para nós devem ficar claras — alertou — as intenções do actual MAP dos agrários e capitalistas que visam sobretudo levar os trabalhadores a facilitar e a aceitar como boa a destruição da Reforma Agrária**».

Justificando a sua afirmação, António Murteira alertou para o facto de o próprio ministro do CDS «**ser possuidor de herdades no Alentejo que não cultiva**», e

numa alusão à declaração do ministro de que «**não será ele a destruir nenhuma UCP/Cooperativa que seja viável**», o orador ironizou com aquilo a que chamou de «**esperteza salaio**», desmascarando a intenção do actual titular do Ministério que «**como os outros ministros, de Barreto a Cardoso e Cunha, primeiro inviabiliza-as e depois acaba com elas porque são inviáveis**». E concluiu para que não restem dúvidas: «**é isto que nos mostra a experiência de dezenas de Cooperativas que eles destruíram até agora e os recentes ataques, entre outros, às UCPs 1.º de Maio e Esquerda Vencerá, duas belas cooperativas que mais que viáveis, são empresas agrícolas exemplares, como não há outras no nosso país**».

Continuando a desmontar estas manobras que classificou de «**demagógicas e reaccionárias**», acentuou que «**era preciso, para se acreditar no MAP do PSD/CDS e para que houvesse um diálogo sério, que a AD desse o exemplo de respeitar a lei e as decisões dos Tribunais e mandasse executar ainda este ano os mais de 50 Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo devolvendo às UCPs/Cooperativas as herdades que neles constam**. Era preciso — prosseguiu — que o MAP e a AD não pactuassem e não dessem cobertura à corrupção e à sabotagem que se praticam naquele ministério».

Reforçar a luta

Após reafirmar a disposição dos trabalhadores de continuarem a lutar «**pela garantia de que não serão**



Mais de quatro dezenas de intervenções animaram os debates

tiradas mais terras às UCPs/Cooperativas sob nenhum pretexto» o camarada Murteira explicou que só depois de dada esta garantia e depois de um encontro de contos, ou seja, as UCPs/Cooperativas pagarem o que devem ao Estado e este pagar o que deve às UCPs/Cooperativas, «**estaremos abertos ao diálogo e a discutir a questão da renda da terra, do arrendamento, ou até, num quadro mais amplo, o estatuto da terra**».

No final da sua intervenção, após apontar algumas das principais direcções de luta, como sejam, entre outras, os contactos junto dos órgãos de soberania e das autoridades distritais, a intensificação da informação e propaganda, o reforço da aliança com os agricultores, as acções de luta íntegra e os trabalhadores agrícolas do sector privado, o camarada António Murteira concluiu que «**só um governo democrático**

que respeite a Constituição poderá garantir a defesa e prosseguimento da Reforma Agrária, até à liquidação total do latifúndio e à entrega para sempre da terra a quem a trabalha».

Depois, durante todo o dia, seguiu-se o debate franco e aberto a análise séria das dificuldades e problemas, o dar e receber das experiências feitas de quem vive, no dia a dia, as preocupações, os interesses e aspirações dos obreiros da Reforma Agrária.

Ao princípio da tarde, os camaradas António Gervásio e Dinis Miranda efectuaram também duas importantes intervenções em que abordaram diversas questões relativas à situação política e à organização e papel do Partido no regime.

No final, foram aprovados por unanimidade um documento contendo as principais conclusões da reunião (ler nesta página) e uma moção sobre a defesa da Constituição da República.

Pretensão diálogo esconde ataques

— afirma o comunicado final

No final da reunião, em resultado do amplo debate, foi aprovado um documento contendo as principais conclusões da análise dos problemas actuais da Reforma Agrária e das UCPs/Cooperativas, resultantes da ofensiva destruidora dos sucessivos governos reaccionários.

De acordo com o texto a «**ofensiva criminosa contra a Reforma Agrária e as UCPs/Cooperativas, iniciada pelo governo PS e acentuada depois pelos sucessivos governos antidemocráticos da direita, sobretudo pelos governos AD, criou, nos campos do Sul, uma situação extremamente gravosa para a situação daqueles que trabalham a terra, para a agricultura do País e para a economia nacional**. A ofensiva destruiu (e destrói) um potencial produtivo que a Reforma Agrária criou e que o País tanto precisa.

«**Para além do roubo de mais 600 000 hectares das melhores terras (incluindo quase todo o regadio), mais de 220 000 cabeças de gado, mais de 12 000 máquinas agrícolas, cerca de 180 UCPs/Cooperativas destruídas e inviabilizadas, mais de 40 000 postos de trabalho destruídos, milhares de espancamentos, assim como assassinatos de trabalhadores, 12,5 milhões de contos de dívidas do Estado às Cooperativas, etc.**

A ofensiva destruidora continua com entregas de terras e outros bens das Cooperativas aos agrários e a falsos agricultores, bem demonstrada nas novas reservas demarcadas, nos começos de Novembro, desmentindo a demagogia barata dos senhores do MAP».

Referindo-se ao pretensão diálogo que o MACP, demagogia e clinicamente, diz querer ter com os trabalhadores, o comunicado considera que o «**Governo AD e o MAP têm falado na necessidade de aumentar a produção**. Porém, em vez de acarinhar e estimular aqueles que querem trabalhar e produzir, os agricultores e as UCPs/Cooperativas, o MAP, pelo contrário, poucos dias depois procede de novo a entregas de terras e outros bens a agrários e falsos agricultores, fala publicamente no seu projecto de inviabilizar as UCPs/Cooperativas, agrava o cerco financeiro, lança inqueritos como capa e pretexto para a liquidação de novas cooperativas, ao mesmo tempo que nada faz contra os milhares de hectares que ontem nas mãos dos trabalhadores, produziam carne, pão e leite e que hoje, nas

mãos dos agrários, se encontram abandonadas ou claramente subaproveitadas.

«**Seria perigoso acreditar, um dia que fosse, nos governantes da AD? Eles não querem o diálogo para defender a Reforma Agrária, ajudar os trabalhadores e aumentar a produção**. O seu objectivo é destruir as UCPs/Cooperativas, adormecer os trabalhadores e desarmá-los, para melhor atacar».

E prossegue o documento:

«**O Governo AD/Balsemão II procura descapitalizar ao máximo as UCPs/Cooperativas para matá-las à fome, através do cerco económico cada dia mais apertado**. Não há da parte do Governo apoio técnico e financeiro. A cortiça é roubada. O Estado proibe o corte e desbaste de árvores, tecnicamente necessário, obriga as cooperativas ao pagamento imediato de centenas de milhares de contos à Previdência e ao Fundo de Desemprego e ao CAE. Em contrapartida não paga 12,5 milhões de contos de dívidas às Cooperativas nem se dispõe ao acerto de contas proposto por estas.

«**Hoje devido à tal política muitas dezenas de UCPs/Cooperativas estão à beira da sua destruição total**. Sem recursos financeiros e técnicos para investir na produção, sobrecarregados com pessoal, continuam sob a ameaça constante de novas reservas e novos roubos».

Depois de reafirmar que os trabalhadores e o País querem e precisam de produzir, os militantes comunistas reunidos em Évora entendem que é «**necessário que o Governo ponha fim imediato à entrega ilegal de terras e outros bens das UCPs/Cooperativas aos agrários**. Que seja respeitada a integridade das Cooperativas. Que sejam cumpridos os despachos do STA. Que sejam devolvidos às UCPs/Cooperativas as terras, máquinas, gados e outros valores usurpados pelos governos de direita. Que a cortiça seja património das Cooperativas e que acabe o boicote ao corte e arranque de árvores tecnicamente justificável. Que o Governo assegure condições de apoio técnico e financeiro para continuar a produzir e aumentar a produção nacional.

«**Estamos perante uma prolongada seca**. É necessário que o Governo não continue insensível e parado face a um problema tão grave para a agricultura e para o País, pondo à disposição da agricultura o vasto par-

que de equipamento do Estado.

«**Os grandes proprietários têm as terras que usurparam às Cooperativas (e outras) abandonadas**. Muitos deles fazem sabotagem económica. Não querem cumprir o contrato colectivo de trabalho. Despedem os trabalhadores para requisitar outros ao Serviço Nacional de Emprego, para em alguns casos, levarem os luxuosos Mercedes e fazerem outros serviços caseiros pagos com o dinheiro do Estado.

«**É necessário que o Governo avance para a expropriação ou arrendamento compulsivo das terras abandonadas ou semi-aproveitadas pelos agrários**».

Manifestando a sua confiança no futuro da Reforma Agrária e a sua disposição para a luta, os participantes sublinham que «**apesar dos duros golpes e de persistir a entrega de reservas, a Reforma Agrária continua viva e a resistir**. Defender cada Cooperativa e fazer de cada hectare uma barreira de resistência contra os inimigos do 25 de Abril é uma tarefa inadiável e constante dos comunistas e de todos os trabalhadores e democratas do nosso País».

Após considerar que nenhuma UCP/Cooperativa, mesmo que já com pouca terra ou pessoal se deve considerar destruída e dissolver-se, o comunicado aponta o caminho da luta:

«**Há que resistir. Há que cultivar as terras que possuam solicitando, se necessário, a ajuda de outras Cooperativas**».

«**Estudar formas de cooperação e interajuda entre duas ou mais Cooperativas nos campos da produção de cereais, forragens, pecuária e outras**. Estudar caso a caso formas possíveis de fusão entre duas ou mais Cooperativas com vista à sua viabilidade económica».

«**Os mais de 20 000 desempregados nos campos do Sul, homens e mulheres, apoiados na sua organização sindical, não devem aceitar o desemprego**. Impõe-se exigir do Governo, dos governadores civis e Serviço Nacional de Emprego medidas concretas para obrigar os agrários a dar trabalho, a cultivar as terras, ou arrendá-las aos trabalhadores agrícolas e agricultores. Os trabalhadores do sector agrícola e privado apoiados no seu sindicato, devem intensificar a luta pelo cumprimento do contrato colectivo de trabalho.

«**Em cada concelho deve ser analisada a possibilidade de interajuda entre as UCPs/Cooperativas e as autarquias**».

perativas e as autarquias.

«**Os comunistas apoiam activamente a ida de uma ampla representação de trabalhadores da zona da Reforma Agrária a Lisboa, dia 26.11, junto da Assembleia da República, para entregar uma exposição, onde se exija que a Reforma Agrária continue consagrada na Constituição**; que seja posto fim à ofensiva e se respeite a integridade das UCPs/Cooperativas; apelar aos deputados das forças democráticas, particularmente aos deputados do Partido Socialista, que unam os seus esforços com vista a impedir que a direita fascisante obtenha a maioria de 2/3 para a revisão inconstitucional da Constituição da República e a destruição do regime democrático».

Já na parte final o texto exige «**o fim dos ataques à Reforma Agrária e às outras conquistas da Revolução**; o fim dos ataques frontais e desestabilizadores aos órgãos de soberania e às Forças Armadas; o fim dos golpes traiçoeiros contra a Constituição e o regime democrático exigem a demissão imediata do Governo AD/Balsemão. A AD é a própria reacção fascisante ao poder, é a própria crise, é a incompetência e falência. A AD arrasta o País para uma situação catastrófica. A degradação crescente das condições de vida dos trabalhadores e de vastas camadas laboriosas do Povo português atinge limites inaceitáveis».

E o documento acentua, a concluir: «**Nenhuma política de recuperação capitalista, de enfeudamento aos monopólios e agrários, à CEE à NATO, ao FMI e ao imperialismo, seja de um governo AD ou de qualquer outro pode ser progressista nem pode resolver os grandes problemas do povo e do País**».

(...) «**A AD perdeu legitimidade para governar**. Existem condições para derrotar a coligação da direita e levar à Assembleia da República uma maioria democrática, na base da qual se criem condições para uma viragem radical na política portuguesa e para a formação de um governo democrático, com uma política nacional ao serviço dos interesses do povo e do País. É esta a vontade do Povo português, é esta a vontade de centenas de milhares de portugueses que será reafirmada nas importantes manifestações do dia 12 de Dezembro, designadamente em Lisboa, Porto e Alentejo».

Baldios de Coimbra exigem cumprimento da lei

Reunido no passado domingo, na Escola Secundária de Arganil, com o objectivo de analisar os problemas com que se debatem os Conselhos Directivos dos Baldios e Compartes, o respectivo Secretariado da Zona da Serra concluiu que se mantém as obstruções à actividade dos CDB's por parte dos organismos oficiais, as quais se traduzem no congelamento dos depósitos bancários, num número crescente e assilante de exigências burocráticas, bem

como nas tentativas de ultrapassagem dos CDB's em matérias da sua competência.

Os participantes na reunião constataram igualmente a falta de apoio técnico e jurídico e o boicote da Direcção-Geral de Ordenamento e Gestão Florestal ao não reconhecer os novos CDB's, situação esta que viola frontalmente a Lei dos Baldios (Lei 39/78) e o seu espírito, particularmente no respeitante à consagração do princípio supre-

mo de devolução dos baldios aos povos.

Em face desta situação o Secretariado recomenda aos Compartes e aos CDB's que debatam estes problemas em assembleias e que sempre que haja violação da lei por parte dos organismos oficiais, que recorram para os tribunais.

A divulgação das obras realizadas com os dinheiros dos baldios como sejam estradas, fontanários, casas de Compartes,

etc., é também recomendada pelo Secretariado que apela ao mesmo tempo aos CDB's para que lhe comuniquem as datas dos termos dos seus mandatos.

O Secretariado decidiu ainda associar-se à homenagem a Aquilino Ribeiro que decorrerá em 7 de Fevereiro em Soutosa, distrito de Viseu, e aceitar o convite para participar na reunião do Secretariado da Conferência dos Baldios do Norte e Centro a realizar no próximo dia 29 em Vila Real.

Agricultores da Lousã reunidos em plenário

Convocados pela sua União, cerca de 50 agricultores do concelho da Lousã participaram no passado sábado, junto ao mercado daquela vila, num plenário onde debateram diversos problemas sentidos pela lavoura da região.

Entre os assuntos abordados nesta reunião, a que esteve presente uma delegação da CNA, os agricultores presentes destacaram uma vez mais o seu total desacordo pelo actual preço de intervenção para as madeiras queimadas, sublinhando que os madeiros a estão a pagar por preços mais elevados.

No final do plenário, considerado muito importante para o reforço da União de Agricultores da Lousã, foi aprovado um documento

contendo as principais reivindicações dos agricultores da região:

Rápido escoamento das madeiras queimadas e melhor preço de intervenção com o respectivo pagamento no prazo de 30 dias; pagamento das indemnizações pelos prejuízos causados pelos incêndios assim como ajuda e apoio técnico à reabilitação das áreas queimadas; isenção da contribuição predial rústica por um período de 20 anos; anulação do recente aumento de 45 por cento dos adubos e impressão do preço nos sacos; rápido pagamento do subsídio de gasóleo devidamente actualizado; negociação dos preços para os produtos agrícolas com as organizações da lavoura e garantia de escoamento antes das sementeiras.

Problemas da lavoura debatidos em Tábua

Reunidos recentemente junto à feira de S. Martinho, em Tábua, cerca de 200 agricultores debateram as dificuldades da lavoura na região, aprovando um documento e a constituição de uma Comissão Directiva Provisória responsável por dinamizar os agricultores da região.

Nesse documento, entregue no final da concentração a dois vereadores do município local, os agricultores expressaram as suas principais preocupações, nomeadamente o pagamento ur-

Em defesa da Reforma Agrária e da Constituição Concentração no dia 26 frente à Assembleia da República

Uma numerosa delegação da Reforma Agrária concentrar-se-á no próximo dia 26, às 14.30 horas, frente à Assembleia da República, para exigir que esta conquista da Revolução continue consagrada na Constituição.

Esta jornada, promovida pelos Secretariados e Unions Distritais das UCPs/Cooperativas Agrícolas, pelos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas e pela Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Agrícolas do Sul, surge na sequência — como refere um comunicado destas estruturas distribuído aos órgãos de informação — de indícios que se têm multiplicado nas últimas semanas que apontam para o perigo de por detrás da fachada demagógica e pretensamente dialógica do MACP e dos seus titulares, «se perfilarem novos planos e projectos de liquidação total da Reforma Agrária».

Esta posição fundamenta-se no facto da legalidade democrática continuar a ser desrespeitada, de terem comecado novas entregas de terras a falsos agricultores com base em despachos ilegais de João Goulão, de nenhum dos Acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo que mandam devolver as terras aos trabalhadores estar a ser aplicado, dos créditos continuarem bloqueados, do Governo não pagar as dívidas do Estado às UCPs/Cooperativas, das terras dos grandes agrários continuarem abandonadas.

Por outro lado, são preocupantes, as consequências que advirão para a Reforma Agrária caso vingam os acordos de revisão constitucional do PS com a AD. «**Ao que tudo indica — salienta ainda o comunicado — o PS, tratando mais uma vez os interesses dos trabalhadores, estaria na disposição e aceitar as propostas da AD no sentido de arrear ou adiar profundamente as disposições constitucionais sobre a Reforma Agrária**».

É neste quadro, pois, que os trabalhadores estão a intensificar as suas acções de protesto e se deslocar a Lisboa no próximo dia 26, para exigir que a Reforma Agrária continue consagrada na Constituição, para reclamar o respeito pelas UCPs/Cooperativas e a repositio da legalidade democrática.

Trabalhadores

Jornada de luta de 23 a 27 de Novembro

- Concentrações no Porto e em Coimbra a 27
- Manifestação em Lisboa no mesmo dia

Fazer dos TFP o "bode expiatório"

Há oito meses, quando das negociações do aumento dos trabalhadores da Função Pública, o secretário de Estado do Orçamento Alípio Dias assegurou aos representantes dos TFP que não seriam lançados impostos. O governo «AD» acaba de anunciar que os TFP passarão a pagar imposto profissional.

Isto é, o Governo «AD» mente e não cumpre a sua palavra.

Por diversas vezes nos últimos meses, o ministro da Reforma Administrativa, Meneses Pimentel, comprometera-se com os representantes dos TFP a que a percentagem do aumento global para aqueles trabalhadores a inscrever no OGE para 1982 seria previamente discutida e negociada com os sindicatos. O governo «AD» anunciou na passada sexta-feira que não negociará, que o aumento será de 15% e não discutirá tal decisão.

Isto é, o Governo «AD» mente e não cumpre a sua palavra.

O ministro João Salgueiro prevê que a taxa de inflação para 1982 será de 17 a 18%. Os governos «AD» sempre mentiram acerca da taxa de inflação que tem sido sistematicamente maior que a anunciada: o ex-governador do Banco de Portugal, Silva Lopes, admite que no próximo ano ela suba a 25%. Em qualquer dos casos, a inflação prevista pelo próprio Governo é superior ao «tecto» salarial que a «AD» quer impor aos TFP e a todos os trabalhadores.

Isto é, o Governo «AD» pretende que os TFP passem em 1982 a ganhar menos do que estão a ganhar hoje.

O governo «AD» recusa-se a discutir com as estruturas representativas dos TFP os aumentos salariais: *impõe* a sua decisão. Paralelamente, entremeadado com sucessivas queixas sobre o «peso da máquina administrativa», anuncia que é necessário restringir o número de funcionários públicos, que se procederá à eliminação de serviços, que se dispensam funcionários: recusa-se igualmente a discutir com os trabalhadores medidas que gravemente afectarão o seu trabalho e poderão pôr em causa os seus empregos.

Isto é, o Governo «AD» pretende restaurar na Função Pública os métodos autoritários, intimidatórios e humilhantes que caracterizam as forças de direita que fazem do Estado uma quinta e concebem os seus trabalhadores como criados.

O governo «AD» invoca o tal «peso da máquina administrativa», ameaça com despedimentos e «reorganizações», mas a verdade é que, a partir do primeiro governo Sá Carneiro até hoje, entraram para os quadros da Função Pública e do sector empresarial do Estado mais de 56 000 novos elementos.

Isto é, o Governo «AD» não pretende reorganizar tendo em conta os reais interesses do País, a competência e experiência dos TFP, mas sim refazer o compadrio e o clientelismo que lhe permitam, não ter uma máquina administrativa eficaz e patrioticamente empenhada, mas sim uma máquina ao serviço dos interesses que ele próprio serve.

Durante anos e anos, os trabalhadores da Função Pública foram considerados uns quase cidadãos de segunda aos quais, em nome de um hipócrito «serviço à causa pública», se restringiram direitos e capacidades. O 25 de Abril deu passos importantes na modificação dessa situação: no espírito de Abril, no espírito da Constituição, os TFP são trabalhadores com todos os direitos dos outros trabalhadores. A medida governamental de *impôr* às estruturas representativas da Função Pública um montante de aumento é objectivamente o negar aos TFP e aos seus sindicatos o direito à negociação colectiva. Entretanto, o ministro João Salgueiro defende de forma néscia e tartufo que o facto de os TFP passarem a pagar imposto profissional se deve essencialmente ao «anselo» de os colocar em igualdade de circunstâncias com todos os outros cidadãos!

Isto é, o Governo «AD» entende que a igualdade entre os cidadãos assenta não na igualdade dos seus direitos e de todos os seus direitos, mas sim no facto de pagarem impostos ao Estado.

Aos trabalhadores da Função Pública não podem ser assacados os erros da política definida pelos Governos. Os TFP são servidores do Estado: se esse Estado é colocado ao serviço de uma política antipopular, antinacional, se o poder do Estado é utilizado não para fomentar o desenvolvimento nacional, resolver os problemas dos portugueses, assegurar as liberdades e construir o País, mas sim para servir meia dúzia de milionários e latifundiários, de multinacionais e saudosistas do passado, os TFP não são não responsáveis de tal política como são tão vítimas dela como todos os outros portugueses. A questão é que o cidadão comum quando paga mais no Posto Médico da Caixa não paga ao dr. Luís Barbosa, ministro da Saúde, que decretou a medida, mas a um TFP que trabalha; a questão é que quando um cidadão chega a uma repartição para entregar um impresso e verifica que não está lá um TFP em greve, ressentido-se da ausência deste e não da do dr. Meneses Pimentel, ministro da Reforma Administrativa, que, com a sua política, obrigou os TFP à luta não contra o cidadão, mas contra essa política. E a questão é que o governo joga nísto!

Isto é, o Governo «AD» pretende fazer dos TFP os «bodes expiatórios» da sua política antipopular ou então obrigá-los a servir-se de si próprios.

Isto é, em suma: os 380 000 trabalhadores da Função Pública têm toda a razão para encetarem formas de luta contra uma política que gravemente os atinge. Que os atinge a eles e a todos os portugueses.

Função Pública diz "não" ao tecto de 15%

Reuniu-se na terça-feira o plenário das direcções sindicais da Frente Comum dos Sindicatos da Função Pública para estudar a situação criada pela imposição do Governo «AD» de um limite de 15% aos aumentos a conceder aos TFP em 1982. O plenário decidiu a realização de uma jornada de luta de 23 a 27 deste mês que culminará com concentrações, no último dia, no Porto e Coimbra e uma manifestação em Lisboa.

A reunião analisou a decisão governamental comunicada aos dirigentes sindicais pelo ministro da Reforma Administrativa Meneses Pimentel, na passada sexta-feira, de limitar a verba para aumentos aos TFP a inscrever no próximo OGE a 15% da actual massa salarial. Meneses Pimentel comunicou que o Governo decidira que tal decisão não era negociável com os trabalhadores (ao contrário do que anterior e repetidamente afirmara) e que as estruturas sindicais apenas seriam chamadas a discutir a distribuição por categorias do montante global.

No seu comunicado, a Frente Comum denuncia o «autoritarismo, a prepotência e a quebra de compromissos por parte do Governo traduzido na tentativa de impor um tecto salarial de 15%, de extinguir organismos e lançar impostos sobre salários sem prévia negociação com os sindicatos», alargando assim o protesto ao anúncio governamental não apenas de uma «reorganização» da Administração Pública que visaria reduzir o número de trabalhadores lançando muitos deles no desemprego, como também o anúncio recente da incidência, a partir de 1982, do imposto profissional sobre os TFP.

Consequentemente, a Frente Comum aponta como direcções de luta o protesto contra o autoritarismo governamental e pelo efectivo direito à contratação colectiva, contra o tecto salarial de 15%, contra a aplicação de impostos sem prévia audição dos sindicatos e contra medidas como a extinção de organismos ou alargamento do Quadro Geral de Adidos que «ponham em causa a segurança e estabilidade de emprego dos TFP».

O plenário das organizações sindicais decidiu as seguintes formas de luta:

1. Realização de uma jornada de luta entre 23 e 27 de Novembro com reuniões nos locais de trabalho dentro das horas de serviço, ao abrigo da lei sindical, para esclarecimento, discussão e mobilização dos trabalhadores em torno dos objectivos propostos.

2. Realização de uma manifestação em Lisboa e de concentrações no Porto e em Coimbra no dia 27 de Novembro.

3. Esclarecimento da opinião pública sobre as razões da luta dos trabalhadores e sensibilização dos vários órgãos de poder, nomeadamente a Assembleia da República, para a gravidade da presente situação.

Após anunciar a decisão de exigir do Governo esclarecimentos sobre questões colocadas pela Comissão Negociadora Sindical e nova reunião plenária para o próximo dia 2 de Dezembro, o comunicado conclui:

«O Plenário da Frente Comum alerta o País para a gravidade das medidas anunciadas pelo Governo, as quais terão efeitos profundamente negativos na degradação de qualidade dos serviços prestados pela Administração Pública a todos os níveis e designadamente em sectores como a Saúde, a Educação e a Habitação».

PCP condena tectos salariais impostos pela AD

1. O anúncio da tentativa governamental de imposição de escandalosos tectos salariais constitui uma brutal confirmação de que o Governo da «AD» se propõe descarregar para cima dos trabalhadores todo o fardo de uma crise agravada em extremo pela desastrosa política da «AD».

Torna-se absolutamente claro que o reforço acelerado da exploração dos trabalhadores, a drástica redução do seu poder de compra, novas dificuldades, sacrifícios e sofrimentos lançados sobre a vida da maioria das famílias portuguesas são a receita que a «AD» pretende impor à população laboriosa enquanto mantém intactos todos os planos e medidas visando a recuperação de poder e privilégios pelo grande capital e pelos sectores parasitários da sociedade portuguesa.

2. A experiência já mostrou que a degradação das condições de vida da população, a diminuição dos salários reais e a redução do poder de compra, longe de serem solução para a crise económica, são antes um factor do seu agravamento, na medida em que acarretam a redução do mercado interno, a retração e estagnação das actividades produtivas nacionais, acrescidas dificuldades para numerosos sectores económicos.

Em contrapartida, a melhoria das condições de vida da população é não apenas um urgente

imperativo de justiça social mas também uma condição essencial para a própria recuperação económica e para o lançamento de uma política de expansão e desenvolvimento.

3. Os trabalhadores darão a devida resposta aos sinistros planos do Governo da «AD». Com a sua organização, unidade e determinação combativa estão em condições de garantir a defesa dos seus interesses e de assegurar o fracasso e a derrota da política antipopular e antinacional da «AD».

As sombrias perspectivas de miséria, estagnação e exploração que o Governo da «AD» faz pairar sobre o povo e o país colocam em particular evidência a necessidade de tudo se fazer para afastar a «AD» do Governo, travando assim o caminho para uma situação de completo desastre e ruína nacional.

4. A luta contra o Governo «AD» e por uma alternativa democrática surge cada vez mais como uma exigência directa e inadiável da luta em defesa do pão, do trabalho e da liberdade dos portugueses e dos interesses de Portugal.

14 de Novembro de 1981

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Manifestação dia 12 A adesão popular não cessa de aumentar

Estão já marcadas manifestações para o próximo dia 12 de Dezembro em Lisboa, Porto, Évora e Montemor-o-Novo. Entretanto, prosseguem por todo o País os plenários de dirigentes e delegados sindicais, de acordo com as deliberações tomadas pela CGTP/IN no passado dia 4, tendo em vista a preparação das acções de luta a desenvolver para contrariar a actuação do Governo AD.

Com efeito, o número de plenários até agora realizados revela que a jornada de luta do próximo dia 12 irá ter uma amplitude talvez nunca igualada no Portugal de Abril. O próprio ambiente que se vive indica bem que as pessoas estão fartas da incompetência e do compadrio deste Governo, cada vez mais interessado em beneficiar os ricos e em explorar os trabalhadores.

Só quem não quiser é que não vê o estado de espírito do País e o mal-estar da população. Acendem-se por todo o País as lutas dos trabalhadores. Desde a função pública aos tectos, passando pelos médicos o descontentamento grassa.

Dizíamos no número anterior do «Avante!» que este Governo tinha conseguido uma coisa difícil — congregar contra si quase todas as camadas profissionais. Não faltaremos muito à verdade se dissermos, hoje, que com a continuação deste Governo AD o executivo vai conseguir uma coisa quase única na História deste País — conseguir pôr contra si a totalidade das camadas profissionais, incluindo aqui uma certa parte do patronato.

Por todo o País se consolida o movimento de apoio à jornada de luta do próximo dia 12. Isso mesmo o defendeu o plenário da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal recentemente

realizado. Ai foi afirmado o total empenhamento para que os objectivos definidos na última reunião da CGTP sejam totalmente atingidos, garantindo-lhe que desde logo, toda a classe continuaria a ser mobilizada para a luta contra este Governo e esta política de desastre nacional, consubstanciada na tentativa de revisão reaccionária da legislação de trabalho e da Constituição, no aumento dos despedimentos e repressão patronal, no aumento do custo de vida, na perda da independência nacional e no alinhamento com as forças da guerra.

Também o Secretariado dos Delegados Sindicais da Setenave decidiram, em reunião recente, apoiar e participar activamente na jornada de luta do próximo dia 12 de Dezembro promovida pelo movimento sindical unitário e Cinturas Industriais de Lisboa e Setúbal, como contributo decisivo para o derrube do Governo

AD/Balsemão, contra o golpe de estado a coberto da revisão Constitucional, pela defesa de Abril e das suas conquistas.

Por seu turno, o plenário da União dos Sindicatos de Santarém dando o seu total apoio às decisões do Secretariado Nacional da CGTP/IN decidiu convocar concentrações, manifestações e paralisações em vários locais do distrito como forma de protesto contra o aumento do custo de vida, defesa do regime democrático, defesa da Constituição e contra o pacote laboral. Pelo que decide que se levem a efeito manifestações já no próximo dia 12 de Dezembro em Torres Novas e Coruche, e que se realizem concentrações em Alpiarça e Tramagal no dia 18 de Dezembro.

Posições idênticas têm sido tomadas por outras União de Sindicatos. E se hoje ninguém duvida que a luta continua, quem duvidará que a vitória dos trabalhadores será alcançada.

A feroz repressão da Covilhã não impede o continuar da luta ali e noutras zonas do País

Foram vários os feridos provocados pelas cargas da GNR sobre os trabalhadores têxteis na Covilhã, uma acção repressiva que recorreu a bastões, cães e mesmo rajadas de armas automáticas que apenas na versão daquela força foram feitas para o ar.

Na origem, a greve dos trabalhadores têxteis que recusam uma portaria de extensão e exigem a revisão do contrato colectivo de trabalho, revisão que muitas empresas estão já a assinar individualmente.

Cerca de 9500 trabalhadores têxteis laboram naquele centro industrial da Beira Baixa. A greve teve a adesão da maioria esmagadora dos trabalhadores, apesar das manobras divisionistas do «Sindotex» que se intitulava «Sindotex», membro da UGT, e que o deputado socialista José Luís Nunes tão acaloradamente defendeu no hemisfério da Assembleia da República. Na região só uma minoria dos laços do patronato se identifica com o «Sindotex».

resposta concreta para a resolução do conflito existente actualmente no sector têxtil, não fez outra coisa senão furtar-se aos argumentos dos sindicalistas e acabou por não dar nenhuma garantia que possibilitassem evitar o conflito no sector. Os dirigentes sindicais no seu encontro com o ministro do Trabalho argumentaram tanto com disposições legais como constitucionais, reforçadas ainda pelo estipulado nas convenções da Organização Internacional do Trabalho. A tudo isto o ministro disse nada.

A CGTP/IN e o ministro

Entretanto, no Ministério do Trabalho realizou-se uma reunião entre o Secretariado da CGTP e o ministro do Trabalho por convocatória deste.

A reunião teve por objectivo analisar os problemas existentes na contratação colectiva, principalmente no tocante à violação do direito constitucional, nomeadamente no que diz respeito à greve situação verificada no sector têxtil.

O ministro, que se comprometera a dar nesta reunião uma

luta decidida para apoiar o caderno reivindicativo e contra o desmembramento da empresa. Por seu turno, os pescadores do arrasto costeiro de todo o país aderiram massivamente à greve de um dia. Greve que se repetirá no início de cada semana até conseguirem ver contempladas no CCT em negociação as propostas de revisão apresentadas.

Também os trabalhadores do jornal «Correio do Minho», de Braga paralisaram durante dois dias. Os trabalhadores reivindicam da administração a aplicação do CCTV da Imprensa, em vigor desde Dezembro de 1979, no que se refere a tabelas salariais, subsídio de serviço nocturno e horário semanal.

Também os técnicos sanitários do Norte e Centro estiveram

em greve durante dois dias, registando-se uma elevada adesão. Estes profissionais lutam pela definição de um nível de carreira igual ao dos restantes técnicos paramédicos e contra as manobras em curso na Secretaria de Estado da Saúde que lhes pretende aplicar um esquema profissional que não satisfaz minimamente os seus interesses nem tão-pouco tem em conta a sua preparação técnico-profissional.

Patrão fechado à chave

Tem sido várias vezes referida no «Avante!» a situação que viveram os trabalhadores da Algot, fábrica de vestuário na Póvoa de Varzim, vítimas de «lock out», que após movimentações

conseguiram a reabertura da fábrica em fins de Setembro passado. Na última semana surgiram de novo conflitos. Ao tomarem conhecimento da venda de carros da empresa, e já que a alienação dos seus bens era preocupação dos trabalhadores, estes dirigiram-se ao represen-

tante do patronato Nílas Nilson, no sentido de confirmar a veracidade da notícia, ao que este respondeu fechando-se à chave no escritório. Confirma-se portanto a ideia de que o facto do patronato ter reaberto a Algot não significava pôr a fábrica a garantir trabalho.

A OIT e a luta dos têxteis

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) informou a CGTP/IN que o Comité de Liberdade Sindical irá apreciar a sua exposição sobre as violações aos direitos sindicais praticadas pelo Governo AD no processo da contratação do sector têxtil. Entretanto, a OIT solicitou também à CGTP/IN informações complementares sobre a evolução do problema.

Operação da NATO contra a CP

Alertando os seus companheiros de trabalho para as manobras que se tramam contra a CP, os ferroviários comunistas, nomeadamente a Célula da CP do Sector de Transportes da Organização Regional de Lisboa do PCP, recorda o relatório elaborado por um grupo de trabalho da NATO.

Deste grupo de trabalho fizeram parte Angelo Correia, do PPD, e José Luís Nunes, do PS. O documento viria a ser aprovada na Assembleia da NATO reunida, em Munique, em Outubro último.

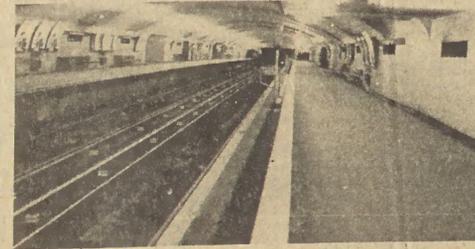
No referido texto são ditas as medidas de gestão para a CP, principal empresa do sector público de transportes, sobressaindo o encerramento de linhas férreas e o despedimento colectivo de trabalhadores.

Contra esta ingerência nos assuntos internos portugueses se insurgem os ferroviários comunistas que publicamente avisam os seus camaradas de trabalho que estas propostas, elaboradas aliás por consultores canadianos, traduzir-se-iam,

caso viessem a ser concretizadas, na redução de cerca de 60 por cento de pessoal administrativo e de 50 por cento de pessoal de estações e ainda no encerramento da maioria das vias estreitas.

Isto põe já uma questão: como a totalidade das vias estreitas se localizam no Norte do país, as populações dessas zonas vão ser afectadas pelas medidas propugnadas pela NATO.

Os ferroviários comunistas manifestam-se, pois, dispostos a lutar, juntamente com os seus companheiros de trabalho para se oporem a tais intenções, denunciando os seus autores e impedindo a sua concretização. E esta é uma luta que não diz só respeito às centenas de trabalhadores que poderão ser «despididos do serviço», na terminologia do Governo AD para substituir o termo despedir. É uma luta que tem a ver com todo o povo português, nomeadamente as populações que se arriscam a ver os carris enfiarem pela ausência definitiva dos comboios.



Greve no Metro: uma entre muitas, pelos direitos dos trabalhadores

PCP

II Assembleia de Organização da 2.ª zona do Comité Local de Lisboa

Os comunistas da 2.ª zona do Comité Local de Lisboa reuniram no passado sábado a sua II Assembleia de Organização, marco muito importante para o reforço e desenvolvimento da actividade dos militantes do Partido daquela zona.

A Assembleia, caracterizada pela viva participação dos cerca de 250 delegados, além de dezenas de convidados, decorreu na Academia de S. Amaro e proporcionou a discussão e aprovação do Relatório de Actividades elaborado pelo Organismo de Direcção cessante, (documento de 34 páginas), da Resolução Final e também a eleição do novo Organismo de Direcção (28 ca-

maradas, com a média etária de 34 anos), aprovado com uma abstenção.

Registaram-se ao longo dos trabalhos cerca de quatro dezenas de intervenções, tendo merecido particular destaque, por exemplo, as que abordaram o sector nacionalizado das pescas, a situação na freguesia da Ajuda, as eleições de Belém, a Festa do «Avante!» e a luta na Progresso Mecânico. De referir que falaram na Assembleia trabalhadores comunistas de praticamente todas as empresas industriais da zona.

Os delegados aprovaram quatro moções: de apoio à manifestação do dia 12 de

Dezembro convocada pela CGTP-IN, de apoio aos trabalhadores da SNAPA e a todos os trabalhadores do sector nacionalizado das pescas, de apoio à Juventude do MPLA e contra a invasão da República Popular de Angola pelas forças racistas da África do Sul e, por fim, de apoio à Conferência Sindical Nacional da Juventude, que se realiza no próximo fim-de-semana.

As moções foram aprovadas por unanimidade e aclamação.

A Resolução Final aponta importantes direcções de

trabalho para melhorar e desenvolver a acção dos militantes comunistas da 2.ª zona do CLL nos seguintes sectores: **trabalho de direcção e estilo de trabalho, política de quadros, informação e propaganda, organização, recrutamento, «Avante!» e «O Militante», fundos, Pioneiros, Centros de Trabalho e Juventude.**

No âmbito do movimento operário e popular, são apontadas tarefas e direcções de trabalho nas seguintes áreas: **CT's, acção sindical, autarquias, CM's, colectividades, reforma-**

dos, mulheres, luta pela paz e pequenos e médios empresários.

O camarada Octávio Pato, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do Partido, encerrou os trabalhos da Assembleia com uma intervenção em que analisou o actual momento político (ver nesta página).

A noite, foi apresentado pela Cooperativa de Teatro Popular o espectáculo «Histórias de Pouca Vergonha», com interpretações de José Viana, Dora Leal e outros artistas.



Intensa actividade no Barreiro

A organização da Freguesia do Barreiro realizou há dias a sua V Assembleia com a participação de cerca de 460 delegados. Os delegados presentes na Assembleia tomaram conhecimento, debateram e aprovaram os relatórios da Comissão de Freguesia, das células de bairro e dos eleitos autárquicos.

Para além de vários simpatizantes, estiveram ainda presentes convidados representantes de colectividades, comissões de moradores, junta de freguesia e MDP/CDE.

Foram aprovadas moções sobre a situação política e o empenhamento da organização da freguesia nas acções de massa em perspectiva, sobre a construção do novo Centro de Trabalho, e sobre a defesa da paz e contra as armas nucleares.

Foi ainda eleita a Comissão de Freguesia composta por 24 elementos, dos quais 13 são mulheres.

Entretanto, o sector dos serviços, que integra a Função Pública, Bancários, CTT/TLP, Hotelaria, Comércio, Seguros e Escritórios, e que assenta a sua estrutura orgânica num organismo intermédio que é responsável pelo conjunto das células dos vários sectores, realizou a sua Assembleia de Organização, que teve lugar no último fim-de-semana, tendo sido eleito o organismo intermédio e aprovado o relatório do trabalho desenvolvido.

No final dos trabalhos foram aprovadas as conclusões, de que se destacam os seguintes pontos:

- Continuar os esforços no sentido de destacar quadros para responsáveis pelos fundos em todos os organismos onde ainda não esteja resolvido este problema;
- Dinamizar as comissões de fundos existentes e avançar para a sua constituição onde ainda não existam;
- Aprofundar a discussão da problemática dos fundos a todos os níveis da organização;
- Levantar por diante os esforços que têm vindo a ser desenvolvidos ao longo do ano para: recuperação de quotas atrasadas; aumento do valor da quota e regularização da recolha mensal das quotizações;
- Correção dos atrasos existentes na prestação de contas, nomeadamente no que respeita a quotas, imprensa, EP's e diplomas-recorção;
- Aperfeiçoamento geral da prestação de contas na base de que o dinheiro do Partido deve ser entregue regularmente;
- Dar mais atenção à difusão da Imprensa do Partido, discutindo, definindo objectivos e tomando medidas práticas para que os mesmos sejam atingidos;
- Bancas e locais de convívio, — trabalhar para o seu funcionamento regular, o que passa pelo acompanhamento dos quadros destacados para as comissões respectivas e pela chamada de mais quadros, por forma que não hajam falhas nas escalas;
- Campanha para o novo Centro — empenhamento de todo o partido nesta grande tarefa;
- Dar mais atenção às iniciativas promovidas pelos vários organismos;
- Campanha de Natal — começar desde já a trabalhar para que se consiga atingir a meta do concelho.

Os fundos do partido e a sua organização foram motivo de reunião em que participaram 121 camaradas da organização do concelho do Barreiro, no sábado passado.

As quotizações, os locais de convívio, as bancas, a Imprensa do Partido e as iniciativas foram, entre outros, os problemas tratados.

Também a construção do novo Centro de Trabalho mereceu particular atenção, tendo em conta o empenho necessário para organizar a campanha de recolha de fundos que está já a decorrer, em torno do diploma-recorção, mas que passará também por outras grandes iniciativas.

As intervenções reflectiram o trabalho realizado em cada célula de empresa e de bairro, desde a recolha de quotizações, às iniciativas específicas para a angariação de fundos.

Reunião de quadros do Comité Local do Porto sobre trabalho de fundos

«Há que assegurar a base material para o trabalho político do próximo ano, concluiu a reunião de quadros do Comité Local do Porto sobre o trabalho de fundos que se realizou no passado sábado.

Cerca de 150 camaradas, membros das Comissões de Freguesia e outros organismos, responsáveis de fundos e colaboradores, fizeram um balanço do trabalho realizado este ano e lançaram perspectivas de trabalho para 82, que naturalmente tiveram em conta o aumento das despesas.

As várias organizações prestaram contas do seu trabalho e dos objectivos que se propõem atingir ao próximo ano. A organização continuará a ser mobilizada para este objectivo.

No final foi debatida a actual situação política e a necessidade do trabalho dos camaradas corresponder às suas exigências.

receu alguns aspectos da actual situação política.

Esta iniciativa da Comissão de Zona Local, dará certamente um novo ânimo ao trabalho do Partido no Castelo da Maia.

O sr. governador civil e o «Interesse público»

Parece ser ponto assente para o sr. governador civil do Porto, que as iniciativas do PCP e de estruturas unitárias democráticas não são de interesse público.

De facto têm vindo a ser recusadas, em todo o distrito, pelo sr. governador civil Rocha Pinto, salas de escolas, mesmo quando Conselho Directivo e Juntas de Freguesia declaram não haver impedimento, para a realização de iniciativas. O motivo invocado é sempre o de estas

«O PCP não se opõe à revisão da Constituição; o PCP o que pretende é que essa revisão respeite as conquistas de Abril e o regime democrático» — afirmou Octávio Pato

(...) A situação social, económica e financeira do País continua a degradar-se, nada indicando que tenda a melhorar, pelo contrário, tudo apontando, para o seu agravamento.

Não é segredo para ninguém, nem o próprio governo o escondido. Ainda quinta-feira à noite, o ministro João Salgueiro pedia aos portugueses que ao seu já tão esburacado cinto acrescentassem mais uns quantos furos porque os tempos que se aproximam vão ser maus.

O porquê desta situação é que não ficou claro.

Sabe-se (mas nem era preciso, saber, porque se sente) que a inflação sobe, o custo de vida é insustentável, o desemprego alastra.

No entanto, a actividade governamental, a todos os níveis, é catastrófica: continua a ofensiva contra a Reforma Agrária, reduz-se o crédito aos agricultores e aos pequenos e médios comerciantes e industriais, reduz-se o crédito bancário para a compra de habitação própria, avança-se com um «novo pacote de leis laborais», visando como é evidente dificultar as contratações colectivas, diminuir direitos sociais e sindicais dos trabalhadores e facilitar os despedimentos. Isto, para não falar já dos grandes cortes previstos no próximo OGE, envolvendo sectores tão importantes como ensino, saúde, habitação e outros.

Entretanto, a dívida externa, que em 1976 não atingia os 100 milhões de contos, hoje, após o resultado da política dos sucessivos governos PS e «AD», em 5 anos passou para 660 milhões, pagando os portugueses só de juros com os empréstimos nada menos de 60 milhões de contos.

Os encargos com a dívida pública sobem a perto de 100 milhões de contos por ano. A corrupção e o compadrio atolam o governo «AD».

E perante este panorama nacional, o dr. Mário Soares, à saída de uma entrevista com o Primeiro-Ministro, Pinto Balsemão, disse não ter perdido a oportunidade de lhe fazer sentir que estava «desagradavelmente impressionado com o decurso dos trabalhos do governo «AD».

Tamãha serenidade permite-nos pensar que estamos já a assistir à concretização na prática do «pacto de regime» que Balsemão propôs ao PS quando do Programa do seu II Governo (que na altura mereceu de Mário Soares uma dúbia resposta) e

cujos efeitos começam já a surgir a nível da revisão constitucional.

Com que direito, por exemplo, o sr. Primeiro-Ministro, Pinto Balsemão se atreve a afirmar que o Conselho da Revolução na prática está extinto, só porque isso foi aprovado na Comissão de Revisão Constitucional, se tal decisão não mereceu ainda a aprovação dos 2/3 necessários de deputados na Assembleia da República? De onde lhe vem tal arrogância? Que respeito merecem ao Primeiro-Ministro as leis do País?

E enquanto com tal gente Mário Soares não tem relutância em pactuar, em relação ao PCP acusa-o de pretender «bloquear a revisão constitucional», atitude que no mínimo se pode dizer que está em total oposição com a sua apregoada «viragem à esquerda».

O PCP não se opõe à revisão da Constituição, o PCP o que pretende é que essa revisão respeite as conquistas de Abril e o regime democrático.

Não é essa, contudo, a revisão pretendida pela «AD». O que a «AD» pretende é precisamente pôr em causa Abril e o regime democrático.

As significativas vitórias da APU nas recentes eleições locais realizadas, o repúdio que através da diminuição de votos e de percentagens mereceu a política de ambiguidades e cedências do PS à direita, as pesadas derrotas que «AD» desde 7 de Dezembro vem sofrendo, só por si, são prova bastante de que o povo português está profundamente descontente com a política antipopular e antinacional que vem sendo seguida pelos governos «AD», são prova bastante de que o povo português pretende uma nova política que defenda os interesses dos trabalhadores e os interesses nacionais.

O repúdio generalizado pela política do governo «AD», em todas as classes e camadas sociais; as acções dos camponeses; dos comerciantes, dos médicos, dos professores, das mulheres, dos reformados, da juventude; as acções de massas em curso, desde as greves, concentrações, movimento em defesa da Constituição, movimento contra as armas nucleares; o reforço da unidade sindical a grande manifestação de protesto contra a política do governo anunciada para dia 12 de Dezembro promovida pela CGTP/IN e estruturas unitárias de CT's, indicam de forma clara que amadurecem as condições para aproximar as

mais diversas camadas sociais e pessoas de diversas tendências, na luta comum contra a política do governo «AD».

Amadurecem as condições para uma alternativa ao governo e à política da «AD» e para a formação de um governo democrático respeitador da legalidade.

Desde 7 de Dezembro, quando o povo português esmagadoramente disse não ao candidato e às propostas de subversão do regime que lhe eram feitas pela «AD», esta perdeu toda a legitimidade para governar.

Os acontecimentos que desde aí se sucedem, o falhanço estrondoso das campanhas forjadas pela «AD» em torno do caso de Timor ou do inquérito público à morte de Sá Carneiro, os escândalos e a corrupção que por todo o lado alastram, mais não têm servido que para isolar a «AD».

É já hoje consenso de todas as forças democráticas que a demissão do governo «AD» Balsemão é um imperativo nacional, é a única solução capaz de evitar que o país caia no caos económico e que as condições de vida dos trabalhadores se degradem ainda mais.

O povo português deve de novo ser ouvido.

Estamos certos que em novas eleições a «AD» seria derrotada e estaria criada uma nova situação que permitiria a alternativa que é desejada e é possível.

O sentimento de que é necessário estabelecer acordos e entendimentos entre todos os sectores democráticos cresce a todos os níveis, estendendo-se a largos sectores, incluindo dirigentes do PS, que até há pouco se mostravam renitentes a alianças com o PCP.

A ameaça que este governo representa para a democracia é real.

É possível e é urgente unir esforços para demitir o governo Balsemão.

É possível e é urgente unir esforços para encontrar uma alternativa democrática que corresponda às aspirações dos trabalhadores, que defenda os interesses do povo português e de Portugal.

Extractos da intervenção do camarada Octávio Pato na 2.ª Assembleia de Organização da 2.ª Zona do Comité Local de Lisboa.

Comité Local de Lisboa do PCP critica as aberrantes declarações de Abecasis contra as colectividades

«São aberrantes as declarações proferidas pelo actual ocupante da Câmara Municipal de Lisboa «AD»/Krus Abecasis em reunião de Câmara de 26-10-81, declarações que se relacionam com a representação das Colectividades de Cultura e Recreio pela FCCR, órgão representativo de 1000 Colectividades em todo o território nacional», salienta um comunicado da Comissão para as actividades desportivas, culturais e recreativas do Comité Local de Lisboa (CLL), recentemente divulgado à Imprensa.

as transformações dadas com o 25 de Abril.

«O que a «AD»/Abecasis não perdoa são as liberdades alcançadas pelas colectividades e que foram consagradas na Constituição da República Portuguesa.

«O sr. «AD»/Abecasis tem saudades dos tempos em que a PIDE invadia as colectividades roubando livros que eles consideravam menos próprios pelo regime salazarista; em que várias colectividades eram encerradas e os seus dirigentes presos, impedindo dessa forma o desempenho das funções que tinham sido eleitos pelos associados».

E mais adiante:

«Mas o sr. Krus Abecasis não tem hoje ao seu alcance os meios repressivos que tiveram os «marchuetas» de má memória. As colectividades têm hoje a liberdade de eleger os seus dirigentes

não necessitando de ser homolgados pelo «ministério do interior».

«O sr. Krus Abecasis não gosta da Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, como não gosta das colectividades, porque tudo o que lhes diz respeito cheira a cultura o que é «subversivo».

Há que defender o direito constitucional de associação!

Depois de referir que as declarações do sr. Abecasis já mereceram o repúdio da Federação das Colectividades de Cultura e Recreio, assim como deve merecer de todo o Movimento Associativo, porque elas demonstram que, se as condições permitissem, o Governo e a Câmara «AD»/Abecasis não teriam por certo nenhuma objecção a impor ao movimento associativo a política

Anímad magusto no Castelo da Maia

O passado dia 14 foi na zona do Castelo da Maia, durante a tarde e a noite, um dia de convívio e alegria.

As castanhas assadas, a água quente e outros «comes e bebes» foram o pretexto para que mais de 200 pessoas se juntassem, convivissem e falassem dos problemas decorrentes desta política «AD». A isto ajudaram os artistas, incluindo Sérgio Mendes conjuntos «1.º de Maio» e «Vento Norte» e o Rancho Folclórico de Gemunde. O camarada António Mota esclari-

Concelho do Montijo • Apelo aos agricultores

Da Comissão Concelhia do Montijo, recebemos o seguinte apelo, especialmente aos agricultores da zona:

«Para podermos responder melhor aos imensos problemas que se colocam aos trabalhadores e a outras classes e camadas não monopolistas, necessitamos de instalações com o mínimo de condições que correspondam às necessidades, à implantação, ao prestígio e carinho que o PCP desfruta junto do

povo do concelho, já firmado em tantas ocasiões.

«Para dar cobertura a várias iniciativas, incluindo a reparação e remodelação do Centro de Trabalho do Montijo, são necessárias somas volumosas, por isso, nos dirigimos aos agricultores do concelho, certos de que encontraremos resposta da grande parte para a campanha de fundos de Fim de Ano», (já iniciada).

«Principalmente o pequeno e

médio agricultor entende devidamente a necessidade e a importância da intervenção activa, regular e organizada do PCP para a resolução dos seus inúmeros problemas específicos, num quadro geral de defesa dos interesses dos trabalhadores e do País, respeitando e reforçando o regime democrático-constitucional criado pelo 25 de Abril.

«Ficamos esperançados que também queiram associar-se ao número de contribuintes. Pode-

rão fazê-lo preenchendo o **Donativo Pró-Remodelação do Centro de Trabalho do Montijo».**

«Ainda na hipótese de oferta de numerário, também o poderão fazer depositando (ou transferindo) para a nossa conta bancária n.º 8 760 829 do Banco Português do Atlântico, no Montijo».

«É evidente que estamos receptivos a outras formas de ajuda».

Campanha de fundos em Vila Franca de Xira

No âmbito da campanha de fundos que está a desenvolver, a Comissão Concelhia de Vila Franca do PCP divulgou entre os militantes, simpatizantes e amigos do Partido um comunicado em que salienta:

«Aproxima-se o final de mais um ano de grandes lutas contra a ofensiva das forças reacçãoárias.

«Com a entrada do Governo Balsemão II/AD/Freitas do Amaral, ninguém tem dúvidas que novas e importan-

tes batalhas se irão travar em defesa das conquistas alcançadas com o 25 de Abril, pela democracia, pelas liberdades, pelo pão.

«A luta vai endurecer, há que encontrar novas respostas, há que encontrar soluções para o problema financeiro do nosso Partido, para que possamos levar por diante a gigantesca tarefa que nos é historicamente colocada.

«Os comunistas, os democratas, as massas labo-

rosas encontrarão as formas e recursos que contraponham a ofensiva da direita reacçãoária no Poder.

«A Comissão Concelhia de Vila Franca de Xira do Partido Comunista Português apela a todos os militantes, simpatizantes, democratas e amigos do Partido, que contribuam com o que estiver dentro das suas reais possibilidades para a campanha de Fundos de Fim de Ano que estamos a levar a cabo.

Alfabetização no CT do Cartaxo

Até ao próximo dia 26 estão abertas inscrições para o curso de alfabetização de adultos, no Centro de Trabalho do PCP do Cartaxo.

O curso funcionará à noite. Quem puder ajudar com cadernos, lápis, borrachas, etc., a organização agradece.

Certamente, camarada e amigo, que irá receber um extra nesta quadra. Sem mexeres no que estás a planear para as tuas necessidades, pensa desde já na importância com que poderás contribuir para o nosso Partido.»

As contribuições podem ser entregues em qualquer Centro de Trabalho do PCP do concelho de Vila Franca de Xira.

PCP

A "AD" e o FITEI

• Breve comentário dos intelectuais comunistas

«As manobras demagógicas e as tentativas de aproveitamento, pelo Governo "AD", de iniciativas e criações surgidas a despeito da "AD" e até contra os valores e princípios que ela carrega no bojo, devem ser entendidos pelos intelectuais progressistas no seu verdadeiro significado e objectivos políticos, como a face mistificadora de um governo apostado na liquidação das liberdades e na subversão do regime democrático e constitucional. O que se passou com a organização anual do FITEI, no Porto, é, a este respeito, particularmente elucidativo», salienta o Executivo da Direcção do Sector Intelectual do Porto do PCP, em nota recentemente divulgada.

Referindo-se ainda ao Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica, aquele organismo do Partido declara:

«O FITEI, obra livre da criatividade, do trabalho e do engenho de homens e mulheres do teatro portuense, na linha das suas ricas tradições culturais, democráticas e antifascistas; tem sido

uma tribuna altamente prestigiada, dos povos de expressão linguística afim da portuguesa, na sua luta actual e se sempre, contra as forças do retrocesso político e social».

«Desde a sua primeira edição em 1978, que os partidos da direita, agrupados na "AD" tudo têm feito para dificultar, entravar e mesmo sabotar a realização do FITEI. Levantando sucessivos obstáculos, atrasando decisões, negando ou limitando apoios, recorrendo mesmo a insinuações caluniosas, a reacção tem procurado por todas as formas sabotar a organização anual do FITEI. O lugar destacado que o FITEI ocupa no panorama cultural português e o êxito alcançado nas edições anteriores atestam o completo isolamento da reacção do campo da cultura e o fracasso dos seus propósitos».

Ao denunciar a manobra demagógica da "AD" em relação ao Festival (depois de o tentar sabotar, avançou com a farsa do "apoio" ou do "reconhecimento" do valor da iniciativa, caso do secretário de Estado da Cultura

«AD»), o Executivo dos intelectuais comunistas acrescenta que tal manobra não fica «sem resposta adequada dos intelectuais e dos democratas do Porto, que conservam bem vivas as suas raízes antifascistas e bem vivo o seu empenhamento cultural, democrático, unitário com a luta do nosso povo e com a defesa e o prosseguimento do caminho aberto pelo 25 de Abril».

Conclui o documento: «O Sector Intelectual do Porto do PCP exprime a convicção dos trabalhadores da cultura comunistas, que em conjunto com homens e mulheres de outros quadros políticos e ideológicos democráticos, ajudaram a erguer o FITEI, de que a manobra demagógica da "AD" em torno deste Festival redundará num completo fracasso».

«Estamos certos de que o FITEI/81, profundamente enraizado na vida e no coração da população da cidade, cumprirá os objectivos dos seus promotores. O FITEI, será de novo, uma manifestação artística de elevada expressão libertadora, democrática, unitária e internacionalista. Todos os seus obreiros e todos os seus participantes, vindos dos mais variados pontos da terra, merecerão certamente, mais uma vez, o reconhecimento e o apreço do povo do Porto pelo trabalho realizado».

Na conferência de imprensa, que decorreu na sede da JCP, na Rua Sousa Martins, encontravam-se as seguintes camaradas da CC: Teófilo Conde e Francisco Pereira, membros do Secretariado e da Comissão Executiva, e Graça Martins e Edgar Costa.

Foi este último que abriu o encontro com os jornalistas, com uma intervenção breve. Francisco Pereira sintetizou em seguida as conclusões da reunião da Comissão Central, patentes no documento divulgado aos profissionais da Comunicação Social presentes.

O texto está dividido em cinco capítulos: Governo AD/Balsemão - política de desastre nacional, a política do Governo torna mais difícil a vida da juventude portuguesa, existem condições para o reforço do movimento da juventude, quatro pontos para a luta e a

recções de luta e acção dos comunistas e dos simpatizantes do Partido.

A Assembleia, que constituiu uma etapa destacada no reforço da organização, contou com a participação do camarada Jaime Serra.

No decorrer dos trabalhos foi eleita a Comissão Concelhia de Seia.

Foi a primeira Assembleia de Organização com âmbito concelhio realizada pelo Partido no distrito da Guarda.

Juventude

As conclusões da última reunião da Comissão Central da JCP

A Juventude Comunista Portuguesa (JCP) reuniu no último fim-de-semana, em Lisboa, a sua Comissão Central. A situação política actual e os consequentes reflexos na vida da jovem geração, os problemas actuais da juventude e questões de organização foram temas abordados pelos camaradas da Comissão Central.

Na passada segunda-feira realizou-se uma conferência de imprensa para divulgação pública das conclusões da reunião. Facto não inédito foi a cortina de silêncio que a grande maioria dos órgãos de Comunicação Social, a começar pela RTP, resolveu uma vez mais conceder à JCP, importante organização juvenil constituída por cerca de 30 mil militantes, com numerosas actividades em todo o País, com intenso trabalho político, contando com milhares de jovens que no dia-a-dia dão o melhor do seu esforço e capacidade em centenas de associações de estudantes, comissões juvenis de empresas e sindicatos, colectividões, grupos desportivos e culturais, etc.

O pluralismo e a independência dos órgãos de Informação estalados (isto é, controlados pelos agentes do Governo e da "AD") são apenas, e agora voltou a confirmar-se, meras peças decorativas dos discursos da reacção nos períodos eleitorais. Depois, na prática, a Informação "independente" da "AD" considera mais importante um ajuntamento de meia dúzia de "jovens militantes do PPM" do que uma reunião da Comissão Central de uma das mais importantes organizações juvenis do Portugal de Abril.

Na conferência de imprensa, que decorreu na sede da JCP, na Rua Sousa Martins, encontravam-se as seguintes camaradas da CC: Teófilo Conde e Francisco Pereira, membros do Secretariado e da Comissão Executiva, e Graça Martins e Edgar Costa.

Foi este último que abriu o encontro com os jornalistas, com uma intervenção breve. Francisco Pereira sintetizou em seguida as conclusões da reunião da Comissão Central, patentes no documento divulgado aos profissionais da Comunicação Social presentes.

O texto está dividido em cinco capítulos: Governo AD/Balsemão - política de desastre nacional, a política do Governo torna mais difícil a vida da juventude portuguesa, existem condições para o reforço do movimento da juventude, quatro pontos para a luta e a

recções de luta e acção dos comunistas e dos simpatizantes do Partido.

A Assembleia, que constituiu uma etapa destacada no reforço da organização, contou com a participação do camarada Jaime Serra.

No decorrer dos trabalhos foi eleita a Comissão Concelhia de Seia.

Foi a primeira Assembleia de Organização com âmbito concelhio realizada pelo Partido no distrito da Guarda.

Na conferência de imprensa, que decorreu na sede da JCP, na Rua Sousa Martins, encontravam-se as seguintes camaradas da CC: Teófilo Conde e Francisco Pereira, membros do Secretariado e da Comissão Executiva, e Graça Martins e Edgar Costa.

Foi este último que abriu o encontro com os jornalistas, com uma intervenção breve. Francisco Pereira sintetizou em seguida as conclusões da reunião da Comissão Central, patentes no documento divulgado aos profissionais da Comunicação Social presentes.

O texto está dividido em cinco capítulos: Governo AD/Balsemão - política de desastre nacional, a política do Governo torna mais difícil a vida da juventude portuguesa, existem condições para o reforço do movimento da juventude, quatro pontos para a luta e a

recções de luta e acção dos comunistas e dos simpatizantes do Partido.

A Assembleia, que constituiu uma etapa destacada no reforço da organização, contou com a participação do camarada Jaime Serra.

No decorrer dos trabalhos foi eleita a Comissão Concelhia de Seia.

capítulo, o documento da JCP recorda:

«As organizações juvenis da AD, nomeadamente a JSD, têm estado empenhadas numa operação de mistificação da sua política. Sentindo que o seu alinhamento com a política antijuvenil do Governo «AD/Balsemão» lhe faz perder posições junto dos seus próprios apoiantes e simpatizantes, a JSD tem-se dedicado a algumas decisões do MEU, nunca pondo em causa o Governo».

«A CC da JCP alerta para que não deve haver qualquer ilusão sobre as posições da JSD. Este é o seu Governo, esta é a sua política».

A política do Governo dirigido por Pinto Balsemão torna mais difícil a vida dos jovens portugueses. Num curto mas significativo balanço, a Comissão Central da JCP aponta algumas das áreas onde as consequências da prática governativa da "AD" mais se fazem sentir: "aumenta o flagelo do desemprego, que só no primeiro semestre deste ano atingiu 66 mil portugueses, na sua maioria jovens; as rendas são cada vez mais altas e o acesso à habitação é praticamente vedado aos jovens, situação agravada pela recente imposição de novas restrições ao crédito às acções das cooperativas de habitação económica; aumenta a utilização abusiva dos contratos a prazo e dos despedimentos sem justa causa, dos ritmos intensos e trabalhos violentos, a repressão patronal, a falta de apoio à formação profissional; a ofensiva contra a Reforma Agrária cria milhares de desempregados, na sua maioria jovens, obriga os jovens a sair das aldeias à procura de trabalho, prejudicando gravemente o desenvolvimento económico, social e cultural, na área da Reforma Agrária como em todo o país; no ensino secundário não se marcou por perturbações e conflitos em que avulta o fracasso da "operação início das aulas", os problemas de instalações e degradação das condições de estudo; entre os estudantes universitário - acentuou-se a utilização e selecção na Universidade e a sua inadequação às realidades do país; tentou-se reinstaurar um ambiente opressivo nas escolas; são postos em causa os direitos estudantis e a sua participação no governo das escolas e da Universidade».

A JCP dirige ainda fortes críticas ao Governo Balsemão a propósito da defesa do meio ambiente e do património cultural, da política de desporto, de cultura e de ocupação de tempos livres e da informação e educação dos problemas sexuais.

Salientamos os jovens comunistas a finalizar o segundo capítulo do documento:

«A reacção perdeu a legitimidade para governar. A AD não tem o apoio da maioria do povo e da juventude, como também demonstram os resultados das

recentes eleições autárquicas. A AD não tem legitimidade, nem para prosseguir a sua política antipopular, antidemocrática e anticonstitucional, nem para proceder à revisão inconstitucional da Constituição».

«A demissão do Governo é também uma exigência da juventude».

«A CC da JCP apela à participação da juventude nas iniciativas de massas promovidas pelo movimento sindical, pelo derrube do Governo «AD/Balsemão», contra a revisão inconstitucional da Constituição, nomeadamente as manifestações de 12 de Dezembro, em Lisboa e no Porto».

«Existem condições para o reforço do movimento da juventude», garantem os jovens comunistas. Defendendo-se nas mais importantes expressões daquele movimento - caracterizado desde sempre pela ampla dinamização, entusiasmo e participação unitária dos jovens que estão com a democracia portuguesa - a JCP sublinha na terceira parte do documento:

«O movimento da juventude trabalhadora reflectindo o descontentamento dos jovens pelo agravamento das suas condições de vida de trabalho e uma maior disposição para a mobilização e luta, adquiriu nos últimos meses uma maior dinâmica e conheceu um importante reforço».

«A Conferência Nacional da Juventude Trabalhadora organizada pela CGTP-IL, mereceu uma grande atenção dos jovens trabalhadores comunistas e o seu profundo empenhamento e participação. Pelo contacto directo com milhares de jovens nas empresas, em reuniões, em plenários, encontros distritais, concelhios e de sector, o esclarecimento e debate, a reactivação e criação de novas comissões juvenis nas empresas, nos sindicatos e uniões distritais, que o seu trabalho preparatório implicou, permitiu um significativo avanço no movimento da juventude trabalhadora».

«A Marcha contra o Desemprego, já anunciada, vem dar continuidade ao trabalho já realizado para a Conferência e é igualmente uma iniciativa unitária de maior importância a que os jovens comunistas darão a sua participação e entusiasmo. Pelo dinamismo sem precedentes que poderá atingir, aparece claramente como uma grande acção de luta contra o desemprego, pelo direito ao trabalho».

«O movimento dos trabalhadores-estudantes, as suas estruturas associativas, respondendo às suas aspirações progressivas de alguns métodos de trabalho, substituindo-os por outros que proporcionem uma maior ligação às massas, aumentem a militância e melhorem a sua estruturação no sentido do seu reforço e alargamento. Apontou ainda para a necessidade de prestar uma maior atenção do trabalho ideológico, atendendo à importância de que este se reveste».

«O movimento dos jovens agricultores não acompanha a evolução geral do movimento da juventude, por isso necessita de ser dinamizado e reforçado».

«A amplitude da luta contra o 12.º ano, a luta contra as precedências e o regime de passagens (nomeadamente na Academia do Porto), a luta pelo reforço da participação estudantil nos órgãos de gestão, a luta

contra a reintegração de professores saneados, a luta pela melhoria das condições de estudo, o reforço do movimento associativo, pela sua dinâmica, pelas características inéditas de que se revestiram e pela unidade que demonstraram, são exemplos da vitalidade do movimento estudantil e das condições existentes para o seu reforço».

«E mais adiante, declara a JCP:

«A formação de comissões juvenis, os milhares de assinaturas recolhidas, as centenas de iniciativas realizadas no âmbito do movimento contra a instalação de armas nucleares em Portugal, abrem diversas perspectivas para o reforço do movimento juvenil, pela paz, no seguimento das gigantescas manifestações (em que a juventude teve um papel destacado) realizadas na Europa».

«A luta contra a instalação de centrais nucleares espanholas junto à fronteira portuguesa, a luta contra a destruição da vida fluvial, o apoio às autarquias (nomeadamente as de gestão APU) na luta pela preservação do meio ambiente, são pelo exemplo das condições existentes para o reforço do movimento juvenil neste campo».

«As autarquias APU têm demonstrado as possibilidades reais existentes de ocupação dos tempos livres dos jovens».

«Largos sectores da juventude têm-se organizado em grupos de jovens, em colectividões, grupos desportivos e associações culturais. No entanto, falta ainda definição duma política governamental que defina apoios e permita criar estruturas para superar as enormes deficiências ainda existentes neste campo».

«A proposta de reorganização do trabalho em unidades, a JCP refere, depois de salientar a necessidade de "encerrar desde já" as formas de trabalho que apontem no sentido de uma intervenção dinâmica da juventude" nas eleições de 1982 para as autarquias locais:

«Tem-se revelado insuficiente o trabalho desenvolvido pela JCP junto dos trabalhadores-estudantes. A CC resolveu delegar nos órgãos executivos o estudo de uma ou mais iniciativas, que permitam e contribuam para uma maior dinâmica nesta frente».

«As Conferências de Maio realizadas pela JCP na Universidade nos últimos dois anos e o Tribunal Estudantil de acusação ao 12.º ano, constituiram um tipo de iniciativas nacionais que deverão prosseguir, abordando novos temas e debates».

«A CC considerou deficiente o conhecimento existente sobre a organização. Decidiu, por isso, avançar no sentido da alteração progressiva de alguns métodos de trabalho, substituindo-os por outros que proporcionem uma maior ligação às massas, aumentem a militância e melhorem a sua estruturação no sentido do seu reforço e alargamento. Apontou ainda para a necessidade de prestar uma maior atenção do trabalho ideológico, atendendo à importância de que este se reveste».

de Dezembro, em Lisboa.

«O Movimento dos Festivais da Canção Juvenil e os Acampamentos Nacionais nos quais participaram todos os anos, vários milhares de jovens, são já tradicionais e de reconhecido prestígio. A CC decidiu a realização dos Festivais entre os meses de Março e Maio e recomendará

à Comissão Executiva o estudo urgente das possibilidades de realização, em Portugal, de um Acampamento Internacional sob o lema: Acampamento da Juventude - Pela Paz e pela Amizade».

(do documento apresentado em conferência de imprensa na passada segunda-feira)

de Junho, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

de Dezembro, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

de Dezembro, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

de Dezembro, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

de Dezembro, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

de Dezembro, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

de Dezembro, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

de Dezembro, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

de Dezembro, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

de Dezembro, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

de Dezembro, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

de Dezembro, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

de Dezembro, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

de Dezembro, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

de Dezembro, em Lisboa.

«A JCP vai realizar conjuntamente com a FMJD, e no âmbito da XI Assembleia, um Seminário Internacional que abordará o problema do desemprego juvenil, durante os dias 10, 11 e 12

Comissão Distrital de Coimbra

Com a participação do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central, reuniram recentemente os camaradas da Comissão Distrital de Coimbra do PCP. A situação política e social que se vive na região mereceu uma análise objectiva dos presentes, que debateram ainda as tarefas imediatas que se colocam ao Partido, aos trabalhadores e às populações, em defesa dos seus direitos.

A Comissão Distrital, refere o documento divulgado após a reunião, «considerou a recente visita de Pinto Balsemão ao distrito de Coimbra como uma acção de carácter demagógico e de aproveitamento partidário de um cargo político, agravada pela presença afrontosa e esmagadora do embaixador dos Estados Unidos, numa triste amostra da total submissão do Governo «AD» aos ditames do imperialismo».

«De facto», salienta a Distrital do PCP, «não se pode deixar de desmascarar a tentativa de apaziguar o descontentamento popular que cresce nas zonas visitadas, em face da falta de medidas relativas à floresta incendiada, da recusa de atribuição de indemnização aos agricultores flegelados pelas geadas, do aumento dos preços dos factores de produção para a agricultura, onde ressalta o aumento dos adubos em 45 por cento».

Ainda a propósito da visita de Balsemão, o documento do Partido sublinha:

«O próprio programa da visita foi confuso, misturando-se o governamental com o partidário, não se sabendo onde começava o Primeiro-Ministro e terminava o presidente do partido; e vice-versa. A visita de Pinto Balsemão mais não traduziu que a falência da política do Governo «AD», não resolvendo os problemas das populações, antes recorrendo a velhas e ridículas técnicas de propaganda, em que se «inauguram» os possíveis sítios onde vão implantados possíveis projectos».

Centenário da cidade da Figueira da Foz

Mais adiante, são saudados «os trabalhadores do distrito em luta, designadamente os do sector têxtil, pela defesa das suas justas reivindicações, pela contratação colectiva e contra as manobras divisionistas; saúda as populações de Tovins, em Coimbra, pelo espírito de luta demonstrado na reivindicação de melhores serviços de transportes e os utentes da linha da Lousã, que conseguiram importante vitória ao serem retiradas da circulação as vetustas "baianas" espanholas».

Assembleia em Seia

Várias dezenas de delegados (eleitos em diferentes pontos do concelho) e convidados estiveram presentes, no último sábado, na Assembleia de Organização Concelhia de Seia, tendo sido discutidos importantes aspectos da vida e do trabalho político do PCP na região, ao mesmo tempo que se definiram di-

versos problemas existentes no Concelho bem como para o reforço do Partido.

• Eleger a nova Comissão Concelhia.

Numa primeira fase preparatória realizaram-se dezenas de plenários, onde num amplo debate os camaradas fizeram propostas para a nova Comissão Concelhia e elaboraram os relatórios dos seus organismos.

Nesta segunda fase estão a ser discutidos os ante-projectos dos documentos principais e simultaneamente os relatórios de ser eleitos os camaradas delegados e designados os camaradas convidados à 2.ª Assembleia.

Beja 2.ª Assembleia Concelhia no próximo dia 29

• Participação de A. Cunhal

Vai realizar-se no próximo dia 29, no Salão dos Bombeiros, em Beja, a 2.ª Assembleia de Organização deste concelho, onde estará presente o secretário-geral do Partido, camarada Álvaro Cunhal.

Subordinada ao tema «Com o PCP, por Abril - organizar e lutar para vencer», a 2.ª Assembleia tem como objectivos:

- Fazer o balanço do trabalho de Organização e das Lutas de Massas no Concelho no período decorrido desde a realização da 1.ª Assembleia, apontar perspectivas para a resolução dos multi-



Poder local

Eleitos do PCP em Castelo Branco discutem problemas do Poder Local

Realizou-se no passado sábado, em Castelo Branco, um encontro de eleitos do PCP para os órgãos do Poder Local dos Concelhos do Sul do Distrito de C. Branco (Oleiros, Sertã, Prouença-a-Nova, Vila Rei, Castelo Branco, Idanha-a-Nova e V. Velha do Rodão) em que participaram também outros activistas da APU.

Estiveram presentes elementos eleitos em Câmaras e Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesias, tendo havido 16 comunicações escritas e diversas intervenções durante o debate.

No comunicado distribuído aos órgãos de comunicação social no fim dos trabalhos que dá conta das principais conclusões do encontro, afirmam nomeadamente os eleitos do PCP:

a) São muitas as ilegalidades no funcionamento dos órgãos do Poder Local, principalmente onde predominam as maiorias "AD", mas também há casos nos órgãos de maioria PS. De destacar o caso da Assembleia de Freguesia de Castelo Branco que não reúne desde Março de 1981, apesar de exigido em requerimentos assinados pelos eleitos da APU e do PS, caso em que se decidiu exigir ao Governo Civil um inquérito ao abrigo do Artigo 93 da Lei 79/77.

b) O não cumprimento da Lei das Finanças Locais por parte dos Governos AD em 1980/81 retirou aos Concelhos do Sul do Distrito a verba de 1 483 834 contos com evidentes prejuízos para as populações. Concluiu-se, neste

caso, exigir ao Governo, através dos órgãos autárquicos, o cumprimento integral da Lei das Finanças Locais para 1982, a contemplar no OGE. Se por um lado se retiram às Autarquias verbas que por direito lhes pertencem, por outro lado, pratica o Governo da AD uma política de "chapéu na mão" como recentemente o ministro Ângelo Correia veio fazer ao Distrito de C. Branco.

c) O problema da falta de água foi assunto de viva discussão, tendo-se concluído, que houve no Verão de 1980 por parte da Câmara de maioria "AD", uma política eleitoralista e demagógica, com lavagem de ruas e tudo, seguida de negligência quando o problema se agravou no Inverno em que não foram tomadas posteriormente medidas, revelando-se uma total incapacidade da Câmara e do Governo.

d) A presença de eleitos da APU tem-se revelado um factor determinante no funcionamento legal dos órgãos autárquicos, tendo-se concluído que para 1982, a necessidade de concorrer a todos os órgãos autárquicos dos Concelhos de Castelo Branco, Idanha-a-Nova e Vila Velha do Rodão.

e) Foi discutida a questão da possível elevação de Alcains a Concelho, tendo-se concluído da necessidade de se fazer um estudo aprofundado com audição prévia das populações e órgãos do Poder Local envolvidos, com vista à apresentação na Assembleia da República, por parte do Grupo Parlamentar do nosso Partido, um projecto de elevação de Alcains a Concelho, se for essa a conclusão a que se chegue.

f) Face à recusa do sr. Governador Civil em ceder a sala da Assembleia Distrital para a realização deste nosso Encontro, decidiu-se levar o nosso desacordo por esta decisão junto da A. Municipal, Câmara Municipal; Governo Civil e Assembleia Distrital.

g) Foi também conclusão de que o não agravamento dos grandes problemas das populações e a sua resolução se ligam com a necessidade da substituição do Governo AD por um governo e uma política democráticos.

h) O Encontro aprovou por unanimidade e aclamação uma moção de apoio e solidariedade à justa luta dos trabalhadores têxteis, vítimas da repressão por parte da GNR cumprindo ordens do Governo da AD.

Matosinhos Encontros de activistas da APU

No sentido de fazer balanços do trabalho realizado e lançar perspectivas de trabalho futuro, segundo o princípio de diálogo e audição das populações, realizam-se encontros de activistas da APU nas seguintes freguesias do concelho de Matosinhos: Custóias - dia 21 de Novembro; Leça do Balio - dia 27 de Novembro.

Em S. Bartolomeu (Coimbra) Eleitos APU e PS unidos na defesa da autarquia

Os eleitos da APU e do Partido Socialista para a Assembleia de Freguesia de S. Bartolomeu em Coimbra divulgaram na passada semana um comunicado conjunto em que afirmam a sua disposição de prosseguirem os esforços conjuntos para assegurar a defesa dos interesses da freguesia face ao desinteresse e abandono dos eleitos da "AD".

seus postos, pugnando pelos interesses das populações da freguesia, tentando corresponder à confiança em si depositada.

Se mais não fazem, não é por falta de vontade ou de espírito de sacrifício, mas sim devido aos poucos meios financeiros de que dispõem e que impedem de suprir muitas das necessidades que sabem existir nesta freguesia.

O PS e a APU, unindo esforços na gestão democrática desta freguesia, sabem que estão a traduzir os desejos das populações de S. Bartolomeu.

Da cooperação das forças democráticas, da conjugação dos seus esforços, no empenhamento conjunto dos que estão verdadeiramente dispostos a servir o povo, salta reforçado o Poder Local democrático neste País novo que ainda estamos a construir.

Coimbra, 11 de Novembro de 1981
Os membros eleitos do Partido Socialista
Os membros eleitos da Aliança Povo Unido da Freguesia de S. Bartolomeu

Nas eleições de Dezembro de 1979, as várias forças concorrentes obtiveram resultados equilibrados, traduzidos na própria composição da Junta de Freguesia, que ficou constituída por um elemento de cada força política (presidente da AD, secretário do PS, tesoureiro da APU).

do quase sempre, da parte da generalidade dos elementos da AD um desinteresse que foi crescendo com o desenrolar dos tempos. E de tal modo que, neste momento, somente exercem funções na Assembleia de Freguesia dois elementos eleitos na lista da AD, tendo os outros sucessivamente se demitido, ou, até, nem tomando posse nos lugares. Se antes o PS e a APU impunham a dinâmica, agora têm que garantir o funcionamento dos órgãos autárquicos da freguesia já que, sem eles, teria que haver eleições intercalares.

Estes três elementos souberam conjugar esforços na resolução de muitas questões que se foram levantando na freguesia, programando e levando à prática muitas iniciativas. Só que, na Assembleia de Freguesia, já as coisas não corriam assim. De facto, quem impôs uma dinâmica actuante no funcionamento da Assembleia foram os membros eleitos pelo Partido Socialista e pela Aliança Povo Unido, encontrando

O Partido Socialista e a Aliança Povo Unido declaram que não tramam os mandatos confiados pelo povo da freguesia nas eleições de 1979. Mantém-se nos

Coimbra, 11 de Novembro de 1981
Os membros eleitos do Partido Socialista
Os membros eleitos da Aliança Povo Unido da Freguesia de S. Bartolomeu

Nacional

Reportagem

Distrito de Braga

São tantos os problemas como as pessoas

Braga é um distrito cheio de gente e... problemas. Nem se torna necessário procurá-los. Surgem no decorrer da mais trivial conversa, aparecem à berma da estrada e só nalguns casos estão escondidos (melhor dizendo, escamoteados) no acancho dos gabinetes dos órgãos autárquicos ou dos representantes do Governo na região. Alguns são conhecidos do poder central - tão conhecidos que foram motivo de promessas em tempo de campanha eleitoral e necessidade de ganhar votos. Mas da promessa à concretização há quase sempre - principalmente nas obras de maior vulto e que não beneficiam exclusivamente uma minoria de capitalistas - uma grande dose de esquecimento pelo meio.

condições e a qualidade do trabalho, consequentemente, a produtividade.

Entretanto, a determinação dos trabalhadores em lutarem pelos seus postos de trabalho é forte. As greves verificadas tanto para evitarem a portaria de extensão que o Ministério do Trabalho pretendeu impor, como a defesa dos postos de trabalho ameaçados têm registado fortes adesões

pensou com alegria que ia ter um hospital novo e em condições para substituir o velho edifício.

Estávamos em campanha eleitoral para as eleições legislativas e a AD apareceu em força na cidade. Trouxeram máquinas e o ministro da Saúde na altura; a televisão deu cobertura ao acontecimento.

E nuns terrenos à saída de Guimarães - belos terre-

ração dos transportes urbanos.

Resultado: a qualidade do serviço é o que há de pior, os preços não cessam de aumentar e os lucros das transportadoras privadas aumentam em flecha.

Com o Inverno, torna-se impossível andar num autocarro dos TUG, pois já não é só o facto de chover dentro - a qualquer altura podem avariar e o resto do caminho

Trabalhadores

No próximo fim-de-semana, em Lisboa I Conferência Sindical Nacional da Juventude Trabalhadora

Análise e aprofundamento do estudo dos problemas actuais da juventude trabalhadora na sociedade portuguesa; formulação de reivindicações para os diversos campos de actividade da jovem geração; esclarecimento e sensibilização da juventude para uma participação activa na vida sindical e discussão de formas específicas de organização e intervenção - estes são, em síntese, os objectivos centrais da I Conferência Sindical Nacional da Juventude Trabalhadora, importante iniciativa convocada pelo Secretariado Nacional da CGTP-Intersindical Nacional.

A Conferência decorrerá no próximo fim-de-semana, dias 21 e 22, no Pavilhão da Tapadinha, em Lisboa, estando prevista a participação de milhares de jovens trabalhadores, delegados e convidados.

«Vai ser em grande»

Numa linguagem viva e directa, o Departamento de Juventude da União dos Sindicatos de Lisboa (USL), num das folhas informativas publicadas a propósito da importância da Conferência, salientava:

«O entusiasmo é grande e geral em volta da I Conferência Sindical Nacional da Juventude Trabalhadora.

«O que acontece é que um pouco por todo o lado, em todos os sectores, em muitas empresas, discutem-se os nossos problemas, os problemas dos jovens, preparando a Conferência.

«O que está acontecendo com muitos de nós é apercebermo-nos melhor dos problemas que temos e da realidade que nos envolve.

«Alguns de nós percebem melhor o problema dos trabalhadores estudantes e tantos deles começaram a ver com outros olhos o pessoal contratado a prazo.

«E a formação profissional? A malta, é verdade, não tem preparação profissional nenhuma, mas ainda não nos tinhamos debruçado sobre a questão.

«Com base na discussão feita a partir da síntese dos documentos, houve um camadas que deitaram mãos à obra para resolver questões de higiene e segurança no trabalho.

«Ah! E tem aumentado o número de sindicalizados! Em muitas empresas trabalha-se desde já na nossa organização, na organização dos jovens. Entretanto, a realidade por aí tem também dado uma boa ajuda para prepararmos a Conferência.

«São os patrões a reprimir por todo o lado. São os despedimentos e a mala nova sem sequer conseguir o primeiro emprego.

«Depois vem o Governo com o palelo do costume, pa-tá-tá, pa-tá-tá, uma lei para aumentar os despedimentos e outra que diz que melhora, mas não, os contratos a prazo. A demagogia habitual! Verdade, verdade, nem este Governo, nem a "AD" nada fizeram para resolver os problemas da juventude. E se pudermos, até na revisão constitucional nos dão um chuto.

«Isto tem que mudar! Com estas coisas todas, está-se mesmo a ver: a I Conferência Sindical Nacional da Juventude Trabalhadora vai dar que falar (...). A Conferência tem de ser, vai ser em grande!»

Aliás, foi com esse objectivo que muitos jovens se empenharam nos trabalhos preparatórios. A nível de empresas, sindicatos, sectores profissionais, etc. realizaram-se numerosas reuniões. Foram editados documentos de apoio. Efectuaram-se visitas de quadros sindicais a locais de trabalho. Constituíram-se comissões dinamizadoras da Conferência. Enfim, será, sem dúvida, um grande êxito da juventude portuguesa.

Tal como se pode ler na introdução do projecto de um documento base da Conferência, «sendo uma das camadas da população mais atingidas pela crise do sistema capitalista, a juventude, para além dos problemas político-sociais que daí advêm para os trabalhadores e o povo em geral, debate-se com problemas específicos que justificam e exigem, por isso mesmo, um tratamento e a criação de formas de organização próprias».

E mais adiante:

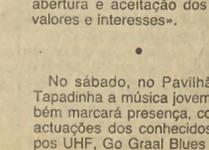
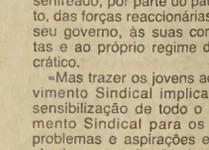
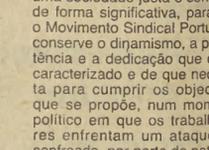
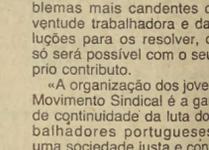
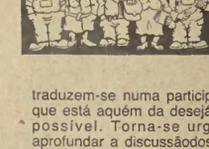
«A ausência dum política de formação profissional, a não ligação entre o conteúdo do ensino escolar e as actividades produtivas e sociais, a falta de planificação e estruturas para a ocupação dos tempos livres, a falta de habitação e o desemprego, assumem, no caso dos jovens, uma expressão particularmente dramática.

«Não tem havido por parte de quem tem a responsabilidade de resolver - o governo -, sobretudo dos governos "AD", a vontade política para responder, de forma concreta, às solicitações dos jovens. Pelo contrário: o agravamento dos seus problemas e das suas condições de vida, o adiamento das suas aspirações apontam para um futuro cheio de preocupações e instabilidade».

Acrescenta o documento:

«O Movimento Sindical desde sempre tem dedicado à juventude trabalhadora uma atenção especial. Os 3 congressos da Organização Sindical e, ainda o 2.º Encontro Nacional de Trabalhadores Estudantes e os vários encontros regionais e sectoriais da juventude definiram-na como frente específica de organização, apontando linhas de orientação para o trabalho a desenvolver neste campo.

«No entanto, algumas incompreensões que subsistem, no seio do Movimento Sindical, sobre a organização dos jovens,



Os trabalhadores têxteis de Guimarães não têm virado a cara à luta por melhores condições de vida e contra o divisionismo. Na gravura uma das primeiras manifestações efectuadas pelos trabalhadores têxteis do concelho e que reuniu tanta gente como nas maiores manifestações ali efectuadas

que chegam a 95 por cento do total dos trabalhadores.

Por seu turno, os elementos do Sindicato não se poupam a esforços para tentarem solucionar o caso de empresas que fecham as portas e não pagam aos trabalhadores.

Por seu turno o sindicato amarelo que dá pelo nome de «sindetex» está hoje completamente desmascarado depois de ter assinado com o patronato um contrato de trabalho que retirava mais de 100 regalias conquistadas pelos trabalhadores, algumas delas no tempo do fascismo. E esse «contrato» que o Ministério do Trabalho se prepara para impor a todos os trabalhadores têxteis através de uma portaria de extensão.

Como estas, existem muitas outras empresas nas mesmas condições. Nalgumas a crise faz-se sentir por dificuldades no recurso ao crédito que o Governo AD cortou. Mas na esmagadora maioria os problemas resultam de uma má gestão, em virtude do patronato recorrer aos lucros para seu benefício próprio sem qualquer intenção de fazer investimentos que permitam actualizar a tecnologia e melhorar as

Guimarães: um hospital eleitoral

Em 2 de Outubro de 1980 a população de Guimarães

nos, e cultivados - as máquinas começaram a retirar a terra. Esqueceram-se de avisar os rendeiros que ali trabalhavam - e que ainda trabalham na nega de terra que ficou - que, espantados por todo aquele aparato, viram desaparecer toda a horta debaixo dos rodados: só em hortaliças foi um prejuízo de mais de 100 contos.

E depois vieram uns senhores muito bem-postos que botaram discurso e disseram que ali iriam começar de imediato as obras do novo hospital da cidade.

E com efeito as máquinas continuaram a trabalhar na remoção das terras até ao dia 5 de Outubro de 1980, dia das eleições. Simplesmente, a partir desse dia nunca mais lá apareceram. Veio-se depois a saber que do hospital não existia projecto e o terreno assim ficou - esventrado, sem qualquer hipótese de voltar a ser cultivado.

O rendeiro, que pontualmente, sempre pagou à Câmara Municipal de Guimarães a sua renda, ainda não foi indemnizado dos prejuízos que teve, apesar das promessas que lhe tendo sido feitas.

Hoje, quando alguém duvida de uma promessa, diz: «Isso é como o hospital novo de Guimarães!»

Quem lucra com os TUG?

Os transportes urbanos de Guimarães - TUG - resultam de um consórcio formado por diversas empresas rodoviárias privadas da região a quem a Câmara concedeu o direito de explo-

Os problemas avolumam-se no distrito de Braga. O principal é sem dúvida a crise que atravessa a indústria têxtil e a actividade dominante na região depois da agricultura.

Na verdade, o que se passa na indústria têxtil do distrito é dramático para os trabalhadores. Por toda a parte as pequenas e médias empresas estão a abrir falência, a não pagar aos trabalhadores e algumas são mesmo empresas de grandes dimensões.

É o caso da Empresa Têxtil do Caneiro, em Braga, que em Outubro passado devia aos cerca de 600 trabalhadores que ali laboram e aos credores aproximadamente 200 000 contos.

Esta empresa tinha feito uma declaração preventiva de falência em Fevereiro de 1981 e desde o mês de Abril nunca mais pagou os salários.

O mesmo empresário da Caneiro possui uma outra fábrica em Cardeas, onde também não paga salários, apesar de já ter recebido do Estado cerca de 20 000 contos.

Mas o rol das empresas em situação idêntica ou que já fecharam as portas é extensa, isto para não falarmos das minúsculas empresas familiares, com um, dois ou três empregados e cuja existência se torna impossível controlar.

São estas, principalmente, as mais afectadas pela crise que atinge o sector têxtil. Simplesmente, destas pequenas fábricas, a quase totalidade sem existência legal, não se podem dar números correctos relativamente ao que se está a passar.



Das obras do novo hospital de Guimarães prometido pela AD em campanha eleitoral apenas ficaram as terras removidas que estragaram uma bela horta que antes ocupava o terreno

PCP

«Portugal e o Mercado Comum — que futuro para a região do Porto?»

Carlos Carvalhas na sessão de abertura:

«As interrogações e avisos feitos na Conferência do PCP sobre Portugal e o Mercado Comum tinham razão de ser!»

Realizou-se no passado dia 13 no Auditório da Cooperativa Árvore a sessão de abertura do Seminário «Portugal e o Mercado Comum — Que futuro para a Região do Porto?». Com a participação de mais de 100 pessoas, técnicos, dirigentes sindicais, gente ligada à agricultura, ao poder local, ao comércio e à indústria, trabalhadores, esta primeira sessão foi animada com duas intervenções de fundo a que se seguiu um amplo debate. Na mesa estiveram os camaradas da Comissão Organizadora Viriato Pina Moura, Avelino Gonçalves, José Claudomiro e José David e ainda o camarada Carlos Carvalhas do Comité Central que fez uma intervenção sobre a actual situação do processo de adesão ao Mercado Comum no contexto da presente crise económica e política.

A propósito, o camarada Carlos Carvalhas lembrou que este seminário se realiza um ano e meio após a Conferência do PCP sobre Portugal e o Mercado Comum e ser já altura para reflectir sobre «se sim ou não as nossas interrogações e avisos tinham razão de ser e se as nossas conclusões foram ou não confirmadas pela prática, apesar do pouco tempo decorrido».

O que o PCP preveniu sobre a CEE

«Afirmámos que a integração de Portugal no Mercado Comum era uma grande operação política e propagandística, para servir de pretexto à liquidação das grandes conquistas da Revolução. O recurso sistemático a slogans é, por si só, um testemunho evidente: «Europa conosco», «Portugal está com a Europa», «prioridade das prioridades», «primeira prioridade», «prioridade». Mas não se fica por aqui. O Governo elaborou um documento, aprovado em Conselho de Ministros restrito entre o II e o III Governo da AD, cujo título é, por si só, significativo: «Mil acções e mudanças institucionais...».

«Aliás, a prova de que se tratou sempre de uma operação de propaganda, de que nunca houve um debate nacional, de que os respectivos Governos nunca disseram aos portugueses quais as consequências da adesão,

gal seria um contribuinte líquido. Os defensores da adesão disseram não, que tal não se verificaria.

«Não foi preciso muito tempo para reabrir o escândalo. Em Abril deste ano, a Comissão Europeia divulgava que Portugal vai contribuir para o Orçamento da Comunidade com mais do que vai receber, num valor aproximado de 3,85 milhões de contos!».

«Afirmámos que a integração de Portugal, com o conseqüente desaparecimento da protecção aduaneira e a submissão às regras e às directivas supranacionais do Mercado Comum representaria não só a restauração dos monopólios, como um verdadeiro desastre para a economia portuguesa.

«Também em relação a esta questão, são cada vez mais as vozes que se manifestam nesse sentido. Na verdade, durante este ano, quer em inquéritos (CIP, revista «Negócios»), quer em encontros e mesas redondas, industriais, quadros técnicos e associações patronais (material eléctrico, laticínios, plásticos, etc.), manifestaram a sua crescente preocupação e oposição à adesão de Portugal à CEE.

Também os diversos estudos, mesmo os oficiais, vêm confirmando que os efeitos económicos seriam bons quer interna, quer externamente.

Se Portugal aderir à CEE, terá de pagar para os cofres do Mercado Comum quase quatro milhões de contos — isto é, bastante mais do que vai receber!

revela-se nas sondagens, ainda recentes, onde a maioria dos inquiridos nem sequer sabia o que era o Mercado Comum.

«Quando ao facto de a integração ser uma operação política, são os próprios membros dos Governos AD que assim a têm caracterizado, tendo, inclusivamente, invocado a adesão para sustentar o seu projecto de delimitação do sector público e privado, a revisão da legislação laboral, a liquidação da EPAC e da AGA, a ofensiva contra a Reforma Agrária, a revisão inconstitucional da Constituição.

Afirmámos que era uma visão idílica imaginar o Mercado Comum como uma associação de países ricos filantrópicos, prontos a «ajudar» os países mais atrasados.

«As recentes negociações da «união aduaneira» e as «ajudas» de pré-adesão são, entre muitos outros, casos exemplares do que então afirmámos. Em relação a este último — ajudas de pré-adesão — sobre o qual os governos AD tanto barulho fizeram, nomeadamente antes das eleições, ainda não veio da CEE nem um tostão. E porquê? A resposta é clara: alguns países membros — França, Itália, Irlanda — pretendem que as verbas da «ajuda» pré-adesão para as pequenas e médias empresas não sejam aplicadas nos sectores sensíveis para a Comunidade (têxtil, calçado, mobiliário, agro-alimentares).

«Provamos, na Conferência, que, com a adesão, Portu-

«Também reafirmámos, na Conferência, que a adesão não era ainda questão decidida e definitiva e que havia alternativa à integração.

«Muitos viram com cepticismo a primeira afirmação e, alguns, interrogaram-nos mesmo sobre a razão pela qual continuávamos a empregar o termo «eventual adesão» quando «tudo estava decidido...». Na verdade, se tivesse prevalecido o calendário avançado em 1980, Portugal já teria assinado o tratado de adesão à CEE. Mas não foi preciso passar muita água por baixo das pontes para se verificar que a integração continua a ser problemática e cada vez mais longínqua.

«A data de 1 de Janeiro de 1983, como data de adesão de Portugal, foi totalmente inviabilizada. Por outro lado, a possibilidade de concretização do chamado terceiro alargamento levanta já sérias dúvidas, mesmo nas mais altas instâncias da CEE».

A «AD» recua e admite alternativa mas não diz quais

«Quando à alternativa, depois da direita nos ter acusado de anti-patriotas e dos Governos da «AD» terem pretendido fazer da integração um facto consumado, depois de terem gritado aos quatro ventos de que não havia alternativa, é a vez do sr. ministro dos Negócios Estran-

geiros afirmar que «se não houver uma solução satisfatória, haverá alternativas» (Expresso de 31.10.81).

«Só que, enquanto nós explicitamos a alternativa, o sr. ministro remete-se para a afirmação categórica:.

«Acerca do processo de negociação disse Carlos Carvalhas: «As negociações continuam a marcar passo e, perante as dificuldades, o Governo português começa mesmo a advogar publicamente a (total) cedência (caso dos têxteis, da circulação de pessoas) para salvar a face política».

«Duas questões foram ainda abordadas; a integração como factor de desenvolvimento para o nosso país e o M.C. como área de desenvolvimento e de progresso:

«Sobre mais duas questões gostaria ainda de fazer algumas observações.

«Uma para aqueles que afirmam ser a integração um factor de desenvolvimento para Portugal.

«Recordo-lhes o caso da Grécia, em que a situação económi-

ca se agudizou substancialmente com a integração no Mercado Comum, e o recente relatório da Comissão da CEE sobre a situação económica das regiões da

Os países da CEE contam hoje com mais de 9 milhões de desempregados

Comunidade, que mostra que o fosso existente entre o desenvolvimento dos diversos países e regiões à data da constituição da CEE em vez de se ter atenuado se alargou. Outra observação, para os que pretendem apresentar ao Mercado Comum como uma área de desenvolvimento e de progresso.

«Ora, o que se verifica é que as economias da CEE se encontram mergulhadas numa profunda crise em que se agudizam as rivalidades, os conflitos e as contradições. Crise na siderurgia, nos têxteis, na construção naval, diminuição da produção, aceleração da concentração e centralização do capi-

tal, aumento do desemprego (mais de 9 milhões de desempregados).

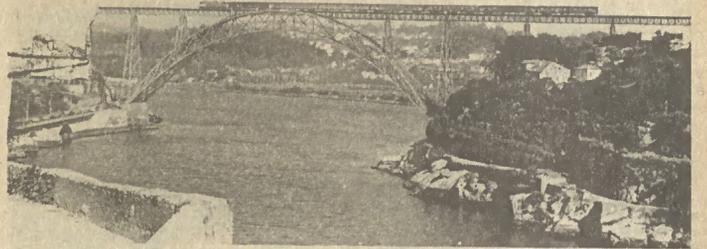
«A integração não só seria um desastre para milhares de empresas e empresários portugueses, como colocaria a nossa economia a reboque dos interesses das monopólios da CEE. A Portugal estaria reservado, dentro da divisão internacional do trabalho, um papel subalterno de mão-de-obra barata e de matérias-primas, local de instalação de industriais atrasadas ou de tecnologia média e indústrias sujas e poluentes.

«Os países do Mercado Co-

mum não admitirão Portugal para resolver os problemas do nosso país. Só admitirão Portugal se o nosso país lhes for útil, se, embora em dimensões diminutas, puder contribuir para resolver os problemas das economias em crise na CEE.

«Uma tal integração, numa Comunidade supranacional e em crise, não é do interesse de Portugal nem dos portugueses. Continuamos a pensar que, em Portugal, quem deve mandar não é qualquer capital europeu, mas os portugueses. Somos nós que teremos de forjar o nosso futuro.»

Carlos Carvalhas falou ainda da alternativa à CEE, portanto



Amanhã, as 21 e 30, prosseguem os trabalhos do Seminário «Portugal e o Mercado Comum — que futuro para a região do Porto», iniciativa do Partido que está a suscitar grande interesse não só a nível regional como noutros pontos do País

da dinamização das diversas formações económicas surgidas com o 25 de Abril, da utilização das capacidades produtivas, do aproveitamento das energias e recursos internos, da introdução de uma profunda modernização estrutural e tecnológica, da necessidade de desenvolver e aprofundar as relações económicas externas com os países capitalistas, com os países socialistas, com os países árabes, com os novos países africanos: Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe.

Carlos Carvalhas disse ainda que uma política deste tipo exige um novo Governo, um Governo Democrático ao Serviço do Povo e de Portugal.

A adesão e os problemas da região do Porto

A outra intervenção da primeira sessão do seminário foi pronunciada pelo camarada Viriato Pina Moura que sistiu o tema geral do Mercado Comum relativamente aos objectivos do debate, ou seja, a incidência da

adesão na região do Porto.

Após uma interessante e detalhada síntese das características económicas e sociais do Norte do País e especialmente da região portueense (que publicamos em separado), Viriato Pina Moura colocou sistematicamente as grandes questões que irão ser tratadas ao longo das seis sessões do seminário a realizar conforme o programa já

estão criados e a funcionar, os métodos de trabalho adoptados, permitem encarar este seminário como promissor.

«Estudamos e estudaremos com objectividade as situações. Entretanto, as conclusões retiradas pelo PCP até este momento, alguns elementos dos próprios trabalhos preparatórios, as próprias questões aqui levantadas, permitem-nos afirmar a

O próprio Mercado Comum confessa que o seu funcionamento não contribuiu para o desenvolvimento dos países e regiões com economias mais débeis — bem pelo contrário, alargou o fosso entre os mais ricos e os mais pobres

anunciado: as incidências da eventual adesão no sector agrícola, na emigração nortenha, a questão das exportações dos têxteis, o futuro das pequenas empresas que constituem a esmagadora maioria da indústria da região, concluindo:

«Os grupos de trabalho que

partida que as consequências de uma eventual adesão de Portugal ao Mercado Comum surgem como bastante graves sobre os sectores predominantes na região do Porto, como intensificadores da exploração e do agravamento das condições de vida das populações».

A região do Porto: um retrato

A região do Porto é um núcleo social importante da Região Norte e do País. Aqui vivem e trabalham mais de 1,5 milhões de portugueses, 52% da população dos 5 distritos do Norte, cerca de 17% da população do País.

Apresentando uma das mais elevadas taxas de natalidade, uma das menores taxas de mortalidade, funcionando como pólo de atracção que origina fortes movimentos migratórios internos, o distrito do Porto vem revelando uma forte tendência para o crescimento demográfico, que se expressa, ao longo deste século, numa taxa de crescimento médio tendencial de 1,2% por ano, contra uma igual taxa de 0,8% ao ano para o conjunto do continente.

Com uma hegemonia bem acentuada da indústria transformadora sobre a agricultura, quer em termos de emprego, quer de produção, esta continua entretanto, a assumir grande relevância na região.

Nalguns concelhos, registam-se dos mais elevados índices de produtividade da terra — quer a nível do Norte, quer a nível nacional — é o caso de Louzada, Póvoa, Felgueiras, Matosinhos, Paços de Ferreira e Penafiel. São significativamente importantes, em termos regionais e nacionais, as produções de vinho, de leite, a pecuária, o milho e as hortícolas. Entretanto, tal não contradiz o facto de o mais relevante ser a prática de uma agricultura em explorações agrícolas de uma muito reduzida dimensão — 54 000 explorações (88% do total) com menos de 4 ha — com uma mecanização incipiente, com predomínio das explorações por conta própria, com elevado índice de arrendamento (claramente superior ao de outras regiões), com uma área dedicada ao autoconsumo mais de duas vezes da registada, em média, no continente, com uma população agrícola envelhecida, como demonstra o acto de apenas 12% das explorações terem responsáveis com menos de 35 anos.

As actividades industriais são, entretanto, largamente predominantes.

O grau de proletarianização é elevado — os operários re-

presentam, no distrito do Porto, 52% da população activa, atingindo em alguns concelhos, como Santo Tirso, Paços de Ferreira, Maia e Gondomar, valores entre 72% e 62%.

A existência, em concelhos como Vila Nova de Gaia, Santo Tirso, Maia e Paredes, dum elevado número absoluto de operários que trabalham complementarmente e sazonalmente na agricultura, é ainda um elemento sociológico importante a ter em consideração.

São alguns dos sectores industriais com mais debilidades estruturais os que ocupam o primeiro lugar na economia da região, sobretudo em termos de emprego e produção. É o caso das indústrias têxteis e do vestuário, do calçado, das indústrias alimentares, das estruturas de madeira e do mobiliário.

A localização espacial desequilibrada destas indústrias, concentradas nalguns concelhos em regime de actividade industrial quase exclusiva — caso do têxtil em Santo Tirso, do mobiliário e serrações em Paredes/Paços de Ferreira, do calçado em Felgueiras e parte de Vila Nova de Gaia — acentua a expressão regional concentrada da debilidade, das contradições e da susceptibilidade do tecido industrial da região.

A importância da química do petróleo em Matosinhos (que tem ocupado o primeiro lugar em termos de FBCP), e a existência da Siderurgia na Maia (que, como se sabe, são sectores nacionalizados), bem como o significativo peso das indústrias metalúrgicas e um certo número de unidades importantes, repartindo-se por sectores mais «avançados» da indústria do distrito não alteram o que atrás foi dito. Como o facto de se localizarem na região muitas das escassas grandes empresas dos sectores «tradicionalistas» referidos, com uma grande concentração de trabalhadores e com um domínio decisivo dos mercados e em particular das exportações dos referidos produtos, não altera, de igual modo, o expressivo índice de 61% para o peso dos estabelecimentos industriais com menos de 5 trabalhadores no total do distrito.

Outras actividades, como as pescas, ocupando directamente uma população activa de 6000 pessoas como problemas estruturais particularmente graves apresentam ainda uma significativa importância quantitativa e qualitativa na estrutura económica regional.

O Comércio, em particular, e os Serviços em geral, apresentam uma grande extensão, mas não deixam de reflectir muito fortemente as actividades industriais dominantes. Além disso, 42% dos estabelecimentos do comércio por grosso têm menos de 5 trabalhadores, elevando-se tal percentagem para 90 e 83% para o comércio a retalho e para o conjunto dos serviços, respectivamente.

Eis um quadro industrial e comercial indicador de grandes carências, objecto do esmagamento por parte das grandes empresas, redistribuidor da mais valia. Uma densidade de redes de transportes e comunicações com estrangulamentos específicos bem como uma rede de serviços, nomeadamente saúde, ensino, culturais, de tempos livres, são um corolário dos aspectos anteriores.

Enfim, a região do Porto, íz do rio Douro, importante pelas regiões que banha e pelas actividades económicas a que dá lugar, é um pólo fundamental da realidade de norteinha, certamente com muitas especificidades que lhe são impostas pelo mais elevado índice de desenvolvimento industrial e de urbanização, mas que não deixa de reflectir o conjunto mais vasto da região em que se insere.

Aqui verificamos os baixos níveis de salinidade praticados nos sectores de mais forte implantação, as deficientíssimas condições de saúde e assistência médica bem patentes na taxa de mortalidade infantil de 42%, de 54 camas por 10 000 habitantes; as dramáticas condições de habitação e saneamento básico; o analfabetismo que atinge no distrito uma taxa de 20%; as insuficiências da estrutura escolar, verificando-se no distrito uma das mais elevadas taxas de abandono dos estudos entre o ensino primário e preparatório (27 em 100).

O desenvolvimento regional da região do Porto e do

Norte só será possível no quadro do desenvolvimento regional das restantes áreas nacionais e duma política global de desenvolvimento.

Ele será impossível através da promoção, ou na base da existência, de uns tantos «pólos de desenvolvimento», por mais bem estruturados e arrumados que estejam nas páginas de estudos tecnocráticos, feitos nas costas das populações e ao serviço da face demagógica



duma política global de miséria, e subordinada à lógica da penetração do capital internacional na esfera das economias regionais.

A única forma de combater as manifestações da lei capitalista do desenvolvimento desigual, bem patente nos actuais desequilíbrios da região, e que são herança de um século de capitalismo, de 50 anos de fascismo, e da política de direita a partir de 76, intensificada de 79 em diante pela «AD», é a promoção duma política económica e social, regional e local multifacetada, com profundo empenhamento das populações, agentes de um planeamento central democrático, de transformação social rumo ao socialismo, como consagra a Constituição da República.

Assim, ao realizarmos este seminário, se estamos profundamente conscientes que não podemos aceitar a lógica que discute a região do Porto é discutir o problema da região do Norte, poderemos entretanto estar certos, que de alguma forma estamos a discutir um assunto que diz respeito a todo o Norte, às suas populações trabalhadoras, que estamos de alguma forma a dar um contributo para o aprofundamento das consequências de uma eventual adesão ao Mercado Comum sobre o conjunto da sociedade portuguesa.

Os problemas agravam-se

São conhecidas as dificuldades com que se de-

bate a nossa agricultura quanto a estrutura fundiária e níveis de produtividade, quanto a preços, mercados e redes de escoamento, quanto a garantias para o futuro, quanto a relações entre proprietários da terra, arrendatários e assalariados.

São conhecidas as dificuldades com que se debatem alguns dos sectores industriais principais, quanto à ausência de um mercado interno desenvolvi-

do e estrangulamentos dos mercados externos, quanto à ausência de matérias-primas, quanto a deficitária gestão, quanto a desarticulação horizontal e vertical, quanto aos baixos níveis de produtividade e à incapacidade crescente de inserção no mercado internacional, apesar dos níveis de competitividade assentes na brutal restrição salarial.

O desemprego é uma realidade em agravamento no distrito. Nos finais de 80, já são os efeitos da política de «AD» registavam-se no distrito do Porto 40 434 procuras de emprego não satisfeitas, contra apenas 255 ofertas de emprego não satisfeitas. Se aquele número não reflecte a totalidade dos desempregados, a relação de 159 procuras de emprego para uma oferta é bastante significativa da situação dramática a que se chegou, com particular realce para os candidatos ao primeiro emprego, para os jovens e para as mulheres. Se considerarmos que no sector têxtil, aquela mesma relação era de 355 procuras de emprego para uma oferta, temos um quadro ainda mais desolador.

Situação estrutural dramática a que se junta uma conjuntura que não é melhor. O capitalismo mundial continua atravessando uma fase de crise e depressão e a economia portuguesa arrasta-se na mesma situação — é o fruto da integração na divisão internacional capita-

lista do trabalho, é o resultado do estrangulamento dos nossos mercados externos, é a expressão das pressões e ingerências do imperialismo que a política de direita da «AD» tem aceite e promovido no quadro de um crescente enclausuramento.

Tal situação e tal política têm expressões nítidas no distrito do Porto:

Nalguns dos sectores industriais aqui predominantes (nomeadamente o têxtil, vestuário, calçado, couros, no mobiliário, mas também noutros) são as restrições das exportações, as quebras no mercado interno, o agravamento das dificuldades financeiras das empresas, a subutilização da capacidade produtiva, os encerramentos e falências.

A banca nacionalizada é utilizada como placa giratória da recuperação do poder económico do grande capital e da restauração dos monopólios. Um exemplo recentemente denunciado pela DORP do PCP é o das actividades do Conselho de Gestão do BPA no apoio à crescente monopolização do sector têxtil pelo grupo Mello-Deutsch-Morgan e o papel daquele Conselho na gestão da venda de participações do Estado, através da qual antigos banqueiros assumem posições em diversas importantes empresas.

Avança a concentração e centralização capitalistas, num processo complexo e conjugado, que vai da política restritiva de crédito adoptada pelo Governo e da forma como na sua aplicação são discriminados, de facto, cada vez mais, os pequenos e médios industriais e comerciantes e os agricultores, até à criação de instrumentos visando, directamente, uma tal actividade, como sucede com a aqui recém-criada SPI (Sociedade Portuguesa de Investimentos).

O Governo projecta e negocia para os sectores têxtil e calçado «planos de reestruturação sectorial» que, a irem por diante, se traduzirão, no nosso distrito, na sentença de morte para milhares de empresários e comerciantes e agricultores, e na criação de zonas demarcadas onde todas as leis de trabalho, os direitos e liberdades constitucionais seriam letra morta e o desemprego alastraria.

Intensifica-se a exploração e a retirada de regalias sociais e económicas alcançadas — de que a tentativa de generalização a todo o sector do contrato fantasma negociado com o SINTETEX amarelo em aliança com o patronato e o Governo é um exemplo significativo.

Acentua-se o ritmo de despedimentos — basta referir o caso da Corfams e dos seus 600 trabalhadores ou os casos actuais dos 1000 trabalhadores da Algot e dos 200 conservedores da Algarve Exportadora e da Rainha do Sado ha meses sem salários e sem trabalho e com o despedimento no horizonte.

Extracto da intervenção do camarada Viriato Pina Moura na sessão de abertura

- São as seguintes as sessões previstas para o Seminário «Portugal e o Mercado Comum — Que futuro para a região do Porto?»:
- Sexta-feira, 20 de Novembro, 21 e 30: Indústrias têxteis e calçado.
- Sexta-feira, 27 de Novembro, 21 e 30: Indústrias metalúrgicas, de material eléctrico e electrónico.
- Sexta-feira, 4 de Dezembro, 21 e 30: Outras indústrias transformadoras.
- Sábado, 5 de Dezembro, 21 e 30: Comércio e turismo.
- Domingo, 6 de Dezembro, 15 horas: Agricultura e pescas.
- Sexta-feira, 11 de Dezembro, 21 e 30: Construção civil e obras públicas.
- Sábado, 12 de Dezembro, 15 horas: Sessão de encerramento.

À excepção da sessão de encerramento (que se realizará no salão da Faculdade de Engenharia do Porto, na rua dos Bragas) todas as sessões se efectuam no auditório da Cooperativa Árvore, na Rua Azevedo de Albuquerque, 1.



No distrito do Porto os operários representam 52 por cento da população activa

Internacional

37.º Congresso do PC da Grã-Bretanha

Por ocasião do 37.º Congresso do Partido Comunista da Grã-Bretanha, o CC do PCP enviou ao CC do PCGB «fraternais e cordiais saudações», sublinhando:

E para nós motivo de satisfação verificar que os laços de amizade, solidariedade e cooperação entre os nossos dois partidos se têm reforçado e aprofundado; o PCP continuará a agir para que esses laços se estreitem ainda mais no futuro, na base dos princípios do marxismo-leninismo, do internacionalismo proletário, no interesse dos nossos dois povos e país e dos nossos ideais comuns do socialismo e do comunismo.

Lê-se ainda na saudação: «O PCP acompanha solidariamente os esforços do vosso Partido pela unidade de acção da classe operária e das massas populares e pela cooperação com outras forças democráticas contra a desastrosa política anti-popular do governo conservador que procura fazer cair sobre os trabalhadores e as

classes médias o peso da crise com que o capitalismo na Grã-Bretanha se debate. Em consequência desta crise, o desemprego, a inflação e a restrição das liberdades democráticas afectam já milhões de trabalhadores do vosso país.»

«O nosso Partido saúda com satisfação o ascenso da luta da classe operária e das massas populares contra a política de alinhamento com o imperialismo norte-americano e contra as consequências da participação da Grã-Bretanha na CEE, em defesa dos seus interesses vitais, pelo progresso social, pela paz.»

Sobre a situação internacional, lê-se na saudação: «A política militarista e agressiva do imperialismo norte-americano e dos seus mais submissos aliados da NATO constitui uma séria ameaça para a paz, a segurança e a independência dos povos. A decisão tomada pela NATO de instalar no nosso continente os novos mísseis norte-americanos, a produção pelos EUA de

bomba de neutrões, as teses de uma «guerra nuclear limitada» são aspectos particularmente graves desta política contra a qual de desenvolvem amplos e significativos movimentos de massas na Grã-Bretanha e em numerosos países da Europa.»

«O imperialismo tenta por todos os meios fazer face ao ascenso da luta libertadora dos trabalhadores e dos povos, alcançar a supremacia militar, reconquistar a sua hegemonia nos assuntos mundiais. Mas as realizações e a política de paz da URSS e dos países socialistas, o desenvolvimento da luta da classe operária dos países capitalistas, os sucessos do movimento de libertação e a acção dos países progressistas constituem uma sólida barreira aos planos agressivos do imperialismo. O PCP tudo fará para que se fortaleça cada vez mais a unidade do movimento comunista internacional e a cooperação e solidariedade entre todas as forças revolucionárias e anti-imperialistas.»

Corresponder às necessidades básicas da população

— objectivo central em Cabo Verde

O embaixador de Cabo Verde em Portugal, Corsino Tolentino, deu no passado dia 11 a sua primeira conferência de imprensa no nosso país, em que destacou o imenso esforço que está a ser feito no seu país no sentido de desenvolver a economia, corresponder às necessidades básicas da população e incentivar a participação popular a todos os níveis do poder.

A situação económica de Cabo Verde foi particularmente referida, acentuando Corsino Tolentino que se está a partir de uma situação muito difícil, herdada do colo-

niaismo, «uma economia distorcida e atrasada».

Enquanto 70 por cento da população depende fundamentalmente da agricultura, este sector da economia apenas contribui com cerca de 20 por cento do produto interno bruto. Um facto que aponta directamente para um objectivo fundamental: a auto-suficiência alimentar. Objectivo cuja concretização exige uma «alteração da actual estrutura agrária», sem o que «será impossível aumentar a produtividade».

É neste sentido, e visando a superação da difícil situação económi-

ca actual, que se destacam dois pontos centrais: a elaboração de um plano de desenvolvimento para 1982-85 e a promoção da discussão em todo o país de um anteprojecto de lei de bases da Reforma Agrária.

A concretização destas direcções fundamentais da actividade política e económica do governo pressupõe a activação da participação popular. Isso mesmo foi referido pelo embaixador cabo-verdiano em Lisboa, que afirmou estar-se a «estimular a participação popular» no processo de total independência e de desenvolvimento de Cabo Verde.

Partido Comunista Martiniquês

O Comité Central do Partido Comunista Português sauda calorosamente o Partido Comunista Martiniquês, por ocasião da passagem do 60.º Aniversário da fundação do movimento comunista de Martinica — afirma-se numa saudação enviada pelo CC do PCP ao CC do PCM.

«O PCP — afirma-se no documento — tem uma grande consideração pela luta dos comunistas da Martinica que, resistindo à violência da repressão e a duros anos de clandestinidade, tem vindo a defender firmemente os interesses da classe operária e dos trabalhadores e a encabeçar a luta contra a exploração colonial e pela liberta-

ção nacional, desempenhando um papel influente e insubstituível na vida e na luta do povo martiniquês. Os comunistas portugueses são solidários com a luta do PCM contra o regime colonial e pela autonomia democrática popular, etapa da luta pela completa soberania nacional».

Sublinha-se na saudação: «A luta do PCM e do povo martiniquês insere-se no quadro mais geral da luta dos povos pela democracia, a independência nacional, o progresso e o socialismo e contra os perigosos planos das forças mais reacionárias e agressivas do imperialismo, e em primeiro lugar do imperialismo norte-americano, no sentido de travarem e impedirem o curso irreversível do processo revolucionário mundial. As ameaças da Administração Reagan na América Central e Caraíbas, designadamente contra Cuba socialista, Nicarágua revolucionária e o povo de El Salvador, são uma expressão particularmente perigosa desta política agressiva».

«Os perigos que pesam sobre a segurança dos povos e a paz mundial são reais. Mas o imperialismo não está já em condições de impôr o seu domínio. Os trabalhadores e os povos alcançaram nos últimos anos vitórias históricas. O reforço da coesão do movimento comunista internacional, e o aprofundamento da cooperação e solidariedade recíproca de todas as forças revolucionárias — a URSS e os países socialistas, os países progressistas, o movimento operário dos países capitalistas e o movimento de libertação nacional — é o caminho seguro para fazer recuar os planos da reacção e do imperialismo, defender a paz e assegurar novas vitórias no processo de libertação social e nacional dos povos».

«Die Wahrheit»

Terminando a sua actividade jornalística de muitos anos como director do «Die Wahrheit», órgão central do Partido Socialista Unificado de Berlim Ocidental, o camarada Hans Mahle, que nos enviou uma fraterna carta de despedida, abandonou no princípio do corrente mês aquele cargo, por razões de idade e de saúde.

Ao camarada Hans Mahle, que mantém as suas funções de membro do Bureau da Presidência do PSUBO, o colectivo do «Avante!» envia um abraço caloroso e fraternal, desejando-lhe uma longa vida.

1982: Ano Dostoievski

Um dos maiores escritores de todos os tempos

Há poucos dias, em 11 de Novembro, comemorou-se o 160.º aniversário do nascimento de Dostoievski; em 9 de Fevereiro, assinalara-se o centenário da sua morte. 1981 foi, aliás, declarado pela UNESCO «Ano Dostoievski» — pretexto para a realização, um pouco por todo o mundo, de diversas iniciativas evocadoras do grande escritor russo, autor, nomeadamente, do «Crime e Castigo», romance considerado uma das obras-primas da literatura mundial.

Fiodor Dostoievski nasceu num modesto apartamento de Moscovo, em 1821, filho de um médico que exercia medicina num hospital de caridade. A vida familiar, decorrendo com aparente quietude, esconde, porém, grandes tensões: as virtudes morais são acompanhadas de relações complexas entre os cônjuges; a disciplina austera, o isolamento e a permanente falta de dinheiro, aliam-se a um ambiente de riqueza espiritual. A infância significou muito para Fiodor. Foi um período agradável da sua vida marcado por uma relação de grande amizade com o seu irmão mais velho, Mikhail, que foi conservada até à morte deste último.

Em 1837, os dois irmãos partem para S. Petersburgo (actual Leninegrado). Ambos sonham dedicar-se à literatura, mas o pai envia-os para a Escola de Engenharia Militar.

De Moscovo para S. Petersburgo

A mudança de uma Moscovo com casas de madeira para a majestosa capital do império tem grande impacto nos jovens e vem a reflectir-se mais tarde nos romances de Dostoievski, que faz de S. Petersburgo o lugar de acção de muitas das suas personagens e um símbolo do despotismo contra o qual elas se sublevam vindo, na maior parte das vezes, a perecer. A cidade intervirá, na vida do escritor, de modo pernicioso, mas ela foi também o único lugar onde pôde observar de perto as grandes contradições da Rússia czarista — o esplendor e a miséria, o despotismo e a escravatura, mas também uma intensa vida intelectual — e onde o seu sonho de ser escritor se tornou realidade.

A Escola de Engenharia Militar estava instalada no antigo Palácio do Imperador Pedro I onde, em 1801, Paulo I tinha sido estrangulado por conspiradores. Os sanguinários acontecimentos históricos projectam-se no dia-a-dia de Fiodor, para quem a vida não era fácil. Os futuros engenheiros militares, além de estudarem as ciências exactas tinham que submeter-se, como soldados, ao serviço militar e tomar parte nos desfiles que eram passados em revista pelo príncipe czar. O jovem sofria também a humilhação de ter que pedir dinheiro ao seu avaro pai, para as necessidades mais elementares. As asperzas da

vida sobrepõem-se, no entanto, os interesses literários: lê Corneille, Racine, Schiller, George Sand, Victor Hugo, Goethe, Hoffman e faz os primeiros ensaios com a caneta. A sua monótona existência é abalada com a notícia da morte violenta do pai, às mãos dos servos e em circunstâncias misteriosas, numa aldeia perdida para onde o médico, viúvo, se tinha retirado. Dostoievski não gosta de recordar o drama. Terminados os estudos, vai trabalhar para o Departamento de Engenharia, mas não deixa de escrever: traduz «Eugenie Grandet», de Balzac, e em 1844 deixa, finalmente, o emprego para se dedicar ao trabalho literário.

O começo

O começo da trajectória como escritor foi brilhante. A primeira novela, «Pobre Gente» — a história de um empregado de pouca importância — foi publicada, com êxito, pelo editor mais progressista da época, Nekrassov. Belinski, um crítico de grande prestígio, compara o novo talento a Gogol.

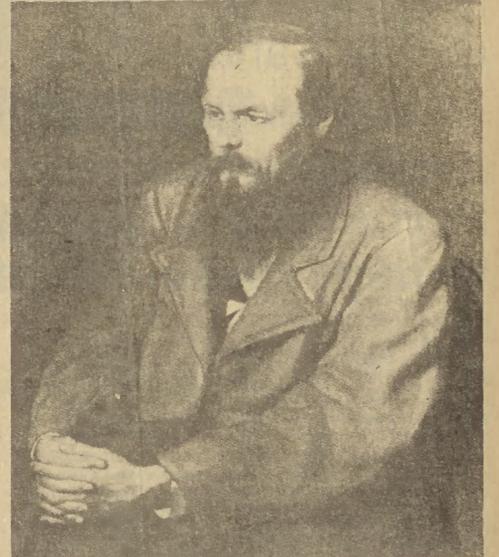
Da pena de Fiodor Dostoievski vai saindo uma larga produção, acolhida com entusiasmo pela sociedade

completamente alheio. Outras desilusões o esperam: o fracasso das duas revistas que começara a editar. É duramente atingido pela morte da mulher e seguidamente pela do irmão, seu companheiro de toda a vida. Está privado de dívidas e tem a responsabilidade dos sobrinhos. Sente-se profundamente abatido, mas não renuncia a escrever. Em 1866, publica «Crime e Castigo», no qual o escritor se propõe «tocar todos os problemas» — como escreve no seu diário. E vai, de facto, abordar nele muitos

Aos humilhados e ofendidos

As marcas dos grilhões, do cárcere, a pena capital, o desterro, foram o calvário de Dostoievski mas foram, igualmente, a fonte onde foi buscar o conhecimento do homem e dos enigmas da sua alma.

Na sua obra «A Casa dos Mortos», que descreve a vida na prisão, faz uma análise audaz da sociedade e revela



Escreveu um dia um crítico: «Dostoievski não foi revolucionário e não tinha ideias socialistas. Mas foi um artista genial e a sua obra levava o leitor a compreender, sem compromisso de qualquer espécie, que o homem não será nunca feliz num mundo onde reine a arbitrariedade e a injustiça.» Na foto: Dostoievski num quadro de Vassili Perov



Ilustrações de Minaev para «Crime e Castigo» (as duas da esquerda) e «Os Irmãos Karamazov»



progressista russa, receptiva à implacável análise social que lhes oferecia o jovem escritor.

Na Rússia de então, flagelada pelo despotismo czarista e oprimida pela vigilância policial, surgiam organizações clandestinas que agrupavam os jovens intelectuais, que lutavam por uma mudança da sociedade. Dostoievski ingressou num desses círculos. Em 1848 todos os membros da organização são presos e encarcerados na Fortaleza de Pedro e Paulo. Juntamente com outros prisioneiros foi conduzido ao lugar onde iria pronunciar-se a

um profundo conhecimento da psicologia humana. Deste livro que constituiu um êxito, diria Leon Tolstoi: «É uma maravilha». A primeira novela que publicou depois da prisão na Sibéria chamou «Humilhados e Ofendidos». Aos humilhados e ofendidos dedicaria ele, a partir daí, toda a sua vasta obra literária.

Em 1859 Dostoievski regressou a Petersburgo, com a mulher e o filho. Amava a mulher, mas não sentia felicidade. A união matrimonial é acompanhada de tormentos morais que vai deixar reflectidos nas tensões psicológicas das personagens dos seus livros.

O regresso do escritor a S. Petersburgo deu-se depois do assassinato de Nicolau II, numa época de agitação social e quando se preparava a libertação dos servos. O escritor integra-se nesse movimento e, juntamente com o irmão, edita uma revista. Nessa altura depara-se-lhe a oportunidade de visitar a Europa. A civilização ocidental que tanto admirava em jovem, decepção-o. O espírito burguês que vai encontrar é-lhe

problemas da existência humana: a miséria, o dinheiro, a fé e falta de fé, o assassinato e o perdão, o pecado e a expiação. A obra é uma profunda análise da psicologia do crime e do arrependimento, escrita por um grande conhecedor das enfermidades do espírito humano.

Dostoievski não deixa ninguém indiferente. As suas ideias e personagens foram e são acolhidas e discutidas com paixão. E no Século XX pode afirmar-se que não há escritor em evidência que não tenha sido influenciado pela sua obra: disseram-no Maximo Gorki, Mayakovski, Emile Verhaeren, Romain Rolland, Stephan Zweig, Tomas Man, W. Faulkner, Gabriel Garcia Marquez.

Ninguém pode ficar indiferente

Enquanto na imprensa se discutia a personalidade de Rascolnikov, a principal personagem do romance, o escritor vê-se obrigado a ir para o estrangeiro a fim de escapar aos credores. Vai para a Europa acompanhado da sua segunda mulher, Anna Shitkina, que conhecera quando escrevia «O Jogador». Dostoievski tinha-a contratado para dactilografar a novela que foi obrigado a escrever em 26 dias, por condição estipulada num contrato com o editor Stellovski. Fiodor Dostoievski tem 46

Toda a sua obra é um estímulo ao debate em volta dos problemas cruciais da existência humana: a fé, a ciência, a religião, o socialismo e o capitalismo, a paciência e a educação, a indulgência, a vingança, a esperança de achar a harmonia entre o caos.

Dostoievski jamais foi moralista ou didáctico; jamais representou de um modo simplificado o caminho do homem para o bem e a liberdade. O seu próprio caminho foi encontrado através dos maiores escorbos: mas sempre com inflexibilidade, até à morte.

Uma nova edição das obras completas

A edição das obras completas de Dostoievski, cujo 21.º volume acaba de ser publicado, é um conjunto de 30 tomos onde pela primeira vez se incluem todos os textos, impressos e manuscritos, do escritor. A publicação, a cargo das edições «Nauka», foi começada em 1972, por iniciativa da Academia de Ciências da URSS e terminará em 1985, constituindo uma enorme contribuição para a compreensão da personalidade complexa de Dostoievski. Foi necessário uma pesquisa exaustiva não só nos arquivos nacionais como estrangeiros, tendo havido uma recolha notável na Checoslováquia, França, Suíça e Alemanha Ocidental.

A primeira edição das obras completas de Fiodor Dostoievski foi publicada antes da Revolução, segundo um plano estabelecido por Anna Dostoievskia, viúva do escritor. Além das inexactidões e erros de impressão, faltava muito material, e não incluía manuscritos.

Nos primeiros anos da República dos Sovietes foram publicados dois volumes suplementares com obras que nunca tinham sido editadas. Em 1929, saiu uma edição das obras completas, em 13 volumes, mas só com textos impressos.

Uma das características das obras de Dostoievski era a elaboração detalhada do plano de cada obra, quer se tratasse de um romance, de uma novela ou de um conto, embora acontecesse muitas vezes que a concepção inicial sofresse mudanças radicais ou fosse mesmo letra morta. A compilação dos planos de trabalho e dos rascunhos são uma enorme contribuição para a compreensão da complexa e contraditória personalidade do escritor.

Na nova edição, cada período da vida e obra de Dostoievski é acompanhado tanto pelos textos «canónicos» como pelas alterações que o escritor foi introduzindo, acompanhados de notas que permitem a sua interpretação, incluí igualmente comentários que evocam a criação de certas obras, as fontes literárias e os acontecimentos que as inspiraram.

Paralelamente à edição das obras completas, a «Nauka» publica uma recolha de artigos sobre o escritor da autoria de diversos especialistas estrangeiros.

No trabalho de investigação desenvolvido pela Academia de Ciências da URSS, teve uma enorme importância a contribuição do crítico literário norueguês G. Hatso que provou — com o auxílio de computadores — a autenticidade de diversos textos inacabados de Dostoievski. É de salientar que foi igualmente Hatso que juntamente com peritos suecos efectuou pesquisas análogas em relação a Chokolov, permitindo atribuir-lhe, sem deixar margens para dúvidas, a autoria de «Don Tranquilo», dissipando assim os mitos criados por certos escritores ocidentais que procuravam contestar o facto.

O falso e o verdadeiro no génio de Dostoievski

«Variadíssimos epítetos têm sido atribuídos a Dostoievski, tanto por críticos russos como estrangeiros» — escreve o crítico literário Gavrill Petrossian: «Escritor dos Sentimentos Ocultos», «Escritor-maldito», «Ivan, o Terrível da literatura russa», «Enigma da Rússia», «Psicólogo da demência». Mas nenhum epíteto, assim como nenhuma obra crítica, por mais volumosa, poderá definir um génio como Dostoievski, porque defini-lo seria limitá-lo.

«Todas as obras de Dostoievski estão penetradas de dor e de compaixão pelo homem e ninguém conseguiu como ele descrever a tragédia de um ser atingido na sua dignidade. E o seu amor sem limites pelos humilhados e ofendidos, a crítica violenta às condições sociais que geram seres moralmente mutilados, a avidez de justiça, é tudo isto que leva a que ge-

rações sucessivas apreciem a obra de Dostoievski» — afirma o crítico.

«Mesmo em vida do escritor — escreve ainda Petrossian — numerosos críticos literários, surpreendidos com o seu talento, a sua notável análise psicológica e a natureza complexa e contraditória dos seus raciocínios, afirmariam que coube a Dostoievski o mérito de desvendarem «a enigmática alma eslava»; «por a nu a «alma misteriosa» do homem russo». Devido a estas críticas o nome de Dostoievski tornou-se sinónimo da vida russa; as suas obras serviram para compreender a explicar os costumes da Rússia. Ainda hoje, seja por ignorância, ingenuidade, ou intencionalidade, há quem se apege a esta interpretação das coisas.

«Naturalmente — afirma o crítico — isto é falso e ridículo. Não

é na complexidade e nas contradições da sua obra, não é sequer no desvendarem do «enigma da alma eslava», mas em tudo aquilo que ele, objectiva e incontestavelmente trouxe de precioso à literatura mundial, que residem as causas da popularidade de Fiodor Dostoievski. O crítico dinamarquês Brandes — cita Petrossian — disse e muito bem: «ele (Dostoievski) fez-nos compreender que é possível conservar a pureza imaculada da alma em todas as situações, em todas as circunstâncias».

«Dostoievski não foi revolucionário e não tinha ideias socialistas afirma igualmente Petrossian. Mas foi um artista genial e a sua obra levava o leitor a compreender, sem compromisso de qualquer espécie, que o homem não será nunca feliz num mundo onde reine a arbitrariedade e a injustiça.»

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A VENDA

sumário

INTENSIFICAR A LUTA CONTRA O GOVERNO DAS SERRAS, ANARCA E AS FORÇAS REACIONÁRIAS

SEMANA Internacional

11

Quarta-feira



A Grécia decidiu tomar medidas unilaterais para a retirada de ogivas nucleares do seu território, independentemente de qualquer plano geral nesse sentido para a região dos Balcãs — conforme declaração do ministro da Imprensa Dimitris Maroudas ■ Um comício a que presidiu o chefe do Estado José Eduardo dos Santos encerra em Luanda as comemorações do sexto aniversário da criação da República Popular de Angola. «Mais força na organização, na defesa, na produção e na disciplina» foi o lema das comemorações, dominadas pelas necessidades de defesa da soberania nacional, ameaçada como nunca, desde a independência, pelos agressores racistas sul-africanos ■ Manifestações anti-nucleares realizaram-se hoje em mais de 150 universidades americanas, abrangendo todo o território dos Estados Unidos. Alunos e professores viram-se apoiados por políticos e cientistas que condenam asperamente o desvario belicista da administração Reagan.

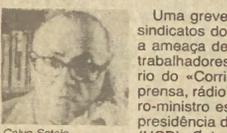
12

Quinta-feira

Depois de sucessivos adiamentos, a aeronave Columbia é lançada do Cabo Canaveral com dois astronautas a bordo. A missão, que os norte-americanos qualificam de «pacífica» e «científica» tem, segundo dados revelados pela UPI, claros objetivos militares, e o seu controlo exerce-se diretamente do Pentágono ■ Prossegue a retirada das forças libias do Tchad, agora que o presidente Goukouni do Tchad considera desnecessária a sua assistência militar. Entretanto, no âmbito da Organização de Unidade Africana, contingentes inter-africanos devem entrar brevemente naquele país, com o objetivo de ajudar a manter a paz e de desencorajar a luta entre facções rivais, assim como a agressão sudanesa, cujo recomeço se assinala já no Leste do país.

13

Sexta-feira



Uma greve de 24 horas, convocada pelos sindicatos dos jornalistas e tipógrafos contra a ameaça de despedimento de centenas de trabalhadores do grupo «Rizzoli», proprietário do «Corriere della Sera», paralisa a imprensa, rádio e televisão em Itália ■ O primeiro-ministro espanhol Calvo Sotelo assume a presidência da União do Centro Democrático (UCD). Calvo Sotelo é considerado o chefe da ala mais conservadora da UCD, favorável a um acordo com o partido da extrema-direita «Alianza Popular» do ex-ministro franquista Fraga Iribarne ■ Uma declaração do embaixador de Angola nas Nações Unidas, distribuída como documento oficial do Conselho de Segurança, afirma que nunca a situação na África Austral foi tão grave, e denuncia a aliança entre o regime de Pretória e os países capitalistas ocidentais para «privar o povo de Angola das suas conquistas revolucionárias».

14

Sábado

Termina em Bissau o Congresso do PAIGC. O Congresso elegeu o novo Comité Central de 60 membros, e o Bureau Político de que fazem parte João Bernardo Vieira, presidente do Conselho da Revolução, eleito secretário-geral do PAIGC, e Vasco Cabral, eleito secretário permanente do Comité Central ■ O IRA reivindica a responsabilidade pelo atentado que hoje vitimou em Belfast um deputado do parlamento britânico, Robert Bradford, tido «como um dos elementos chave na manutenção da máquina militar unionista» na Irlanda do Norte ■ Cerca de 150 mil pessoas, ao apelo de movimentos ecologistas, manifestam-se nas ruas de Wiesbaden contra a ampliação do aeroporto internacional de Frankfurt à custa da destruição de um bosque de 250 hectares. Registam-se graves confrontos entre manifestantes e a polícia, que ataca com gases lacrimogéneos e à matraça.

15

Domingo

Melhor milhão de manifestantes concentrados hoje junto à universidade de Madrid reclamaram «Paz, Desarmamento e Liberdade» e acusaram o governo da UCD de promover a adesão de Espanha à NATO contra a vontade expressa da maioria do povo espanhol. A manifestação foi convocada pelo PSOE e teve o apoio do PCE e outros sectores da oposição, das organizações sindicais e dos grupos ecologistas ■ As eleições presidenciais no Bangladesh, hoje realizadas, segundo resultados não definitivos dão a vitória ao presidente em exercício, Abdur Sattar. Das listas de voto constavam 31 candidatos. Calcula-se que a abstenção tenha rondado os 60% ■ O primeiro contingente zaireense das forças inter-africanas de manutenção da paz no Tchad chegou hoje a N'Djamena, enquanto continua a retirada das tropas libias e se intensificam as provocações militares sudanesas.

16

Segunda-feira



Em entrevista concedida a «The Times» de Londres hoje publicada, o chanceler Helmut Schmidt da RFA manifesta preocupação pelas declarações da administração norte-americana sobre a possibilidade de uma guerra nuclear na Europa e afirma-se convicto da possibilidade de organizar um encontro entre Leonid Brejnev e Ronald Reagan, «porque o principal objetivo é o diálogo leste-oeste», entre os seus governos e entre os seus povos ■ O novo parlamento grego reúne-se pela primeira vez depois das eleições legislativas de 18 de Outubro. O Movimento Socialista Pan-Helénico (PASOK) de Andreas Papandreu detém 172 dos 300 lugares do parlamento e o Partido Comunista Grego, 13. O Partido da Nova Democracia, de direita, tem 115 deputados ■ O PCE expulsa cinco dos seus vereadores na Câmara Municipal de Madrid, que antes convidara a renunciar aos seus cargos depois de o comité provincial de Madrid os ter acusado de actividades cisionistas.

17

Terça-feira

O Peso relativo das despesas com a defesa no orçamento soviético para 1982 diminuiu de 5,7% (1980) para 5,3%, traduzindo a manutenção do montante global que no ano passado lhe foi atribuído ■ Cerca de duas mil pessoas, na maioria mulheres, desfilarão na manhã de hoje frente ao Pentágono, protestando contra a corrida aos armamentos e o incremento da produção nuclear nos EUA ■ Em Genebra tem início uma conferência que durante três dias reunirá peritos em desarmamento oriundos de 30 países, organizações internacionais e agências da ONU. Kurt Waldheim, discursando na cerimónia inaugural, alerta para o facto de a corrida aos armamentos dominar actualmente a cena internacional «de forma nunca vista».

Efeméride da Semana — No dia 12 de Novembro de 1979 o Papa João Paulo II reabilita publicamente Galileu Galilei, que fora condenado pela Inquisição em 1633.

Internacional

Da «estrela brilhante 82» aos «sistemas regionais de defesa»

A «Paz» armada no Médio Oriente?

Dia 14, as manobras militares «Estrela brilhante 82», promovidas pelos EUA — a maior concentração militar norte-americana no Médio Oriente depois da guerra de Outubro de 1973 — foram desencadeadas por toda a região do Golfo, desenvolvendo-se junto do Oceano Índico e na fronteira de países progressistas como o Iémen do Sul e a Etiópia. A realização destas manobras e a sua envergadura, no momento actual, que se caracteriza por uma grande complexidade (na sua evolução, e nos «jogos» múltiplos que o enxameiam) dão-nos a tónica da política dos Estados Unidos para o Médio Oriente: a tentativa de imposição, nomeadamente pela força militar, de «soluções» de acordo com os seus interesses de grande potência imperialista. A sucessão de factos após a morte de Sadat aponta exactamente nessa direcção.

Imediatamente após o atentado do Cairo, a repressão no Egipto sofre ainda um maior agravamento, a aproximação entre os regimes reaccionários do Egipto e do Sudão é ostensivamente apresentada, colocase na ordem do dia uma campanha tendente a «justificar» uma invasão da Líbia (projecto que nada tem entretanto de novo).

Em simultâneo com o evidente agravamento da situação na zona, dois factos — embora de carácter diferenciado — vêm traduzir de forma muito nítida a complexidade da situação na zona: o incidente de Tabouk (violação do espaço aéreo da Arábia Saudita por parte de aviões militares israelitas, interceptados por caças sauditas) e o plano Fahd, apresentado pela Arábia Saudita, e que, se contou com o imediato repúdio por parte de Israel, levanta dúvidas entre países e forças progressistas árabes, parecendo simultaneamente gozar de apoio de países capitalistas europeus e também dos Estados Unidos.

Contraopondo-se à política imperialista no Médio Oriente vêm notícias de lutas dos palestinos nas zonas ocupadas por Israel. Na margem ocidental do Jordão, estudantes palestinos manifestaram-se em vários dias consecutivos contra a ocupação sionista e o novo governador imposto à região ocupada. Manifestações estudantis e uma greve parcial do comércio em Jerusalém surgiram também como forma de protesto contra as conversações de autonomia israelo-egípcias.

Para completar o quadro da instabilidade e da violência gerada pela política imperialista, que se vive no Médio Oriente, aviões militares sionistas fizeram ataques simulados — nos primeiros dias deste mês — a campos de refugiados palestinos em Saída, Tiro e Nabatiyeh, no sul do Líbano, enquanto se verificam concentrações de dezenas de veículos militares israelitas ao longo da fronteira libanesa. E no contexto do Médio Oriente, o Líbano é um país particularmente importante. Como recentemente destacou o camarada Georges Hawi, secretário-geral do Partido Comunista Libanês, ao jornal cubano «Gramma», o Líbano é o local mais importante, a partir do qual «se podem desferir severos golpes à Resistência Palestiniana e levar a cabo uma guerra de desgastar contra a Síria para a enfraquecer e parali-

zar a sua oposição ao acordo de Camp David».

A presença militar dos EUA

As manobras «Estrela Brilhante 82», em curso neste momento no Médio Oriente, que deverão prolongar-se até meados de Dezembro, envolvem tropas egípcias e sudanesas, unidades terrestres, navais e aéreas dos EUA, os tristemente célebres bombardeiros B-52, dois aviões dotados com sistema de detecção AWACS, que já tinham sido anteriormente colocados no Egipto, o porta-aviões «Nimitz» da 6.ª Esquadra norte-americana. O carácter agressivo das manobras é tão ostensivo que mesmo o insuspeito jornal francês «Le Monde» afirma: «estas manobras demonstram que Washington continua decidida a organizar uma aliança dos Estados da região — incluindo Israel — face à União Soviética». Na verdade estas manobras funcionam como uma intervenção militar nos EUA no Médio Oriente.

Outros factos se somam a este, reflectindo a envergadura da presença militar norte-americana na zona. Em Setembro foi concluída uma «aliança estratégica» com TelAviv, que prevê, nomeadamente, a instalação de bases do Pentágono e depósitos de armas para um «corpo de intervenção rápida» norte-americano em Israel.

No dia 1 de Novembro, o jornal norte-americano «Washington Post», apoiando-se num documento interno do Pentágono, referia planos norte-americanos para «desenvolver, com o apoio dos Estados Unidos, de um sistema regional de defesa para o conjunto do Golfo». Esse sistema associaria a Arábia Saudita, o Kuwait, Oman, Bahrein, Qatar e os Emirados árabes. O centro de tal sistema teria como sede a Arábia Saudita, através de uma central de comando equipada com um satélite de comunicações, permitindo a coordenação dos aviões-radar, os F-15 e os mísseis terra-ar. Com esta mesma perspectiva seriam estabelecidas infraestruturas navais e aéreas em diversos países, capazes de ser activadas, ou seja de receber tropas norte-americanas, a qualquer momento. Em síntese, uma forma mascarada de alargar a rede de bases militares norte-americanas no Médio Oriente (e mascarada, porque a implantação de novas bases militares norte-americanas na zona esbar-

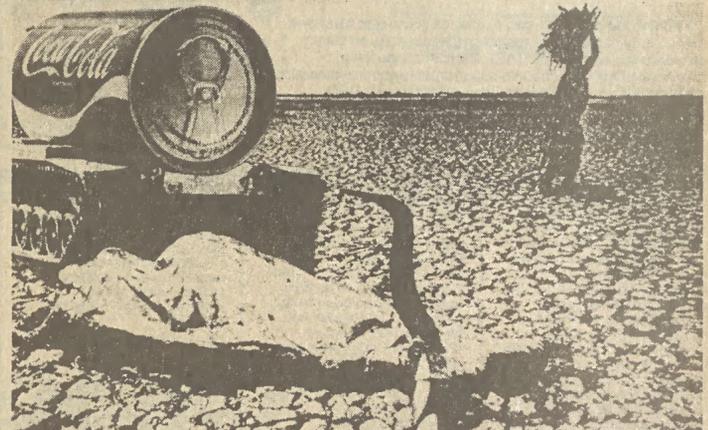
ra com a forte rejeição dos povos da zona). Nestes planos se inserem as recentes vendas de aviões-radar à Arábia Saudita (contestadas por Israel dentro da perspectiva sionista de único aliado directo dos Estados Unidos no Médio Oriente). Como a pública apreciação positiva do plano Fahd por parte da administração Reagan. Uma rede de planos e de manobras que se baseiam e reflectem a complexidade da situação na zona e os interesses que estão em jogo.

A força do Sinai e o plano Fahd

Dia 25 realiza-se em Fez uma cimeira dos países árabes, onde nomeadamente deverá ser discutido o plano Fahd, apresentado pela Arábia Saudita como um plano de paz para o Médio Oriente. Este plano tem suscitado, da parte destes países e das organizações árabes e palestinas, reacções não coincidentes, desde a rejeição global, à dúvida, ao apoio pontual a aspectos da proposta saudita. De momento não se conta portanto com uma definição clara de posições no mundo árabe.

O mesmo não se pode dizer em relação a Israel, a países da Europa capitalista, e aos Estados Unidos. Begin, primeiro-ministro israelita, foi ostensivo na recusa do plano Fahd, afirmando que «esse plano, apesar dos comentários favoráveis em Washington e na Europa, não pode servir de base ao estabelecimento da paz no Médio Oriente. É preciso aplicar os acordos de Camp David». É fácil discernir das razões de uma tão vinculada posição, mesmo face a uma proposta proveniente de um país com claras ligações com Washington, se tivémos em conta o carácter de aliado preferencial exclusivo do imperialismo que Israel pretende assumir e as declarações de Begin sobre os colonatos; em que este declara que os colonatos não correspondem apenas a um «irrevogável direito», mas fazem mesmo «parte integrante da segurança nacional».

Por parte da Europa capitalista, registaram-se posições de claro apoio a este plano, nomeadamente da parte de Carrington, secretário dos Negócios Estrangeiros britânico, quando da sua estadia em Riad. De par com esta posição relativa à proposta saudita, surge o empenho de vários países da Europa capitalista, nomeadamente Grã-Bretanha, Itália, França e Holanda, em participar na força internacional que os Estados Unidos pretendem instalar no Sinai, a coberto da necessidade de fiscalização da presença de uma força de intervenção na zona, seria constituída, como inicialmente estava previsto (face a uma anterior recusa de participação por parte da Europa capitalista, que não apoiava oficialmente as disposições de Camp David), por tropas norte-americanas, participando também um total de mil e 600 soldados da Colômbia e do Uruguai. Embo-



As armas americanas, as multinacionais americanas, impõem a lei da guerra e da fome por um mundo que pretendem identificar a uma «zona vital». No Médio Oriente está a ser dado mais um passo nesse sentido.

ra os países europeus em causa invoquem o seu apoio às decisões das Nações Unidas relativamente ao povo palestino, é difícil considerar esta evolução como positiva. Na verdade ela não pode deixar de contribuir para um agravamento ainda maior da tensão na zona, reflectindo os grandes interesses que o capital tem a defender no Médio Oriente.

O problema palestino é a questão central

No projecto saudita não há qualquer referência à OLP, como dirigente de um futuro Estado palestino. Um facto que não pode deixar de levantar algumas dúvidas, embora o príncipe Fahd tenha esclarecido ser opinião da Arábia Saudita

que «não há paz sem o povo palestino, não há Estado palestino sem a OLP». Entretanto, a análise objectiva da situação no Médio Oriente, conduz de forma inevitável à consideração do problema palestino como a questão fulcral. Porque não há paz possível sem que o povo palestino tenha finalmente uma pátria. Porque o que está em causa no Médio Oriente é a grande batalha entre Estados em que o imperialismo se apoia e Estados e organizações progressistas, batalha que se desenvolve numa situação particular de confronto entre um Estado sionista que funciona como lança do imperialismo na zona e assenta a sua política global na recusa ao direito palestino a uma pátria, e a generalidade dos povos árabes.

Em 20 de Outubro, em Moscovo, no encontro realizado entre o camarada Brejnev e o dirigente da OLP, Yasser Arafat, foi sublinhado que «na opinião das duas partes, a proposta do XXVI Congresso do PCUS de convocar uma conferência internacional sobre o Médio Oriente, com a participação de todas as partes interessadas, inclusive a Organização de Libertação da Palestina, abre um caminho real e construtivo para esta solução». O diálogo mais amplo, o reconhecimento dos direitos inalienáveis do povo palestino, constituem o único caminho conducente à paz. Mas um diálogo não baseado na escalada da proliferação de armas e «sistemas de segurança» na zona. Tal como a nível mundial, a linguagem da força não conduz à paz, mas à guerra.

Que se passa no Tchad?

O Tchad é um dos países que o colonialismo «fez» no continente africano, à medida do exclusivo interesse das potências coloniais. Um país que a antiga França colonial delimitou para a produção de algodão e a exploração do subsolo e de uma mão-de-obra barata, não cuidando logicamente de fomentar o surgimento de qualquer consciência da unidade nacional, antes alimentando todas as discrepâncias possíveis, do tribalismo à religião, discrepâncias acentuadas com o desenvolvimento preferencial de uma zona (neste caso o sul cristianizado produtor de algodão).

Para além de um país feito pelo colonialismo, vivendo a relativa independência dos que continuam dominados por uma política neocolonialista, o Tchad é também uma posição estratégica (na óptica do imperialismo os países são isto mesmo — fontes de lucro e posições estratégicas ou até «zonas vitais»); colocado em pleno centro do continente africano, confinando com a África negra e os países árabes, com fronteira com dois países que neste momento — por razões diametralmente opostas — estão de forma particular na mira do imperialismo, a Líbia e o Sudão.

Só dentro deste enquadramento se poderá compreender o que hoje se passa no Tchad, onde a paz ainda não foi possível, e tudo aparece como uma interminável sequência de guerras fratricidas ao sabor da apetência de poder de grupos políticos indefinidamente fragmentados. Mas onde na verdade se jogam opções sérias, em primeiro lugar para o próprio povo do Tchad, e em segundo para esta

importante zona do continente, no difícil contexto de fragmentação política que o neocolonialismo propiciou. Nodia 29 de Outubro o governo tchadiano e o seu presidente Goukouni Weddeye, pediram ao governo libanês a imediata retirada dos soldados instalados na região de N'Djamena, e até 31 de Dezembro, do conjunto do país. O coronel Khadafi, dirigente da Líbia Popular Socialista, deu o seu acordo ao pedido e a retirada das tropas libias — que a pedido do governo tchadiano, e inserindo-se num acordo de assistência assinado em 15 de Junho de 1980, se encontravam em território do Tchad desde Dezembro desse mesmo ano — teve de imediato o seu início.

As tropas libias começaram entretanto a ser substituídas por uma força inter-africana, da responsabilidade da OUA, e englobando contingentes do Zaire, Níger, Senegal, Guiné, Benin e Togo. Iniciativa apoiada e estimulada pelo governo francês que forneceu ao governo do Tchad armas e munições.

Simultaneamente a este processo, desencadeou-se um ataque de tropas ligadas ao antigo ministro da Defesa Hissene Habre (cujo anterior fracasso político foi considerado um fracasso para a própria política neocolonialista francesa na zona), apoiadas por forças sudanesas, que ocuparam já três cidades no leste do país.

Estes os factos e os factos não podem deixar de levantar dúvidas. Será difícil ter elementos para aprofundar que interesses políticos, que contactos e decisões estão na raiz do pedido para a retirada das tropas libias e sua substituição por uma força inter-africana, os resultados estão bem à vista. E têm muito pouco a ver com um contributo para a superação dos problemas e do estado crónico de subdesenvolvimento do Tchad ou para a paz e a solução dos agudos problemas que se vivem na zona. Antes apontam para uma deterioração ainda maior da realidade política e sócio-económica do Tchad e o agravamento da situação, pela reactivação de um outro centro de tensão, numa zona onde a tensão faz parte do quotidiano. Quem jogou nesses resultados? Quem está por detrás deles? Tudo indica que o neocolonialismo continua a contar com apoios e a seguir os seus caminhos, no centro do continente africano. E a principal vítima da persistência dessa realidade é o povo tchadiano.

Alguns dados sobre a evolução política no Tchad

- Na Conferência de Berlim, realizada de Novembro de 1884 a Fevereiro de 1885, com o objectivo de dividir o continente africano entre as principais potências coloniais europeias, a parte norte do actual Tchad foi atribuída à França.
- Após uma violenta guerra de ocupação, o Tchad transformou-se formalmente em colónia francesa em 1920.
- A segunda grande guerra marcou profundamente a vida política do Tchad, como na maioria dos países colonizados. Em 1947 foram criados diversos partidos políticos, apresentando quer correntes nacionalistas, movimentos de esquerda e mesmo os interesses dos próprios coloniais. O mais importante partido criado no pós-guerra foi o «Partido Progressista Tchadiano» (PPT), representando a corrente nacionalista africana.
- A 11 de Agosto de 1960, a República do Tchad accede à independência política, sendo o seu primeiro presidente, François Tombalbaye, um dirigente do PPT suficientemente favorável aos interesses do capital francês para, durante 15 anos, dirigir um país de facto sob domínio neo-colonial.
- Em 1961 o PPT transformou-se em «União para o Progresso do Tchad» (UPT), absor-



vido o partido muçulmano «Partido Nacional Africano», transformando-se de facto em partido único.

- Em Setembro de 1963 tem início um processo de luta popular contra o governo neo-colonialista, que esbarra com violenta repressão. O que não impede a formação, em Junho de 1966, da «Frente de Libertação do Tchad». Esta frente viria a dividir-se profundamente. Em 1972 nasce, numa cisão, as «Forças Armadas do Norte», tendo como principal dirigente Hissene Habre, denunciado como agente provocador, e por Goukouni Ouaddei, actual presidente.
- A ingerência militar francesa foi sempre uma constante, e em Março de 1976, Jacques Chirac, então primeiro-ministro francês, assinou em N'Djamena um acordo de cooperação militar técnico, registando-se em Junho de 1978 uma intervenção militar directa da França contra a Frontal.
- Em Agosto de 1978, por imposição da França, Hissene Habre, torna-se primeiro-ministro do Tchad. Mesmo no poder, Hissene Habre fará sucessivas tentativas de tomar o controlo total do país. Em Abril de 1980 é excluído do governo e em Dezembro virá a ser totalmente afastado. É este mesmo Hissene Habre que neste momento comanda forças de invasão contra o seu país, com a participação de contingentes sudaneses.
- O afastamento de Habre foi considerado uma grande derrota para a política neocolonialista francesa. Entretanto, antes da derrota da direita em França, ainda em Janeiro deste ano, uma missão militar francesa deslocou-se ao Sudão para estudar o reforço militar da ditadura reaccionária no poder neste país, e que apoia Hissene Habre.
- Apesar de múltiplas dificuldades, tem-se desenvolvido um esforço no Tchad para resolver a nível interno os seus problemas: em Março de 79, com a Conferência de Kano, seguida em Agosto pelos Acordos de Lagos, e em 28 de Novembro de 1980 pelo Acordo de Lomé, que consagra a representatividade do governo do actual presidente Goukouni Ouaddei, que reúne todas as tendências políticas mais representativas do Tchad, excluindo a de Habre.

Berlim Oeste «Interdições profissionais» contra comunistas

Amanhã, dia 20 de Novembro, o Juízo Disciplinar do Tribunal Administrativo de Berlim Oeste vai julgar um processo de interdição profissional (Bernfsverbote), instaurado contra o camarada Reiner Rowald, professor da escola oficial Fritz-Karsen de Neukölln.

Uma única acusação dirigida contra Reiner Rowald é a de ser militante do Partido Socialista Unificado de Berlim Oeste (PSDUBO) e de ter usado da palavra no Congresso do seu Partido onde, durante a apresentação dos relatórios e sua discussão, se pronunciou contra a redução de orçamento destinado ao sector da educação e pela igualdade de oportunidades, um futuro mais seguro para a juventude, em particular para os filhos dos trabalhadores, defendendo simultaneamente a redução do tempo de trabalho do professorado, como forma de melhorar o nível pedagógico nas escolas. Por inacreditável que pareça, isto são factos que constam da acusação e com eles se pretende impedir Reiner Rowald, como já se fez a outros professores na RFA e em Berlim Oeste, de exercer o profesora-

do, pelo menos em escolas oficiais. Reiner Rowald é professor há 13 anos e tem vindo a desenvolver uma intensa actividade no âmbito do ensino. Como expressão do reconhecimento desta actividade de, Howald é desde 1968 delegado do professorado na Escola Fritz-Karsen, representante do colectivo dos professores da sua Escola no comité distrital de professores de Neukölln. É igualmente membro do Conselho de professores da Cidade, do Conselho Escolar distrital e do boletim distrital, desempenhando ainda importantes funções no seu Sindicato. Em síntese — Reiner Rowald é um bom professor, o seu trabalho profissional, a forma como defende os interesses da Escola, dos estudantes e do professorado, merece a plena confiança destes. Apesar disso — ou por isso mesmo — o governo de Berlim Oeste pretende afastá-lo do ensino.

Este afastamento visa punir a militância de Rowald, visa intimidar todos os que em Berlim-Oeste lutam pelos direitos democráticos e pela simples aplicação da Constituição. O próprio facto de ser possível levar

alguém a tribunal por militar num partido legal constitui um atentado às normas democráticas e constitucionais e envolve a pretensão de legalizar de facto a acção desse Partido. Um funcionário das telecomunicações, Hans Peter, comunista, que sempre se destacou pelo seu trabalho profissional, foi recentemente afastado do seu cargo como funcionário público por acusações idênticas às que hoje pesam sobre Rowald. Muitos outros têm sido atingidos por essa forma de repressão contra os comunistas e outros militantes de organizações progressistas, que é lançado no desemprego os que se batem pela liberdade e a democracia. Nalguns casos, amplos movimentos de protestos, a que se soma a solidariedade internacional, tem tornado possível a anulação destes vergonhosos processos. O próximo julgamento de Reiner Rowald impõe um reforço da solidariedade internacional para com os que se tornam vítimas da aplicação da lei profundamente antidemocrática das interdições profissionais, contra as violações da própria democracia burguesa na Europa capitalista.

O ano escolar 1981/82

Parece mentira, sr. ministro!

«O Ministério da Educação é uma máquina que funciona mal» — quem assim fala, neste tom de acusação ou talvez desabafo (autocrítico?) é, pode acreditar amigo leitor, o responsável máximo daquele departamento governamental: o próprio ministro Vítor Pereira Crespo, militante do PSD, membro do seu Conselho Nacional, eleito deputado da «AD» pelo distrito de Leiria, titular da pasta da Educação no Governo Sá Carneiro e nos Governos de Pinto Balsemão.

Estamos de acordo com Vítor Crespo. O Ministério que dirige (agora Ministério da Educação e Universidades) é, de facto, uma máquina que funciona mal. O problema não é de agora. Vem de outros tempos, sem dúvida... No entanto, há que não esquecer uma questão (que nos parece fundamental) a que aquele dirigente do PSD tenta quase sempre fugir: a sua permanência no cargo não pode ser interpretada como uma curta passagem de ocasião como sucedeu a antigos titulares daquela pasta. Numa palavra: Vítor Crespo tem a obrigação de conhecer os problemas do (seu) Ministério. Que fez ao longo de dois anos? Porque é que o Ministério da Educação (utilizando as suas próprias expressões) continua a funcionar mal? Os quadros dirigentes do MEU são pessoas da sua confiança, não é verdade? O Governo e a Assembleia da República são órgãos em que a «AD», grupo político de Vítor Crespo, detém a sua vontade maioritária. Que lhe falta, sr. ministro? Como é que justifica que o MEU continue a funcionar mal?

A resposta já há muito que vem sendo dada pelas organizações representativas dos professores e alunos e pelas forças políticas e sociais do campo democrático: a política «AD», também no Ensino, é uma política condenada ao fracasso. Falta de operacionalidade, visão muito resumida dos problemas do sector, inclinação para o esquema burocrático, centralizador e repressivo (os professores ainda se lembram das ameaças formuladas pelo Ministério em Outubro contra os elementos dos Conselhos Directivos das escolas que não abrissem na data administrativamente anunciada por Vítor Crespo aos órgãos de Comunicação Social), pouca sinceridade no diálogo com os representantes da população escolar (professores e alunos), queda irreversível para a política do improvisto — são, entre outras, notas bem salientes da actuação do Ministério e dos seus mais directos responsáveis, a começar pelo ministro Crespo. O que se passa nos corredores e gabinetes do departamento da Avenida 5 de Outubro, em

Lisboa, é evidente que a opinião pública não conhece. Mas sabe o que vai por este País fora nas escolas de todos os graus de Ensino — do pré-primário ao superior. Mesmo os jornais identificados com a área política da «AD» e do seu Governo são obrigados a noticiar nas suas páginas os inúmeros problemas que continuam a afectar este conturbado ano lectivo de 1981/82, que, não tarda muito, está nas férias do Natal (não se sabe como é que, em muitos casos, os professores poderão classificar os alunos...). Na sequência de vários contactos nas escolas preparatórias e secundárias de Lisboa (nem sempre fáceis) e após a recolha de elementos informativos possíveis, podemos confirmar que é praticamente impossível encontrar uma escola a funcionar sem qualquer problema de fundo motivado pela política do Ministério, aos seus mais variados níveis. Não falando já no ensino pré-primário (onde as carências são mais do que alarmantes) ou do superior (onde o começo generalizado das aulas ainda não está para agora, registando-se casos muito graves, por exemplo, na Faculdade de Ciências de Lisboa, Conservatório Nacional e Academia do Porto), refiram-se, no plano geral, algumas das medidas do Ministério que vieram agravar as difíceis situações já existentes no primário e no preparatório e secundário, medidas essas energeticamente denunciadas, por exemplo, pela Direcção da Organização dos Professores da ORL do PCP. «Primário — o aumento de 15 minutos diários no horário; a definição de um modelo único de funcionamento em regime tripla; a obrigatoriedade de uma hora e cinco minutos ser realizada fora da aula, quando a generalidade das escolas não dispõe de condições mínimas que permitam a concretização de tal medida (saliente-se ainda que o Governo aponta responsabilidades para as autarquias no campo da construção escolar, mas, ao mesmo tempo, corta verbas nas finanças locais). «Preparatório e Secundário — com particular gravidade nos

concelhos da periferia de Lisboa, milhares de crianças que não encontram lugar nas escolas da sua área de residência são armazenadas em barracões e instalações improvisadas, obrigadas a enormes deslocações para escolas afastadas ou tendo de frequentar aulas nocturnas (caso em que se aplica a opinião escandalosa do director-geral do Equipamento Escolar «se as crianças não cabem, corte-se no curriculum», isto é, aprendam menos). «Tudo isto e muito mais se pretende que as escolas e os professores aceitem e suportem, sob a ameaça de sanções.» Numa «ronda» por diversas unidades escolares dos arredores de Lisboa apurámos a existência de um grande número de problemas com características diversas e quase todos eles resultantes da (des)orientação do Ministério, problemas que de um modo ou outro se fazem sentir nos outros pontos do País e que, com larga antecedência, foram previstos pelas organizações representativas dos professores. É a falta de segurança — há escolas que registam um «palmarés» de assaltos verdadeiramente impressionante, reduzindo ao mínimo dos mínimos o equipamento das secretarias, laboratórios, bibliotecas, etc.; a marginalidade e a droga (com indivíduos a comercializarem o «produto» mesmo à porta das escolas) circulam com a maior das impunidades (a Escola Preparatória da Póvoa de S. Iria viu-se obrigada a fechar); há salários de docentes em atraso (na Gonçalves Crespo, Pontinha, os professores provisórios que aí leccionaram em 1979/80 ainda não receberam os salários de Agosto e Setembro porque os serviços da secretaria da escola, evocando normas contraditórias do MEU, se recusam injustamente, saliente-se, a pagar-lhe a falta de pessoal de apoio, é problema quase comum a todos os estabelecimentos de ensino; os arranjos de acesso encontram-se em estado de profunda degradação em numerosas escolas; a superlotação é mais do que alarmante (caso, por exemplo, das unidades de Queluz/Amadora/Cacém); o orçamento financeiro de algumas apresenta sinais de eminente ruptura; faltam professores em praticamente todos os estabelecimentos; ginásios, cantinas, salas de estudo, locais próprios para recreio e convívio não existem numa grande parte das escolas improvisadas e pré-fabricadas. No capítulo da acção social escolar — sector certamente atingido pelos cortes do Orçamento Geral do Estado — a situação apresenta também índices de gravidade. No final de uma reunião do ministro com os sindicatos dos professores

foi salientado que existe, na verdade, falta de quadros. Nas escolas isso já se vem notando há muito. Acontece — veja-se a fragilidade e a desorganização do sistema — que o Ministério deslocou quadros da acção social escolar (professores primários) para escolas desse grau de ensino. Vítor Crespo disse na ocasião que pensava integrar naqueles serviços candidatos não colocados na terceira fase de colocações de docentes.

mereceu alguma divulgação na imprensa (até o «Correio da Manhã» falou no assunto, com uma chamada «gigante» da primeira página); dois mil alunos foram enganados pelo Ministério! Com efeito, no ano passado, dos 2321 que escolheram a via profissionalizante só os que optaram por cursos como Produção Agrícola, Produção Animal, Técnico de Agricultura e Técnico de Pecuária têm a certeza de prosseguir os estudos a nível do Ensino Politécnico. Os outros alunos (a maioria) nada sabem quanto ao futuro, uma vez que o Ensino Superior Politécnico não funciona em Portugal. Em relação a este ano lectivo (sobre o qual muito há ainda por dizer) que balanceo minimamente honesto e objectivo seria agora capaz de fazer o ministro da Educação?



«O Ministério da Educação é uma máquina que funciona mal» — as palavras são do próprio ministro da Educação, Vítor P. Crespo



Algumas perguntas a Vítor Crespo a propósito da «qualidade do docente»

«O que importa prioritariamente no sistema educativo é a qualidade do docente». A declaração foi feita pelo ministro Vítor Crespo em 27 de Outubro passado, na cerimónia da tomada de posse da nova direcção-geral do Ensino Secundário. Tal opinião levanta, entretanto, algumas interrogações e dúvidas. Por exemplo: o que é que o Ministério da Educação tem feito pela dignificação e valorização profissional e social da carreira docente? Que apoios pedagógicos existem para os finalistas dos cursos superiores tradicionalmente vocacionados para o Ensino (caso das Faculdades de Letras)? Que estruturas e meios técnicos e humanos têm sido dispensados para a chamada profissionalização em exercício (estágio de 2 anos) para os futuros docentes? Que resultados práticos foram

obtidos até agora com esse sistema? Que orientação reina num Ministério que permite que um elemento com responsabilidades vá à TV dizer que não há desemprego entre os professores, o que há é médicos e engenheiros em busca de 2.º emprego? Que respeito tem o Ministério pelos professores, quando os Sindicatos da classe foram obrigados a esperar um mês por uma breve audiência com o ministro? Que condições de trabalho são dadas aos professores em muitas escolas do país, com graves deficiências de equipamento, de implantação, de pessoal de apoio, etc? Porque admite o Ministério situações de profunda desigualdade e discriminação entre os docentes (caso dos professores de Trabalhos Manuais e Educação Musical) que não têm as mesmas regalias socio-profissionais dos

seus colegas? Que estabilidade é dada aos professores do Ensino Especial (apoio pedagógico às crianças deficientes)? Que possibilidades são dadas ao desenvolvimento da carreira docente universitária? As respostas para estas e muitas outras questões não se atreve o Ministério a dar à opinião pública... Elas iriam chocar frontalmente com a tal necessidade prioritária de «qualidade do docente...»

Desorganização no «mini-concurso»

Ainda recentemente, a Comunicação Social abordou com alguma insistência o problema do emprego dos professores, a propósito da 3.ª Fase de colocações (o chamado «mini-concurso»). Para além dos números então divulgados (no distrito de Lisboa, por exemplo, foram

referidas pouco mais de mil vagas para cerca de 6 mil candidatos) o que interessa, para já, é o reconhecimento desta infeliz situação: mesmo após a colocação dos docentes inicialmente chamados pela 3.ª Fase, muitos alunos continuam ainda sem professores; as escolas já comunicaram essas vagas (muitas das quais poderão, eventualmente, não corresponder a horários completos); essas solicitações acumulam-se nas burocráticas secretarias das Delegações Distritais do Ministério, enquanto muitos professores (alguns já com vários anos de experiência) aguardam impacientemente a sua convocação por ofício a enviar pelo correio. A quem interessa esta situação? Na Delegação Distrital de

Lisboa do Ministério (na Rua Júlio de Andrade, ao Campo Santana) vimos duas ou três vezes centenas de docentes que se apinhavam no rés-do-chão daquele organismo procurando nas pautas ali afixadas a esperada colocação. A maioria deles acabou por não a ver. A Delegação informa que no dia tal seriam afixadas as colocações. Os candidatos dirigiam-se lá nessa data. A excepção de poucos casos, não havia colocações. A Delegação voltava a informar: é no dia tal. Vinha esse dia e nada. Apenas a informação seca de que os candidatos não colocados deverão aguardar ofício-convocatória a enviar pelo correio. O amigo leitor conhece por acaso alguma escola onde todos os professores estejam já colocados?

Em Queluz os números do caos

- Ainda não está em funcionamento o Ensino Pré-Primário, criado por Lei, em 1977;
- Um infantilário prometido e aprovado, em 1978, para a Freguesia e a instalar em Massamá, foi retirado;
- Três infantários sem fins lucrativos albergam cerca de 280 crianças, número insuficiente;
- Funcionam 12 infantários particulares e caros.

- Três mil alunos inscritos;
- 59 salas de aula com condições pedagógicas;
- 12 salas impróprias para funcionar como instalações escolares, segundo parecer do Delegado de Saúde;
- 16 salas em construção, desde 1976.

- Mil e quatrocentos alunos matriculados;
- Quatrocentos alunos frequentam escolas situadas fora da área da Freguesia;
- 25 salas de aula em funcionamento, muitas delas sem condições, em escola com enormes carências

- Dois mil setecentos e cinquenta alunos matriculados;
- Mais de mil alunos frequentam escolas fora da área da Freguesia;
- 43 salas de aula em funcionamento.

(Informação da Aliança Povo Unido referente ao presente ano lectivo)

Um «caso» significativo A situação em Trás-os-Montes

Como vai o ensino em Trás-os-Montes? Que problemas existem nas escolas da região? Muitos deles são semelhantes aos que se vivem noutros pontos do País. Outros, têm a ver com as consequências do abandono a que Trás-os-Montes desde sempre foram alvo por parte dos Governos centrais. A propósito das questões do ensino, a Direcção da Organização Regional do PCP emitiu uma nota em que se salienta:

O início do corrente ano escolar foi também em Trás-os-Montes um autêntico desastre. Alunos sem aulas. Professores sem escolas. Escolas sem professores, inacabadas ou degradadas. Pais aflitos a verem os dias passarem sem que se inicie o ano lectivo.

1. No Ensino Preparatório e Secundário, a par de muitas escolas continuarem sem as necessidades de pessoal docente satisfatórias, o que significa alunos sem professores a várias disciplinas,

acontecem situações escandalosas. A espera da entrega do edifício até 9 de Novembro estiveram professores e alunos do Ciclo Preparatório de Chaves. As obras estiveram paralisadas desde Junho. Em Vila Pouca de Aguiar, 730 alunos e 50 professores, de acordo com os pais, adiaram o início das aulas devido à degradação do edifício. Em Sabrosa 300 alunos do Ensino Secundário continuam sem aulas porque o edifício prometido pronto para Setembro ainda não está concluído. Também em Bragança, na Escola Preparatória Augusto Moreno, as obras de reparação da antiga Escola do Magistério Primário, com promessas de se acabarem em fins de Setembro, não começaram e cerca de 400 alunos estão sem aulas e sem saber quando as terão. Eis o resultado de uma política de restrição de verbas para o ensino e outras necessidades básicas da população, uma política centralizadora e burocrática. Eis o resultado da política AD/Balsemão.

2. No Ensino Primário a situação não é melhor,

Embora com atitudes demagógicas Até os jovens do PSD se demarcam do Ministério!

«Formuladas sérias reservas ao projecto de autonomia universitária (ver pág. 8). O Ministério da Educação já anunciou que irá apresentar um novo projecto de Lei de Bases, atendendo às críticas e pareceres que lhe foram enviados. Esperamos que desta vez o Ministério se mostre disposto ao diálogo e colaboração, que antes não manifestou, num campo com a importância deste pelos reflexos que apresenta no futuro.» (...)

O amigo leitor sabe onde é que nós fomos descobrir esta prosa? Num jornal de alguma organização estudantil democrática? Num documento da Juventude Comunista Portuguesa ou da Juventude Socialista? Num órgão informativo de alguma Associação de Estudantes

progressistas? Não, nada disso. Trata-se de uma moção publicada em forma de artigo no «Jovem Reformista», o jornal da JSD que todas as semanas — mais ou menos escondido — aparece como suplemento no «Povo Livre», órgão oficial do PSD. Data da publicação: 21.10.81.

Autor do texto: Antunes Barata. A moção foi aprovada apenas com uma abstenção no III Conselho Nacional da JSD.

Vem isto a propósito das conhecidas e cada vez mais acentuadas divergências entre a Juventude Social Democrática — organização juvenil do PSD — e o actual ministro da Educação, o dirigente do também PSD, Vítor Crespo.

Não se trata, ao contrário do que a direita tem por vezes o hábito de argumentar, de uma saudável divergência de opiniões entre os sectores pluralistas da sociedade portuguesa.

É, ao fim e ao cabo, a confirmação de que mesmo até a JSD se vê obrigada a condenar os péssimos resultados da política AD no Ensino e concretamente do seu mais alto responsável.

Em fins de Outubro, embora a «zanga» já fosse anterior, a imprensa chegou a divulgar a informação de que Vítor Crespo estaria disposto a demitir-se se a JSD continuasse a reprovar o seu projecto de Lei de Bases do Sistema Educativo.

A organização juvenil do PSD pretendia principalmente deslocar-se, perante a massa estudantil, dos indesejáveis objectivos do ministro quanto a

autonomia universitária e também em relação ao orçamento para o sector educativo.

Há poucos dias, o choque entre a JSD e Vítor Crespo subira de tom. Numa reunião de quadros do Ensino Superior, aquela organização de direita — mesmo nas barbas de Nascimento Rodrigues, vice-presidente do PSD, que assistia à reunião — defendeu uma orientação frontalmente contrária ao ministro da Educação sobre a autonomia universitária. A JSD propôs a revisão do decreto de gestão Cardia (1976), a restrição de poderes dos Conselhos Científicos, o aumento dos poderes dos Conselhos Directivos e a não diminuição da posição dos estudantes nos órgãos de gestão. (É evidente que em 1976/77, a posição da JSD foi bem diferente...)

Além de salientarem a necessidade de um reforço da verba para a Educação no OGE, os jovens do PPD referiram, criticando Vítor Crespo, que (citamos) «não serão novos arranjos ou novas terminologias que os estudantes esperam, mas sim a resolução dos problemas de fundo com que se debate a Educação em Portugal».

Mais comentários dispensam-se!

«naturalmente» montes de atestados médicos. E não haverá grande moral dos responsáveis pela Educação para contestar as professoras que recorrem a esse subterfúgio.

Como resultado da política educacional da AD, também centenas de alunos das escolas primárias iniciaram o ano lectivo mais tarde, já tiveram vários professores sem ter aulas ou ainda estão sem aulas. Não haverá solução capaz com um Governo AD/Balsemão que procura novamente estabelecer um ensino de doutores para os ricos e um ensino pobre para os pobres. Um ensino que sirva o Povo Transmontano e resolva as graves carências da região no campo educativo, não será concretizado com um ministro e com um Ministério da Educação que é contestado por sectores da própria AD, tão má tem sido a sua actuação.

Uma política de ensino democraticamente capaz de conjuntamente com os pais, os alunos, os professores e as autarquias resolver os graves problemas existentes, só com um governo democrático.

ORGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

Jovem Reformista

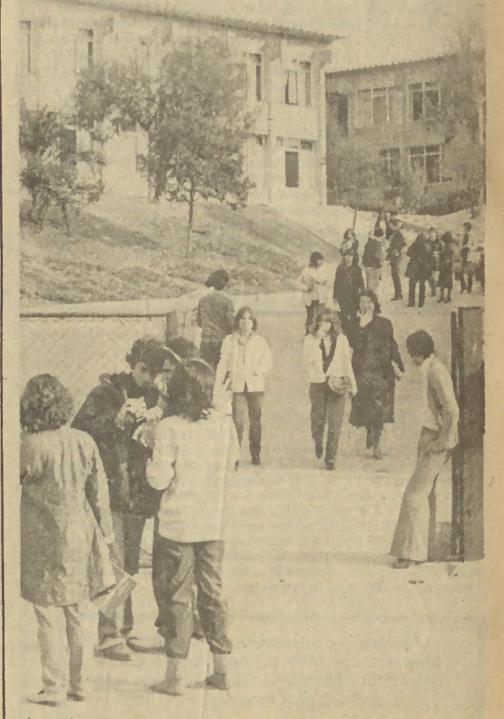
III CONSELHO NACIONAL/81 APROVA IMPORTANTES DECISÕES

COMUNICADO FINAL

APOIO SOLIDÁRIO E EXIGENTE AO GOVERNO DA AD

• JSD MANTÉM PROPOSTA DE DESCONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO MILITAR OBRIGATORIO

• FORMULADAS SÉRIAS RESERVAS AO PROJECTO DE AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA



A escola: um mundo de problemas